

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (DOUTORADO)

CÁSSIO HENRIQUE CENIZ

**AS POSIÇÕES DE SUJEITO EM RELAÇÃO AO ACONTECIMENTO DOS
COLÉGIOS CÍVICO-MILITARES NO PARANÁ:
PRÁTICAS DISCURSIVAS (DES)OBEDIENTES NO JORNALISMO DIGITAL**

MARINGÁ
2024

CÁSSIO HENRIQUE CENIZ

**AS POSIÇÕES DE SUJEITO EM RELAÇÃO AO ACONTECIMENTO DOS
COLÉGIOS CÍVICO-MILITARES NO PARANÁ:
PRÁTICAS DISCURSIVAS (DES)OBEDIENTES NO JORNALISMO DIGITAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Letras. Área de concentração: Estudos Linguísticos – Estudos do Texto e do Discurso

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa

MARINGÁ
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C395p	Ceniz, Cássio Henrique As posições de sujeito em relação ao acontecimento dos colégios cívico-militares no Paraná : práticas discursivas (des)obedientes no jornalismo digital / Cássio Henrique Ceniz. -- Maringá, PR, 2024. 114 f. : il. color., figs., tabs. Orientador: Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2024. 1. Práticas discursivas. 2. Desobediência. 3. Colégios cívico-militares. 4. Contraconduta. 5. Posição de sujeito. I. Barbosa, Pedro Luis Navarro, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título. CDD 23.ed. 401.41
-------	--

CÁSSIO HENRIQUE CENIZ

**AS POSIÇÕES DE SUJEITO EM RELAÇÃO AO ACONTECIMENTO DOS
COLÉGIOS CÍVICO-MILITARES NO PARANÁ:
PRÁTICAS DISCURSIVAS (DES)OBEDIENTES NO JORNALISMO DIGITAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Letras. Área de concentração: **Estudos Linguísticos – Estudos do Texto e do Discurso.**

Aprovada em: Maringá, 28 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO LUIS NAVARRO BARBOSA**
Data: 29/02/2024 10:13:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa
Presidente da Banca (UEM/PLE)

Documento assinado digitalmente
 **ISMARA ELIANE VIDAL DE SOUZA TASSO**
Data: 01/03/2024 11:39:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª Dr^a Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso
Membro Titular (UEM/PLE)

Documento assinado digitalmente
 **EDNALDO TARTAGLIA SANTOS**
Data: 29/02/2024 15:26:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ednaldo Tartaglia Santos
Membro Externo (UNIFAP –
Macapá/Santana)

Documento assinado digitalmente
 **LUCIANA CRISTINA FERREIRA DIAS DI RAIMO**
Data: 01/03/2024 21:09:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª Dr^a Luciana Dias Di Raimo
Membro Titular (UEM/PLE)

Documento assinado digitalmente
 **HOSTER OLDER SANCHES**
Data: 01/03/2024 14:09:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Hoster Older Sanches
Membro Externo (IFPR- Jacarezinho/PR)

AGRADECIMENTOS

As palavras selecionadas e que formam este texto não são apenas o cumprimento de uma etapa obrigatória do projeto que materializo nas páginas a seguir. São o resultado de um caminho longo. Mais longo do que deveria, mas o possível a partir das condições enfrentadas neste período, inclusive uma pandemia que produziu em mim efeitos que ainda estão em elaboração e tentativa de superação. Talvez, eu seja humano e sinta demais? A concretização desse empreendimento tem muito de mim, sujeito marcado pelas experiências vividas, pelas pessoas com as quais cruzei, pelas leituras que fiz, pelos monstros internos que criei e tenho enfrentado para que dissipem. Eu não conseguiria produzir um efeito de fim se não fossem as mãos visíveis e invisíveis que me acompanharam e me acompanham. Portanto, agradeço a tudo e a todos, mas preciso fazer algumas menções especiais.

A Deus, ao meu anjo da guarda e a todas as forças energéticas, espirituais e que emanam fé, obrigado. Vocês são a quem mais recorro no silêncio barulhento que é essa jornada chamada vida. Tenho me mantido nos trilhos porque sei que, muitas vezes, vocês me recolocam nele.

Ao professor doutor Pedro Navarro, que tem me oportunizado experiências desafiadoras, dizer obrigado é sempre pouco. Qualquer tentativa de materializar o sentimento de gratidão e admiração é insuficiente perto do que efetivamente representa. Pessoa e profissional ímpar, sempre disponível, de coração generoso, palavras incentivadoras, parceiro de batalhas, referência de humanidade, ética e empatia. Tem importância como mentor e como amigo. É um agradecimento e também um pedido de desculpas. Afinal, não sou um orientando exemplar, algumas vezes sujeito da desordem.

À minha mãe, Eloise, e ao meu pai, Aristeu, obrigado pela vida, pelo suporte e pelo cuidado. É a partir de vocês que tive meu primeiro contato com a docência, antes mesmo de ser gestado filho e ocupar a posição de professor. Nossa relação tem raízes sustentadas pela educação, mas que sobrevive pelo carinho, amor e respeito que construímos, diariamente, ao nosso modo. Agradeço, também, aos meus irmãos Caio e Guilherme, à minha cunhada Juliana e à minha tia Elizabeth pelo apoio e somarem intenções para que eu conseguisse chegar até aqui.

Agradeço à professora doutora Ismara Tasso (UEM) e ao professor doutor Ednaldo Tartaglia (Unifap) pelas contribuições na qualificação, bem como a continuidade no processo de avaliação final deste trabalho. Incluo, também, os agradecimentos ao professor doutor Hoster Sanches (IFPR) e à professora doutora Luciana Di Raimo (UEM) por comporem a banca. De

modo especial, pela compreensão diante das adversidades e pelos ensinamentos possibilitados nas disciplinas do mestrado/doutorado, nos seminários e eventos, todos enriquecedores.

Embora exija um esforço individual, entender as complexidades emaranhadas no/pelo discurso seria impossível sem as leituras compartilhadas com as amigas e colegas que integram o Grupo Interinstitucional de Estudos Foucaultianos da UEM (GIEF). Escrevo no feminino porque é preciso reconhecê-las como a maioria das vozes nesse coletivo. Destaco, especialmente, as trocas e o ombro das amigas Dani, Ju, Mônica, Ingrid e Claudineia.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM (PLE), em todas as instâncias desde a gestão e ao ensino, muito obrigado por olhar os pós-graduandos como humanos e não meros instrumentos para atender à lógica produtivista que tem imperado no meio acadêmico. E, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento parcial desta pesquisa.

Para um sujeito que tem se proposto a compreender movimentos de resistência e suas formas de manifestação, chego a esse momento pensando que preciso ser mais inventivo e criativo, pois os exercícios de poder que recaem sobre o meu corpo me produzem menos positivo do que eu poderia e deveria ser. De todo modo, esse percurso valeu pela experiência e desafio profissional. Muito mais, ainda, por me permitir me constituir como sujeito social, ético, político e crítico.

EDUCAÇÃO

AS RUAS em que vejo crianças brincando – são cada vez mais raras – me falam em sua algazarra sobre a minha experiência como professor e historiador. Como educar? Como pensar o corpo de meninas e meninos a partir da escola, em geral um ambiente disciplinador e amansador dos corpos pulsantes?

Os comprometidos com a tarefa da invenção do país nas encruzilhadas da educação não poderão se esconder mais apenas em seus aparatos teóricos, leituras clássicas e ideologias redentoras. A educação está também fora dos muros escolares. Se a escola não reconhecer isso, pior para ela e para quem ela educa. Ai mora o problema.

[...]

Precisamos de corpos fechados ao projeto domesticador do domínio colonial, que não sejam nem adequados nem contidos para o consumo e para a morte em vida. Precisamos de outras vozes, políticas porque poéticas, musicadas; da sabedoria dos mestres das academias, mas também das ruas e de suas artimanhas de produtores de encantarias no precário. A escola colonial, tão presente, busca educar corpos para o desencanto e para os currais do mercado de trabalho, normatizados pelo medo de driblar/gingar/pecar.

Que se cruzem as filosofias diversas, no sarapatel que une Bach e Pixinguinha, a semântica do Grande Sertão e a semântica da sassanha das folhas, Heráclito e Exu, Spinoza e Pastinha, a biblioteca e a birosca. Que se cruzem notebook e bola, tambor e livro, para que os corpos leiam e bailem na aventura maior do caminho que descortina o ser naquele espaço que chega a ser maior que o mundo: a rua.

Luiz Antonio Simas
crônica Educação, publicada em O corpo encantando das ruas

RESUMO

A implantação dos Colégios Cívico-Militares no Paraná se tornou mais efetivo, no segundo semestre de 2020, a partir da aprovação de um projeto de lei que visava à mudança de mais de 200 colégios públicos estaduais. Tal ação, desencadeada em período de isolamento por conta da pandemia da Covid-19, além de se configurar como um projeto político educacional, torna-se também um acontecimento discursivo, que ganha destaque ao circular no espaço midiático. Considerando que as práticas jornalísticas contribuem com o processo de produzir a história do presente, as séries enunciativas da pesquisa são formadas por sites jornalísticos do Paraná – Gazeta do Povo, Folha de Londrina, Plural e Brasil de Fato Paraná. Pautada nos pressupostos dos Estudos Discursivos Foucaultianos, esta pesquisa tem a seguinte problematização: diante do acontecimento discursivo da implantação dos colégios cívico-militares no Paraná, as práticas discursivas jornalísticas e os sujeitos enunciadore reverberam tal acontecimento. Assim, pergunto: nesse espaço enunciativo, há condições de possibilidade para existência de tipos de desobediências que indicam contracondutas? A hipótese vislumbrada é a de que as práticas jornalísticas materializam posições de sujeito diversas que podem ser investigadas, em especial, com auxílio do conceito de formação das modalidades enunciativas (Foucault, 2009). A abordagem das posições permite identificar tanto discursos de aprovação como de rejeição. Para essa compreensão, é necessário lançar luz sobre o *corpus* discursivo, com ferramentas conceituais propostas pelo filósofo Michel Foucault. Com base na resistência, entendida como luta contemporânea contra formas de poder (Foucault, 1995), as desobediências (Gros, 2018) são inseridas na grade desse conceito como possibilidades de desdobramentos para a existência de contracondutas (Foucault, 2008). Para o desenvolvimento da pesquisa o objetivo geral é compreender como sujeitos enunciadore se posicionam discursivamente em sites jornalísticos paranaense acerca do acontecimento da implantação dos colégios cívico-militares no Paraná, a partir das (des)obediências como possibilidades de materializar contracondutas. Os objetivos específicos são: a) descrever as posições de sujeito em relação à acontecimentalização do discurso da militarização sobre a implantação dos colégios cívico-militares do Paraná; b) verificar como a disciplina é acionada como elemento no discurso dos sujeitos enunciadore em torno dos colégios cívico-militares paranaense; c) analisar as ocorrências de práticas discursivas obediente/desobediente que sinalizam contracondutas nas posições de sujeito que se manifestam em relação à implantação dos colégios cívico-militares do Paraná. A pesquisa está organizada com duas seções que abordam questões teórico-metodológicas e auxiliam na descrição do acontecimento e outras três seções que visam a cumprir os objetivos específicos traçados. Ao final, o resultado desta pesquisa é de que as posições de sujeitos manifestam práticas desobediente que possibilitam singularizar uma tática de contraconduta, cujo efeito é o enfrentamento aos mecanismos de poder que visam conduzir os indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: práticas discursivas; colégios cívico-militares; posição de sujeito; desobediência; contraconduta.

ABSTRACT

The implementation of Civic-Military Schools in Paraná became more effective in the second semester of 2020, following the approval of a bill aimed at changing over two hundred state public schools. Such action, initiated during a period of isolation due to the Covid-19 pandemic, not only constitutes an educational political project but also becomes a discursive event that gains prominence as it circulates in the media space. Considering that journalistic practices contribute to the process of producing the history of the present, the enunciative series of the research are formed by journalistic websites from Paraná – Gazeta do Povo, Folha de Londrina, Plural and Brasil de Fato Paraná. Based on the assumptions of the Foucaultian Discourse Studies, this research has the following problematization: in the face of the discursive event of the implementation of civic-military schools in Paraná, journalistic discursive practices and enunciating subjects reverberate such an event. Therefore, I ask: in this enunciative space, are there conditions for the existence of types of disobedience that indicates counter-conducts? The envisioned hypothesis is that journalistic practices materialize diverse subject positions that can be investigated, especially with the help of the concept of enunciative modalities formation (Foucault, 2009). The approach to these positions allows for the identification of both approving and rejecting discourses. To understand this, it is necessary to shed light on the discursive *corpus* using conceptual tools proposed by the philosopher Michel Foucault. Based on resistance, understood as contemporary struggle against forms of power (Foucault, 1995), disobedience (Gros, 2018) is inserted into this concept as possibilities for the existence of counter-conducts (Foucault, 2008). For the development of the research, the general goal is to understand how enunciating subjects position themselves discursively in Paraná's journalistic websites regarding the implementation of civic-military schools in Paraná, from (dis)obediences as possibilities to materialize counter-conducts. The specific goals are: a) To describe the subject positions in relation to the discursive event of militarization regarding the implementation of civic-military schools in Paraná; b) To examine how discipline is invoked as an element in the discourse of enunciating subjects regarding Paraná's civic-military schools; c) To analyze occurrences of obedient/disobedient discursive practices signaling counter-conducts in the subject positions manifested regarding the implementation of civic-military schools in Paraná. The research is organized into two sections addressing theoretical-methodological issues and aiding in the description of the event, and three additional sections aimed at achieving the specified objectives. Ultimately, the research concludes that subject positions manifest disobedient practices that enable the singularization of a tactic of counter-conduct, whose effect is the confrontation of mechanisms of power aiming to guide individuals.

Keywords: discursive practices; civic-military schools; subject position; disobedience; counter-conduct.

LISTA DE SEQUÊNCIAS ENUNCIATIVAS (SEs)

SE 1 – Educação quer “militarizar” 200 escolas estaduais	63
SE 2 – O que significa militarizar 200 escolas?	67
SE 3 – Mães contrárias à militarização (1).....	69
SE 4 – Mães contrárias à militarização (2).....	70
SE 5 – Escolas militarizadas e militarização.....	71
SE 6 – Porque usar militarizadas.....	72
SE 7 – Militarização é fake news	74
SE 8 – Militarização é fake news (2)	76
SE 9 – Não existe militarização	77
SE 10 – Disciplinar o espaço.....	83
SE 11 – Saber, vigilância e controle.....	85
SE 12 - Liberdade ameaçada	88
SE 13 – Cuidado do século 19.....	90
SE 14 – Ambiente castrense	92
SE 15 - Disciplina do engajamento	94
SE 16 – Ocupação da SEED.....	99

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Lista de CPMs do Paraná.....	32
Tabela 2 – Colégios cívicos-militares no PR: resultado da primeira consulta pública	33
Tabela 3 – Pares: obediências e desobediências (Gros, 2018)	54
Tabela 4 – Formas da contraconduta pastoral (Foucault, 2008).....	56
Tabela 5 – Formas da contraconduta educacional.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Alep	Assembleia Legislativa do Paraná
Anpoll	Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Literatura
BdF PR	Brasil de Fato Paraná
CPM	Colégio da Polícia Militar do Paraná
FGV	Fundação Getulio Vargas
FL	Folha de Londrina
GIEF	Grupo Interinstitucional de Estudos Foucaultianos da UEM
GP	Gazeta do Povo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
MEC	Ministério da Educação
Pibid	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PLE	Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM
SE	Sequência Enunciativa
SEED	Secretaria de Estado da Educação e do Esporte
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. INSTRUMENTOS PARA ANALISAR DISCURSOS “COM” FOUCAULT	28
2.1. A história do presente e a análise arqueológica do discurso	31
2.2. Do enunciado às modalidades enunciativas	37
2.3. A visada genealógica para analisar discursos	42
2.4. Dos mecanismos disciplinares ao governo	43
3. RESISTÊNCIAS: DESOBEDIÊNCIAS QUE SINALIZAM CONTRACONDUTAS.	50
4. POR QUE MILITARIZAÇÃO E NÃO OUTRO ENUNCIADO?	58
4.1. Militarização como objeto de discurso e as posições de sujeito	63
4.2. Militarização: sujeitos que negam o objeto discursivo	74
5. DISCIPLINA: ENTRE NEGAR UMA CONDUTA E “OBEDECER” À OUTRA..	82
5.1. Disciplina para conduzir os colégios cívicos-militares	83
5.2. Outra disciplina para a instituição e os sujeitos da educação.....	87
6. (DES)OBEDECER COMO TÁTICA DE (CONTRA)CONDUÇÃO	97
7. CONSIDERAÇÕES DE UM ACONTECIMENTO SEM FIM.....	102
REFERÊNCIAS.....	107

1. INTRODUÇÃO

Sou fruto da educação pública do Paraná com algumas passagens, também, pelo ensino privado. No entanto, considero que minha vida é diretamente ligada à educação pública por ser filho de professores. Assim, reconheço que muitas das minhas possibilidades de/na vida são decorrentes, na grande maioria, do que a educação permitiu. Já vi vários movimentos de luta dos professores, nem sempre entendi ou vivi. Os que vivi foram mais na condição de aluno, não necessariamente como filho de professores. Esses lugares não se separam na minha constituição com limites muito claros. No entanto, o que a memória me permite lembrar sobre contextos de greve, por exemplo, é que o envolvimento familiar foi sempre menor, quando ocorria. Talvez daí as primeiras (in)compreensões. A proposta neste parágrafo introdutório com tom autobiográfico não é atribuir juízo de valor, nem ampliar muito mais que isso. É apenas uma tentativa de ilustrar um pequeno aspecto da vida desse sujeito em atividade formativa como pesquisador, que tem origem na cidade de Rancho Alegre D'Oeste, região noroeste do Paraná, com menos de 3 mil habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Um lugar de afetos, que permite uma interação maior entre seus moradores, mas que, muitas vezes, do ponto de vista estratégico e das políticas públicas parece excluído, abandonado e invisibilizado dentro de um Estado tão grande como o Paraná e, por isso, com inúmeras problemáticas. Claro!

Cá estou, nos trilhos da educação pública, tentando entender um pouco dos caminhos que antes, talvez, não me sentisse tão parte assim. Não se trata de um relato para contar a minha história particular, muito menos uma história linear. É apenas o ponto de partida, minha motivação e inquietude para lançar luz e tentar, de algum modo, entender um pouco sobre o que tem ocorrido na educação. Ancoro-me em propostas dos Estudos Discursivos Foucaultianos para conseguir compreender um pouco da história do presente, que considero tensa, densa, marcada por relações de poder e, por consequência, com espaços para configuração de lutas que permitem ver e funcionar resistências. Acompanho, reúno e seleciono nesta pesquisa enunciados de/em sites jornalísticos paranaenses que estão na web – Gazeta do Povo, Folha de Londrina, Plural e Brasil de Fato Paraná – que possibilitam descrever e analisar as configurações das posições de sujeito de modo a refletir sobre o que temos vivido na contemporaneidade. Para isso, parte do arquivo se constitui trabalhando com citações diretas e indiretas de sujeitos entrevistados que, tradicionalmente, integram a estrutura formal dos textos do campo jornalístico. Não é pretensão analisar, necessariamente, o discurso do Estado, mas dos sujeitos discursivos que falam e são falados nas produções jornalísticas paranaenses a partir

e em torno da proposta dos colégios cívicos-militares. No entanto, em certa medida, aparecem sujeitos que falam e assumem o lugar do Estado também.

Na primeira experiência, durante o mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), propus-me a compreender, a partir de diferentes gêneros no e do jornalismo impresso, as ações de resistências dos sujeitos materializadas em diferentes lugares institucionais, por meio da linguagem verbal escrita, em torno do acontecimento histórico e discursivo marcado por cenas truculentas e chocantes no dia 29 de abril de 2015, durante o período de greve que o Paraná enfrentava. A violência marcou aquele dia, em Curitiba, em frente à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), quando mais de 200 pessoas ficaram feridas após ação da Polícia Militar com uso de grande efetivo e equipamentos como helicóptero, bombas de efeito moral, gás lacrimogênio, balas de borracha, gás de pimenta e cachorros, sem que houvesse nenhuma interrupção dos então governador e secretário de segurança, Beto Richa e Fernando Francischini, respectivamente. Na ocasião, os grevistas se posicionavam contra o projeto que alterou o Paraná Previdência, sistema exclusivo de aposentadoria dos servidores. Esse foi um dos episódios da greve que durou mais de 60 dias e tinha outras reivindicações. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) iniciou as paralisações, mas depois teve a adesão de outras categorias, como as dos professores e dos funcionários de universidades, agentes penitenciários e servidores da saúde. Desde então, tem sido perceptível uma maior intensidade na emergência de práticas discursivas autoritárias, antidemocráticas e, portanto, violentas que se espalham por diversos campos da sociedade e em todo país afetando a educação, a cultura, as mulheres, as pessoas negras, pobres e da comunidade LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais).

A definição por investigar as inscrições do discurso em práticas jornalísticas tem influência do percurso pessoal, acadêmico e profissional que tenho trilhado. Pessoal pelo interesse que o jornalismo me desperta muito antes de sonhá-lo como profissão. No âmbito acadêmico começa com a graduação em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, perpassa a licenciatura em Letras, quando tive a oportunidade de aproximação com a produção de ciência no campo da linguagem por meio de participação voluntária em projeto de Iniciação Científica com análise de materialidades de jornais e no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) até chegar ao momento em que ingresso na pós-graduação *stricto sensu* e aprofundo as reflexões em torno da língua(gem) produzida pela/na imprensa. Também relaciona-se ao exercício profissional de um jornalista que já passou por redações de jornais e assessoria de instituições do setor público e, mais recentemente, tem se desafiado na docência

do Ensino Superior como professor temporário no curso de Comunicação e Multimeios, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), o qual contempla a complexidade e as vastas possibilidades do campo da comunicação, permitindo, inclusive, levar para o cotidiano da sala de aula discussões que só são possíveis após a experiência junto ao período de mestrado e doutoramento, bem como diálogos nos eventos científicos e com grupos de pesquisa de diferentes instituições local, nacionais e internacionais. Após esse relato, explico os direcionamentos que conduzem esta tese.

Retornando à história não com a proposta de estabelecer uma linha evolutiva do tempo, nem “grandes unidades” ou “totalidades do passado” (Foucault, 2005), encontro indícios de como são dados os acontecimentos e como estes vão eclodindo transformações e rupturas da sociedade. Esse movimento desencadeia níveis diferenciados que se ligam e são constituídos nas relações que estabelecem entre eles. Sobre isso, Foucault (2010, p. 5) assevera que “existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos”. A partir de um conjunto de enunciados dispersos em superfícies e temporalidades distintas, mapeio níveis que possibilitam a irrupção da implantação dos colégios cívico-militares no Paraná. A escavação dá a conhecer fatos comuns ou extraordinários da história que se sobrepõem, atualizam e coexistem, ao mesmo tempo que sustentam a análise sobre como e de que forma os sujeitos foram se posicionando no discurso sob investigação.

Em nível nacional, em 2016, ocorreram manifestações acaloradas e o acirramento da polarização política que, por uma série de relações de poder, resultaram no golpe que destituiu Dilma Rousseff do mandato como a primeira presidenta eleita e reeleita do Brasil. Nesse cenário, inclusive, as disputas ficaram evidentes em discursos midiáticos. Em análise de editoriais produzidos por dois jornais nacionais e um francês, Souza (2021), sob as perspectivas teóricas de Michel Pêcheux, Michel Foucault e Jean-Jacques Courtine, problematiza o aparecimento/uso dos termos *impeachment* e *golpe*. O autor empenhou-se em identificar, na dispersão dos discursos jornalísticos, as regularidades constitutivas dos enunciados. Como resultado desse empreendimento, verificou a presença de posições enunciativas de diferentes formações discursivas, embora exercendo funções de equivalência, distanciamento e retroalimentação. Apesar de deslocáveis, jornais da grande mídia, como Folha de São Paulo (nacional) e *Le Monde* (estrangeiro) são citados como reduto de um pensamento cristalizado que dizem não considerar o processo como um golpe. Ao estabelecer uma comparação entre sequências discursivas da Folha de São Paulo e da Carta Maior (independente), por exemplo,

nota um contraste nos usos dos termos, sendo que, para este último jornal, o *impeachment* é entendido como um golpe.

É nesse contexto que outro acontecimento ganha mais visibilidade e força: o clamor da sociedade por “intervenção militar”. O desejo e o acionamento de considerável parte da população por uma agenda militar se expandiu com a greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018. Tal constatação ganhou destaque em notícia publicada pelo portal Terra, quando Spechoto (2018) apresentou dados extraídos da ferramenta *Google Adwords*¹ que registrou 3,17 milhões de buscas pelo termo no período das paralisações. Essa aspiração latente entre brasileiros combinada com a pauta militar que Jair Bolsonaro sempre defendeu, desde o início da trajetória política em 1990, foi um dos fatores que viabilizou o resultado da eleição presidencial.

Uma análise dos conteúdos proferidos em discursos do político entre 1990 e 2017, por exemplo, resultou em texto noticioso na BBC Brasil com um diagnóstico de algumas das mudanças nos posicionamentos. Na análise de Shalders (2017, *on-line*), “Embora sempre tenha se identificado com a direita, o Bolsonaro do início da carreira era muito mais preocupado com a defesa dos interesses dos militares (sua base eleitoral de então) do que em polemizar com o PT e a esquerda.”

Não que o interesse do ex-presidente Jair Bolsonaro tenha mudado. As propostas e decisões, após empossado, sempre estiveram muito próximas do discurso e dos interesses militares, basta observar as frequentes estratégias, defesas e pessoas que integraram a equipe de governo. Uma das primeiras, talvez, tenha sido o Decreto n 9.665, de 02 de janeiro de 2019, que trata da estrutura e dos cargos em comissão e de confiança do Ministério da Educação (MEC). O documento criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares que, até aquele momento, não existia. Também estabeleceu, por meio do Decreto n. 10.004, de 05 de setembro de 2019, a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares². Outra é a proposta de gasto de R\$ 55 milhões em gratificações para militares, conforme revelou notícia de Galvani (2021) no jornal Estado de Minas. Além disso, a situação se refere aos 2.673 militares ativos e da reserva, designados em cargos comissionados de 70 órgãos do governo

¹ Após atualizações passou a ser chamada de *Google Ads*. O principal objetivo, atualmente, é a programação de anúncios publicitários na internet que impulsionam o aparecimento de empresas, produtos e serviços de modo segmentado e destacado em resultados de pesquisa, em websites, e-mails, aplicativos e no *YouTube*. No entanto, desde sempre, disponibiliza estatísticas que permitem mensurar o alcance, entender o comportamento do público e fazer ajustes a partir dos objetivos de cada ação. Entre as várias possibilidades, uma delas é descobrir palavras-chave que estão em evidência entre os usuários para que sejam incorporadas em estratégias publicitárias e, do mesmo modo, contribui com o jornalismo que pode acompanhar temas e fatos de interesse em períodos específicos.

² Tanto os instrumentos legais mencionados (decretos 9.665 e 10.004) como as diretrizes relacionadas ao programa estão disponíveis em site específico disponível em <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2021.

federal, segundo dados de março de 2021, divulgados no Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) e noticiados no portal Metrôpoles por Marchesini (2021).

Esses aspectos são destacados, justamente porque interessam para chegar em uma problemática ainda mais localizada: o modo como os sujeitos envolvidos se posicionaram no discurso a respeito da presença militar no contexto educacional do Paraná. Volto às análises realizadas na dissertação de mestrado (Ceniz, 2017), que, à época, já demonstraram sequências enunciativas (SEs) em que os sujeitos do discurso da/na mídia ocupavam posições que evocavam o campo associativo do regime militar e/ou ditatorial. A questão é que isso não parou. Na medida em que, nacionalmente, aumentou a proliferação de discursos em torno desse domínio associado, os estaduais também estiveram na mesma toada. Concomitantemente a esses estratos de acontecimento citados, houve a implantação/expansão do Colégio da Polícia Militar no Paraná (CPM). A instituição, que existia apenas em Curitiba, em 2018 chegou no interior, na cidade de Londrina, acompanhada da retórica política que dizia estar preocupada com “o fortalecimento [sic] do ensino público gratuito e de qualidade cada vez maior no Estado” (Paraná, 2018a, *on-line*). Tanto é que na inauguração foram anunciados outros três para as cidades de Pato Branco, Cornélio Procopio e Cascavel, explicando que “a gestão da escola é da Polícia Militar e o quadro de professores são da rede estadual de ensino” (Redação, 2018, *on-line*).

Em 1º de janeiro de 2019, enquanto ocorria a posse de Bolsonaro em Brasília, no Paraná quem assumia o governo era Carlos Roberto Massa Junior, mais conhecido como Ratinho Junior. A aproximação entre esses dois sujeitos aqui é estratégica, por entender que juntos seguiram e seguem um projeto com linhas bastante parecidas ou, conforme os termos foucaultianos, com certas regularidades, no que se refere às relações de poder-saber que desejam exercer sobre diferentes áreas da governabilidade estadual e federal, mediadas pelos dispositivos de segurança e pelo racismo de estado (Foucault, 2008). Quais as condições de possibilidade para afirmar isso? Os ditos e escritos (re)produzidos na mídia e as próprias ações implementadas por ambos. Na crise instaurada entre instituições e poderes, acentuada sobremaneira nos últimos cinco anos, há diversas notícias que evidenciam isso em alguns títulos como: “Ratinho Junior não assina carta de governadores que critica Bolsonaro” (Redação, 2020, *on-line*) e “Ratinho Junior não assina carta de governadores em defesa do STF” (Frey, 2021, *on-line*), dois fatos históricos distintos que demarcam discursivamente uma regularidade na posição do sujeito falado.

Uma das únicas manifestações públicas e coletiva do governador paranaense foi em março de 2021, dois anos após assumir o cargo e uma série de momentos críticos envolvendo

a pandemia do Coronavírus, conforme registrava notícia da CBN Curitiba³ intitulada “Pela primeira vez, Ratinho Junior assina carta rebatendo Bolsonaro”. No entanto, não foi a única empresa jornalística a fazer o destaque. Embora o título “Ratinho Junior assina carta com mais 15 governadores e confronto Bolsonaro” não identifique se tratar da primeira vez que a situação ocorreu, a notícia publicada pelo Bem Paraná apresenta a referida informação como acontecimento discursivo já no parágrafo inicial e também menciona a postura do governador de não criticar o então presidente.

O governador Ratinho Júnior (PSD) assinou carta com outros 15 governadores criticando a postura da administração do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de atacar os governos estaduais pelas medidas de restrição à circulação para tentar combater o crescimento dos casos de Covid-19 no País. **É a primeira vez que Ratinho Jr confronta Bolsonaro publicamente ao lado de outros governadores.** Até então, o paranaense evitava críticas ao governo federal, alegando não querer “politizar” a pandemia (Da redação com agências, 2021, *on-line*, grifos meus).

No plano de governo, apresentado e registrado por Ratinho Junior junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na primeira candidatura ao Estado do Paraná, em 2018, ao pesquisar a palavra “militar” aparecem dois resultados interligados em uma mesma proposta: “Colégios Militares: Ampliar a oferta de colégios militares da polícia do Estado do Paraná” (TSE, 2018, p. 68). É, portanto, com a primeira gestão que o projeto chamado “Colégios Cívico-militares” se torna mais efetivo. Uma modificação na estrutura linguística já pode ser notada quando nomeia o projeto com a inclusão do “cívico”, assim como ocorre no programa federal.

Já entre as propostas da disputa eleitoral mais recente, finalizada em outubro de 2022 com a vitória em primeiro turno, o termo é menos tímido. Quantitativamente são 19 resultados, demonstrando maior visibilidade e ligação com a área militar, entre os quais a educação aparece nos momentos específicos em que detalha as realizações do mandato 2019/2022, a saber:

- 1) No tópico em que aborda a “Qualidade do ensino”, está registrado:

Outra característica foi a diversificação dos modelos. Foi implementado o **programa Colégios Cívico-Militares do Paraná em 199 colégios**, proporcionando uma nova alternativa de aprendizado, a partir de ampla pesquisa e demanda; realizada a adesão ao modelo de Escolas Cívico-Militares Federais, com mais nove unidades (TSE, 2022, p. 24, grifos do autor).

³ Disponível em: <https://cbncuritiba.com/ratinho-junior-carta-rebatendo-bolsonaro/>. CBN Curitiba, 2021. Acesso em: 15 set. 2021. A notícia mencionada neste trecho não está mais disponível para acesso, mesmo assim decidi por manter caso a CBN Curitiba volte a tornar pública novamente. A decisão leva em consideração se tratar de um enunciado importante para a construção da pesquisa. Como o material foi utilizado no texto da tese antes das eleições de 2022, uma possibilidade que visualizo é que possa ter ocorrido a exclusão de conteúdos em sites jornalísticos que, de algum modo, possam repercutir de forma negativa na imagem do Ratinho Júnior que se candidatou e reelegeu para o segundo mandato.

2) Quando desenvolve o ponto “Forças policiais”, é mencionada a implantação de Colégios Militares, que se caracteriza por um formato diferente dos cívico-militares, da seguinte forma:

Na área educacional, quatro novos colégios foram instalados em Cornélio Procopio, Maringá, Foz do Iguaçu e Pato Branco. Ao todo, já são mais de 6 mil vagas anualmente para os jovens paranaenses (TSE, 2022, p. 35).

3) E, ao tratar da “Educação inclusiva e moderna”, volta a se referir ao modelo Cívico-Militar no seguinte enunciado:

O Paraná está construindo uma grande história na educação pública. Há mais oportunidades para os adolescentes, novas escolas, facilidades de acesso e oferta ampla da educação em tempo integral ao modelo Cívico-Militar, além do ensino profissionalizante (TSE, 2022, p. 69).

Esses recortes orientam a observação de que existe um escalonamento de acontecimentos diferentes (Foucault, 2010) que, em alguma medida, estabelecem o contexto atual. Em vista disso, orienta a possibilidade de um recorte para empreender a pesquisa focalizando no tema que é o processo de mudança de escolas públicas paranaenses em colégios cívico-militares, movimento que amplia a existência do modelo que se ancora e insere a presença militar. Mais especificamente, os discursos que emergem a partir da irrupção desse acontecimento. Para tanto, as seguintes afirmativas nos subsidiam: “não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa” (Foucault, 1995, p. 232) e “para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistências” (Foucault, 1995, p. 234).

Dessa exposição é formulada a questão problema que intento perseguir: Diante do acontecimento discursivo da implantação dos colégios cívico-militares no Paraná, as práticas discursivas jornalísticas e os sujeitos reverberam tal acontecimento. Nesse espaço enunciativo, há condições de possibilidade para existência de tipos de desobediências que indicam contracondutas? Para isso, parto da constatação de que existem focos de resistências ao projeto, mas é necessário compreender como se materializam discursivamente em produções da imprensa. A proposta é analisar em que medida as práticas discursivas de/em sites jornalísticos paranaenses produzem gestos que podem ser entendidos, no interior da resistência, como tipos de desobediências que sinalizam para contracondutas, uma noção que, no pensamento

foucaultiano, permite observar a emergência de enfrentamentos a procedimentos que promovem a condução de modos de existência dos sujeitos.

A hipótese levantada é a de que as práticas jornalísticas materializam posições de sujeito diversas – professores, pais, políticos, especialistas e jornalistas –, e que são investigadas em especial com auxílio do conceito de formação das modalidades enunciativas⁴ (Foucault, 2009). No processo de investigação da presente pesquisa, abordo como as posições de sujeito caracterizam o projeto de uma educação pública perpassada pela organização “cívico-militar”. Ao rejeitar a proposta apresentada pelo Estado do Paraná, os sujeitos do discurso podem fazer ver e falar gestos de resistência que argumentam sobre a não necessidade da perspectiva “cívico-militar”, mas, diante da dispersão discursiva e dos sujeitos que falam, há condições de possibilidade para que a concordância também seja enunciada. Os jornais, como típico da atividade da área, trabalham o acontecimento, possibilitando que sujeitos falem e sejam falados e, portanto, cabe identificar como são apresentados esses movimentos enunciativos. Para essa compreensão, é necessário lançar luz sobre o *corpus* discursivo, tomando por base ferramentas conceituais de Michel Foucault. Partindo da resistência, entendida como lutas contemporâneas contra formas de poder (Foucault, 1995), as desobediências (Gros, 2018) são inseridas na grade desse conceito como possibilidades de desdobramentos para a existência de contracondutas.

Com isso, defendo, neste texto, a tese de que focalizando a relação entre discurso, acontecimento, poderes e sujeitos é possível observar as lutas pelo poder que se inserem no campo político educacional a partir de grades que permitem especificar a resistência por meio das posições de sujeito em formas de desobediências que sinalizam possibilidades de contracondutas, no que tange a outras possibilidades de governo de si e dos outros. No entanto, não se pode deixar de considerar que qualquer prática desobediente seja, de fato, uma contraconduta. Os enunciados precisam fazer funcionar, especialmente, uma posição de sujeito crítico. Ou seja, existem condições de possibilidade a serem analisadas para determinar se ocorre aproximação com uma postura ética, caso contrário pode ser verificada apenas uma desobediência irrefletida.

Segundo Braga e Sá (2020), o clima polêmico e de certa insegurança proporcionado pelos acontecimentos faz com que, na contemporaneidade,

se multiplicam e se visibilizam, cada vez mais, a atuação de movimentos sociais e de grupos minoritários que subvertem as estruturas do poder e agenciam **lugares de**

⁴ Este é um dos conceitos da “caixa de ferramentas” do empreendimento arqueológico disponibilizado por Michel Foucault que utilizarei como princípio para organização e descrição de sequências enunciativas. No entanto, as características serão arroladas em seção posterior com a devida atenção.

resistência. São iniciativas que promovem o embate entre os discursos que trabalham pela consolidação dos direitos humanos e democráticos universais, e aqueles que insistem na manutenção das segregações e das práticas de violência, autoritarismo e silenciamento (Braga; Sá, 2020, p. 10, grifo dos autores).

Não é de hoje que os sujeitos e discursos sobre a educação são objetos de investigação. As justificativas para se debruçar sobre o que se produz nesse amplo campo de saber foram, são e ainda serão produtivas em pesquisas foucaultianas que perpassam a Filosofia, a Linguagem, o Jurídico, a Psicologia, as Artes e tantas outras áreas. Como já sugeriu e demonstrou Fischer (2012, p. 99), quem volta o olhar para discursos do campo da educação, a partir dos escritos de Michel Foucault, encontra “inspiração para pensar de outra forma os modos pelos quais temos feito escolhas temáticas, teóricas e metodológicas”. Assim, explicita lições e desafios ao pesquisador:

A primeira é compreender que nossas lutas (e pesquisas) sempre têm a ver com linguagem, já que estamos continuamente envolvidos com lutas discursivas; a segunda atitude é atentar para a ideia de que palavras e coisas dizem respeito a fatos e enunciados, que a rigor são “raros”, isto é, não são óbvios, estão para além das “coisas dadas”; a terceira, que fatos e enunciados referem-se basicamente a práticas, discursivas e não discursivas, as quais constituem a matéria-prima de nossas investigações, (não importa em que campo se concentrem) e que dizem respeito sempre a relações de poder e a modos de constituição dos sujeitos individuais e sociais; finalmente, a atitude de entrega do pesquisador a modos de pensamento que aceitem o inesperado, especialmente àquilo que se diferencia do que ele próprio pensa (Fischer, 2012, p. 100).

Neste intento de discutir as práticas discursivas jornalísticas que tematizam os colégios cívico-militares, a novidade não está tanto no objeto de análise, mas no acontecimento e nos enunciados a sua margem. Além disso, conforme escreve Veyne (2011, p. 98), “às diferentes questões, respondem discursos diferentes; apreendemos a cada vez um real, que não é o mesmo; o objeto do conhecimento não permanece o que é ao longo dos sucessivos discursos”. Portanto, não é objetivo adotar uma perspectiva que se volta para as atividades de ensino e aprendizagem, mas para enunciados que produzem acontecimentos e sujeitos que estão/são ligados ao contexto da escola pública no Paraná. Um arquivo que se constitui, considerando os enunciados “que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo” (Foucault, 2009, p. 146).

As séries enunciativas para análise são formadas a partir do que emerge no espaço digital, em publicações dos sites jornalísticos paranaenses, porque, com o advento da internet, esse campo do saber tem sido transposto e/ou reconfigurado dos meios analógicos para os digitais. A escolha pela Gazeta do Povo (GP) e pela Folha de Londrina (FL) são justificadas

pelo longo período de existência (respectivamente, desde 1919 e 1948), pelo considerável alcance de circulação, pelo imaginário que nutrem na sociedade paranaense e por se configurarem como veículos tradicionais, com origem impressa, que migraram ou se adequaram e utilizam a internet como suporte. Já o Plural e o Brasil de Fato Paraná (BdF PR) são veículos mais recentes em circulação na imprensa estadual, que nasceram respectivamente em 2019 e 2014. O Plural (2021, *on-line*) foi concebido como um projeto digital e se classifica como “veículo jornalístico independente”, enquanto o Brasil de Fato Paraná (2021, *on-line*) é um site de notícias e produtor/distribuidor de um jornal impresso regional semanal resultado da ampliação da versão nacional do projeto Brasil de Fato.

Com base em articulações de Reis (2017), um veículo tradicional se relaciona ao conceito de hegemonia e possui uma legitimidade atribuída por uma maioria. Já os veículos independentes representam o oposto, ou seja, são contra-hegemônicos. Como define, os independentes não se vinculam “a nenhuma grande empresa de comunicação” e tentam atuar na contramão do que fazem os jornais convencionais. Uma forma de verificar isso é observar as escolhas e a produção das pautas que, em geral, são diferenciadas. Nesse caso, a autora enfatiza que “o desafio para o jornalismo independente contemporâneo, então, constitui-se em cobrir/reportar/narrar as especificidades de cada grupo social, sem perder de vista a causa comum” (Reis, 2017, p. 202).

O *corpus* é construído com publicações dos referidos sites que abordam o acontecimento, especialmente, na primeira etapa entre setembro de 2020, quando iniciam ações e divulgação de implementação do projeto, até dezembro de 2020. É dada especial atenção às produções textuais caracterizadas no âmbito dos gêneros jornalísticos como notícias, entrevistas, reportagens, artigos e colunas.

Os enunciados retirados desse arquivo não são vistos como documentos no sentido de reconstituição ou memorização do passado. A proposta é descrever os documentos transformando-os em monumentos (Foucault, 2009), de modo a explorar as relações que se apresentam na superfície e fazem emergir tipos de acontecimentos que podem se organizar em séries. Emprestando uma afirmação de Gregolin (2020, p. 81-82), – ao refletir sobre o desafio de trabalhar com as mídias digitais que, pelos processos tecnológicos, muitas vezes causam a ilusão de que publicam só o verdadeiro –, como analista de discursos, o que pretendo é “interpretar os textos em sua condição de ‘monumentos’ (para empregarmos um termo usado por Foucault) e fazê-lo de forma politizada e comprometida com o bem da maioria”. Dessa forma, portanto, assumo uma postura ética e crítica como sujeito e intelectual, localizado no

interior dos Estudos Discursivos Foucaultianos, na tentativa de compreender uma parte da nossa história do presente.

Vale destacar que, em abordagem sobre as mídias como produtoras da história do presente e possibilidade para afirmar ou constituir identidades dos sujeitos, Gregolin (2020, p. 77) salienta que elas possibilitam “enxergar mais, melhor, além do que poderia ser visto normalmente, de se poder ouvir além do que o ouvido humano é capaz de captar. Assim [...] produz novas subjetividades, novas formas de ser e de estar no mundo”.

Para o problema que elaboro, meu **objetivo geral** é: compreender como sujeitos enunciadores se posicionam discursivamente em sites jornalísticos paranaenses acerca do acontecimento da implantação dos colégios cívico-militares no Paraná, a partir das (des)obediências como possibilidades de materializar contracondutas. Os **objetivos específicos** são: a) descrever as posições de sujeito em relação à acontecimentalização do discurso da militarização sobre a implantação dos colégios cívico-militares do Paraná; b) verificar como a disciplina é acionada como elemento no discurso dos sujeitos enunciadores em torno dos colégios cívico-militares paranaenses; c) analisar as ocorrências de práticas discursivas obedientes/desobedientes que sinalizam contracondutas nas posições de sujeito que se manifestam em relação à implantação dos colégios cívico-militares do Paraná.

Esta pesquisa se desenvolve no interior das discussões e dos trabalhos do Grupo Interinstitucional de Estudos Foucaultianos da UEM (GIEF), no quadro do Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM (PLE) concentrado na área de estudos linguísticos, na linha de Estudos do texto e do discurso, bem como se relaciona às discussões e reflexões junto ao GT Estudos Discursivos Foucaultianos, filiado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll). Orientado pelo professor doutor Pedro Navarro, o grupo tem se dedicado a estudar a relação entre saber, poder e subjetivação concentrando-se nos postulados teórico-filosóficos de Michel Foucault. Desse modo, o método arqueogenealógico é fundamental para os capítulos que seguirão, porque

as descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e complementarem. A parte crítica da análise liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso; procura detectar, destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso. Digamos, jogando com as palavras, que ela pratica uma desenvoltura aplicada. A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação e, por aí entendendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas (Foucault, 2014, p. 65).

Aceitando as palavras de Navarro (2020a, p. 10) assumo “escolher um caminho e suportar o abandono do outro”, ainda mais nesse lugar em que a pesquisa se inscreve e demarca concepções bem específicas de compreensão e mobilização de conceitos como sujeito, discurso e história.

O objeto de análise desta pesquisa – as formas de resistência ou não dos sujeitos que enunciam em textos noticiosos em relação à implantação dos colégios cívico-militares paranaenses, voltando, para tanto, aos discursos jornalísticos do Paraná em meio digital – focaliza a relação entre discurso, poderes, sujeitos e acontecimento. Considero que a pesquisa desenvolvida se enquadra como um gesto micro no sentido foucaultiano, nem por isso individual. Ela se aproxima e se soma a outras propostas que visam olhar o modo como os sujeitos do e no discurso lidam com o desejo e a presença do militar no interior do ambiente escolar.

O jornalismo é definido como uma superfície de inscrição dos enunciados e que se estabelece como um espaço onde a sociedade tem acesso facilitado ao que acontece. Resgatando as palavras de Traquina (2005, p. 19), “o jornalismo é a vida, tal como é contada nas notícias de nascimentos e de mortes, tal como o nascimento do primeiro filho de uma cantora famosa ou a morte de um sociólogo conhecido mundialmente. É a vida em todas as suas dimensões, como uma enciclopédia.” Tal afirmação é mencionada pelo autor como algo poético, mas resguardadas, neste momento, as polêmicas que existem, a imprensa desempenha um papel de narrar e produzir a vida em todas as suas nuances – sociais, históricas, econômicas, políticas e emocionais –, de atravessar aspectos da educação e, com isso, sua prática forma os objetos e os sujeitos de que falam.

Direcionar um foco de luz para os sujeitos e os discursos que envolvem a educação é assumir uma posição política como sujeito que acredita na educação como um campo de saber que promove transformações, é tentar ver melhor o que se faz e o que pode ser feito em defesa de uma educação que seja pública e de qualidade para toda sociedade. É pactuar com Hooks (2013) quando relata sobre as primeiras experiências escolar, mas sabendo que a visão tem uma carga romantizada que não expressa uma série de problemas que, posteriormente, ela mesma ressalta sobre a necessidade de transgredir.

ir à escola era pura alegria. Eu adorava ser aluna. Adorava aprender. A escola era o lugar do êxtase – do prazer e do perigo. Ser transformada por novas ideias era puro prazer. Mas aprender ideias que contrariavam os valores e crenças aprendidos em casa era correr um risco, entrar na zona do perigo. [...] A escola era o lugar onde eu podia esquecer essa noção e me reinventar através das ideias. (Hooks, 2013, p. 11)

Enveredar por essa região discursiva se justifica, também, por entender que é sempre um espaço polêmico, de históricos embates em especial pelas interferências promovidas pelo Estado, que decide e implementa práticas como redução de orçamento, retirada de direitos, mudanças administrativas e pedagógicas, entre outros. Ao mesmo passo que tem um poder exercido sobre ela, a educação exerce poderes interna e externamente. Por isso, Foucault (2014, p. 41) declara que, embora a educação seja um direito previsto, “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”, o que me desafia no empreendimento desta pesquisa.

Em recente texto, Gregolin (2020) apresenta quais foram as condições que possibilitaram a abertura para que novas perspectivas, no contexto de ensino de língua portuguesa, saíssem dos limites normativos e tecnicistas da abordagem da língua. Ela conta, como foi para se chegar, atualmente, a uma concepção de linguagem como instrumento de poder, a ser observado no âmbito da escola.

Foi preciso muito tempo para que se formassem os Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados apenas no final dos anos 90, nos quais se iria tematizar formal e institucionalmente essa ideia das relações de poder na/pela língua e da necessidade de se formar um aluno que seja capaz de produzir um discurso público, que saiba se colocar de modo a não ser desqualificado por pertencer às classes conhecidas como subalternas, que compreenda o poder da tomada de palavra, do dizer, e que o exerça plenamente. Esse deve ser o objetivo da escola, do ensino, de modo geral, e do ensino de língua, de modo específico. (Gregolin, 2020, p. 73)

Apesar da compreensão do objetivo da escola e da importância da abordagem crítica, a autora comenta que o cenário, desde 2016, com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, tem sido de “retrocesso no plano educacional” e considera um perigo para a perda das conquistas na educação. Portanto, as pesquisas resultantes das provocações de Foucault são importantes para

garantir que suas ideias, que suas teorias continuem nos auxiliando a derrubar certos muros antigos e aqueles que são levantados atualmente, atuando nesse campo dos estudos da língua(gem), e refletindo sobre a “ordem dos discursos”, sobre as coerções sobre o dizer e o interpretar, sobre as formas de poder que elas implicam, sobre os dispositivos que constituem os regimes de verdade de nosso tempo presente. (Gregolin, 2020, p. 74)

Diante de tal apresentação, para a constituição do estado de arte, o fato histórico das movimentações para mudança das escolas públicas paranaenses em colégios cívico-militares

balizou o levantamento de dados no Catálogo de Teses e Dissertações⁵, plataforma eletrônica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portanto, algumas palavras-chave foram utilizadas como enunciado para o processo de busca: “cívico-militar”, “militarização”, “desobedecer”, “desobediência” e “contraconduta”. Todas foram pesquisadas separadamente, entre aspas, considerando o referencial e o campo associado que permitem estabelecer aproximações com o problema e objetivos da pesquisa. De modo a evitar um resultado genérico e aleatório, foram utilizadas opções de refinamento para estabelecer cortes temporais e entre as áreas de conhecimento. Portanto, foram priorizados os projetos acadêmicos incluídos entre os anos de 2018 a 2022 e concentrados em grandes áreas do conhecimento como “Ciências Humanas” e “Linguística, Letras e Artes”.

A partir dos critérios estabelecidos, o enunciado “cívico-militar” reuniu 14 resultados, dos quais nenhum integra a área de “Linguística, Letras e Artes” e 11 estão no campo das “Ciências Humanas”. Na observação temporal, em 2018 e 2020 não foram inseridas pesquisas e os demais referem-se aos anos de 2019, 2021, 2022 e 2023. Ao analisar os títulos e resumos, diagnosticou-se que, embora exista o enunciado, os trabalhos não versam sobre o fato paranaense, não reúnem *corpus* de análise oriundos das práticas jornalísticas, não estão inseridos nos estudos discursivos e não colocam em destaque conceitos foucaultianos.

Como “militarização” é um dos enunciados materializados em parte do que constitui o arquivo desta pesquisa, optei pela inclusão desse item lexical no campo de busca da plataforma. O primeiro resultado foi de 185 trabalhos e, ao estabelecer o corte temporal (2018-2023), o número reduziu para 89 e ficou em 70 quando selecionadas as grandes áreas do conhecimento. No âmbito das “Ciências Humanas” os 69 trabalhos se dividem entre propostas que abordam diferentes fatos e abordagens teóricas. Entre eles, suscitam temas como política externa, ocupação militar em áreas urbanas e periféricas do Rio de Janeiro, bem como sobre aspectos relacionados à educação nacional, do Distrito Federal, de Goiás e de Rondônia. Destaco, no entanto, a tese de Ferreira (2020), “Militarização do ensino e Escola sem Partido: uma análise dos discursos de vigilância, controle e disciplina” que parte de orientações foucaultianas para analisar o decreto do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, o regimento das escolas da Polícia Militar de Goiás, notícias com discursos de presidente, ministros e militares, bem como documentos sobre o Escola Sem Partido. A dissertação de Pio (2023), intitulada “Programa colégios cívico-militares no estado do Paraná: implicações para a gestão escolar”, tematiza o contexto paranaense sustentada pelo método materialista histórico-

⁵ Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 20 nov. 2022

dialético, mas focalizando a análise de um conjunto de documentos. Em “Linguística, Letras e Artes”, o único resultado refere-se à dissertação de Ferrari (2022) intitulada “Em torno do discurso da/sobre a militarização de escolas no Brasil”. O pesquisador analisa, filiado aos pressupostos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, discursos de documentos que implementaram as políticas educacionais de fundação do Imperial Colégio Militar, dos Colégios da Polícia Militar de Goiás e do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. O exposto permite comprovar a viabilidade da proposta.

Uma vez que, no processo de desenvolvimento da pesquisa, reflexões sobre desobediência aparecem como uma novidade apresentada por Gros (2018), indicando como possível gesto de resistência e em diálogo com proposições de Michel Foucault, o termo tornou-se fundamental. Primeiro “desobedecer”, título do livro discutido pelo GIEF, foi a palavra-chave inserida no catálogo da Capes. Apesar de reunir 14 resultados, apenas 1 se enquadrou ao recorte temporal estabelecido. “Como desobedecer: uma análise do disciplinamento em dicas escolares”, dissertação desenvolvida por Barcelos (2022), classificada na grande área de “Linguística, Letras e Artes”, promove uma análise de textos de dicas publicados em blogs pedagógicos à luz de conceitos que faz dialogar teóricos como Bakhtin, Maingueneau, Agamben e Foucault. Além disso, empresta as ideias de “insubordinação” e “provocação cínica”, discutidas por Gros (2018), como possibilidades para que professor e aluno desobedeçam ao regime disciplinar.

No segundo momento, o enunciado “desobediência” exibiu 251 produções científicas, das quais 60 compreendem o período de 2018 a 2023 e 33 são das grandes áreas do conhecimento que integram o refinamento das buscas. Nenhuma das pesquisas das “Ciências Humanas” tocam na desobediência ancorada nas discussões do francês Frédéric Gros, porém a dissertação “Mulheres pastoras da Convenção Batista Brasileira: desobediência feminina frente ao patriarcado cristão no período de 1990 a 2020”, de Pereira (2020), insere algumas reflexões foucaultianas que contribuem com a compreensão do termo na perspectiva filosófica. O grupo de “Linguística, Letras e Artes” congregou 14 resultados, dos quais figuram as dissertações “Discurso e poder de corpos insepultos a partir do mito de *Antígona*” de Krautchuk (2021) e “Mulher Bruxa? Uma análise discursiva foucaultiana da desobediência de Clarice Lispector” de Elias (2023). As pesquisas se filiam aos Estudos Discursivos Foucaultianos e colocam em diálogo Gros e Foucault.

Por fim, o enunciado “contraconduta” que, inicialmente, aparece em 26 resultados foi reduzido para 18 no refinamento que contempla os anos de 2018 a 2023. Parte disso (8) foi de teses e dissertações das Ciências Humanas que evocam Michel Foucault, mas não o

acontecimento histórico-discursivo que norteia esta pesquisa. O que se referiu à “Linguística, Letras e Artes” correspondeu um total de 7 dissertações, todas ancoradas no mesmo campo teórico. Brandão (2020) aborda o acontecimento discursivo “feminejo” e Bassani (2018) o sujeito-mulher em Quarto de Despejo, obra autobiográfica de Carolina Maria de Jesus, umas das mais importantes e primeiras escritoras pretas do Brasil. No entanto, vale destacar quatro recentes dissertações que foram produzidas no interior do Grupo Interinstitucional de Estudos Foucaultianos da UEM (GIEF) e que juntas a esta proposta integram uma rede de trabalhos que tentam pensar o conceito-enunciado em funcionamento, a partir de objetos de pesquisa diferentes: “O dispositivo da maternidade na prática fotográfica: questões do saber/poder pelo viés do discurso imagético”, de Silva (2022); “Um cinema de sinfonias: a trilha sonora de filmes de animação como dispositivo discursivo e seus efeitos subjetivadores”, de Jordão (2022); “Práticas discursivas de resistência estudantil: o que se diz e o que se vê sobre as ocupações das escolas?”, de Ferreira (2022); e “A resistência feminina nas práticas discursivas do ciberfeminismo no canal Think Olga”, de Faria (2022).

Embora os enunciados que conduziram as buscas apresentem resultados, a inexistência de produtos investigativos em torno do objetivo de que trata esta pesquisa, as práticas discursivas jornalísticas e de sujeitos enunciadoreis a partir do acontecimento da implantação dos colégios cívico-militares paranaenses, é um dos indicativos sobre a necessidade de voltar o olhar para o fato que faz falar sobre um período da história estadual que ainda está em movimento. Mesmo os resultados não detalhados, sobretudo por não se enquadrarem nos limites metodológicos estabelecidos para a produção do estado da arte, organizam *corpus* em diferentes materialidades que não destacam as práticas jornalísticas. Outra constatação é a de que a tese pode se somar às poucas pesquisas dos Estudos Discursivos Foucaultianos que, recentemente, se dedicaram a mobilizar conceituações que permitem diferentes formas de se compreender o tempo presente, sobretudo em relação à educação e seus sujeitos.

Para tanto, as seções que estruturam esta tese estão organizadas de modo a cumprir os objetivos estabelecidos. Na Seção 2 estão arrolados conceitos do que se convencionou denominar como método arqueogenealógico para explicar as ferramentas necessárias no processo de organização para descrição dos discursos. Para isso, retomo conceitos como história, enunciado, formação das modalidades enunciativas, poder disciplinar, poder pastoral e governamentalidade. Na sequência, Seção 3, volto-me especificamente para a apresentação teórica sobre a obediência, a desobediência e a contraconduta como tipos de resistências. As Seções 4, 5 e 6 estão organizadas de modo a contemplar os objetivos específicos da pesquisa. O que diferencia uma seção da outra é que há um exercício de verticalização que assenta

questões que tornam mais detalhadas as análises. Dessa forma, dentre as várias ferramentas conceituais disponíveis, existem as que se destacam no exercício analítico. Primeiro, na Seção 4, potencializo um olhar sobre o funcionamento da militarização como um referencial do objeto discursivo colégios cívico-militares, produzindo uma acontecimentalização que faz emergir vontades de verdades variantes às posições de sujeito. Depois, na Seção 5, evidencio discussões em torno dos mecanismos disciplinares em funcionamento no discurso produzido pelos sujeitos enunciadore e publicados nos sites que compõem o arquivo da tese. Na última, Seção 6, retorno à algumas séries e sequências enunciativas que compõem a pesquisa de modo a desenvolver um breve movimento que possibilite analisar as práticas discursivas evidenciando as posições ocupadas pelos sujeitos em práticas discursivas jornalísticas que materializam resistências e podem ser lidas como tipos de desobediência e lançam luz sobre contracondutas.

2. INSTRUMENTOS PARA ANALISAR DISCURSOS “COM” FOUCAULT⁶

Um projeto de pesquisa no interior dos Estudos Discursivos Foucaultianos exige que determinados conceitos sejam mobilizados. Considerando os objetivos propostos, o empreendimento desenvolvido se enquadra teórico-metodologicamente como arqueogenealógico. Como Foucault não trata de terminologias e divisões neste nível, as problematizações apresentadas por Navarro (2020a, p. 14) sustentam esta pesquisa, ao afirmar que “o método arqueogenealógico permite, pois, uma compreensão histórica de como certos mecanismos infinitesimais do poder consolidaram-se e estabeleceram-se como práticas de um saber sobre o homem, por corolário, sobre seu corpo.” Soma-se, ainda, a sugestão de chamar as escolhas de instrumentos metodológicos:

como eu entendo que método é um jeito de pensar e um jeito de olhar um objeto de conhecimento, por isso chamo então a arqueologia e a genealogia de instrumentos metodológicos que Foucault utiliza, ou seja, utilidades essenciais de uma espécie de “caixa de ferramentas” usadas para quebrar as palavras, extraíndo delas o que elas dizem, e quebrar as coisas, pondo à mostra suas visibilidades (Pey, Bacca, Sá, 2004, p. 20).

Em termos de caráter didático-pedagógico, se convencionou dividir a obra do filósofo em fases arqueológica, genealógica e da ética (Oksala, 2011). A arqueologia se ocupa, em especial, de descrever os discursos no nível do que foi efetivamente dito, a fim de verificar como os saberes aparecem na história. Já a genealogia tem como procedimento ampliar as reflexões, por adotar uma postura crítica que visa a compreender e a explicar o funcionamento das relações de poder. Por fim, a ética se interessa por observar a constituição do sujeito consigo mesmo. Esses são postulados um tanto abrangentes e sintetizados, mas que serão aprofundados na medida que forem colocados em funcionamento. Embora pareçam ser demarcações de separação, é importante percebê-las articuladas. Podem até ser mobilizadas individualmente, mas há momentos que necessitam recorrer uma a outra para fins de complementação e realização da verificação constante do trabalho analítico.

⁶ Justifico o título da seção que, do ponto de vista gramatical, apresenta um erro de regência ao escolher o uso do “com”. Embora não esteja “com” a presença humana do filósofo me acompanhando, suas palavras e formulações se tornam companhia e ecoam nesta tese. A representação linguística “com” se tornou, em certa medida, um jargão entre pesquisadores foucaultianos. Para isso, tomo como referência a expressão aplicada por Jean-Jacques Courtine (2003) no título da obra “Decifrar o corpo: pensar com Foucault”, bem como a obra de Jean-François Bert (2013) “Pensar com Michel Foucault”.

Na tarefa de situar as contribuições de Michel Foucault para os estudos discursivos da linguagem e observando o desenvolvimento dos trabalhos do filósofo francês, Navarro (2020a) nos disponibiliza a seguinte orientação:

na dispersão do pensamento de Foucault, em suas análises distribuídas nas chamadas três fases, haveria uma regularidade que nos autorizaria a defender e nos valer da tríplice saber-poder-si, ou “combo Foucault”. Essa regularidade gravitatoria, pois, em torno da noção de discurso como prática que forma os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e os temas/estratégias de que se vale para a produção do conhecimento; tal regularidade gira, de igual modo, em torno do exercício do poder: seus efeitos, suas formas de manifestação e os modos como institui processos de subjetivação. (Navarro, 2020a, p. 23)

Para dialogar com esse postulado, recorro ao próprio Foucault (1995), em um de seus últimos escritos, em que faz uma explanação do trajeto que desenvolveu durante as investigações entre as décadas de 1960 e 1980. Uma das principais afirmações é que não se preocupou com o poder no sentido de defini-lo ou torná-lo um conceito estabilizado. Para ele, o principal tema das análises esteve centrado em compreender os mecanismos pelos quais os seres humanos puderam se tornar sujeitos na sociedade.

Assim, em seus estudos foram identificados três tipos de objetivação que atuaram na constituição dos sujeitos. No primeiro, a investigação analisou determinados saberes que tentaram atingir o estatuto de ciência, projeto que está registrado em “As palavras e as coisas”. Como especifica no subtítulo da obra, foi produzida “uma arqueologia das Ciências Humanas” que percebeu a objetivação do sujeito do discurso, do sujeito produtivo e do sujeito vivo. Esses resultados ocorreram ao lançar luz sobre a linguagem com a gramática geral/filologia, sobre a economia/análise das riquezas e sobre a biologia/história natural.

Enquanto o primeiro tipo de objetivação está no domínio das formas de saber, o segundo já coloca em funcionamento as relações de poder. Trata-se da objetivação do sujeito que resultou em práticas divisórias. Segundo Foucault (1995, p. 231), “o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros”. Para esse empreendimento, na “História da Loucura” o processo de objetivação mostra a divisão entre o são e o louco; em “Os Anormais” é possível perceber divisões entre o doente e o sadio; em “Vigiar e Punir”, o exemplo de objetivação se dá na separação dos criminosos de um lado e os bons de outro. Essas práticas divisórias, ainda que se apresentem em dimensão binária, são possíveis a partir da relação que possuem com as instituições e os saberes científicos de seus respectivos campos e da produção discursiva dos sujeitos. Essas condições possibilitam as divisões e, por consequência, a objetivação do sujeito. Nessas obras, as manifestações do poder nem sempre são perceptíveis pela violência, pois

possuem traços sutis, como é o caso da arquitetura panóptica, que exerce um poder que, ao mesmo tempo, vigia e tenta disciplinar os sujeitos.

Por fim, o terceiro modo estuda “como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos” (Foucault, 1995, p. 232). Esse empreendimento pode ser acompanhado em discussões contempladas na “História da Sexualidade”. Os discursos dos sujeitos em torno da sexualidade são tomados pela prática da confissão, por exemplo, que permitem à igreja produzir uma objetivação do sujeito e, em outros termos, visa ao controle e à disciplina.

Quando afirma que seu interesse é o sujeito e não o poder, Foucault (1995) faz entender que, por meio dos discursos, é possível compreender a subjetivação e a objetivação dos sujeitos. Subjetivação, porque é como o sujeito se torna um e objetivação porque é o modo como ele discursiviza/produz outros sujeitos, objetos e/ou conceitos. Para verificar a emergência de um acontecimento discursivo, os sujeitos estão em constante exercício de relações poder-saber, contribuindo para uma formação histórica e, sobretudo, de si mesmos.

É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e forma sujeito (Foucault, 1995, p. 235).

Quando Foucault explana sobre a ambivalência de significados, o primeiro refere-se aos casos em que os sujeitos passam pelo processo de objetivação. O segundo faz menção aos processos de subjetivação. De certo modo, são complementares e, de acordo com Fernandes (2014, p. 110), o discurso é a condição de possibilidade para “a formação de objetos, inclusive a produção da subjetividade e do sujeito”, e os sujeitos se constituem nas e pelas relações de poder-saber que os envolvem.

Esta pesquisa não se sustenta na teoria do objeto “colégio cívico-militar” e a mudança que provoca nas escolas públicas paranaenses. Seguindo as sugestões do filósofo, por meio dos enunciados que circulam em veículos jornalísticos paranaenses disponíveis no meio digital, intento verificar qual conceito se forma. Ou seja, a partir das práticas discursivas “conhecer as condições históricas que motivam essa conceituação” (Foucault, 1995, p. 232). O arquivo mostra, por exemplo, que há dizeres que fazem surgir a “militarização” como um dos acontecimentos discursivos no contexto das discussões sobre a escola pública paranaense. As condições de possibilidade para tal enunciado são abordadas em seção posterior. A compreensão passa não só pelos ditos e escritos, mas pelos sujeitos que dizem, como dizem e

que demonstram antagonismos nas estratégias discursivas. Passa, então, pelos efeitos da relação poder-saber.

2.1. A história do presente e a análise arqueológica do discurso

De modo a compreender a capacidade descritiva da análise arqueológica, recorro aos escritos de Foucault (2009) para deles retirar os pontos que permitem fazer essa demonstração e, por consequência, são fundamentais no processo de mobilizar as séries enunciativas constitutivas desta pesquisa e indicar possíveis resultados. São vários os cuidados metodológicos requeridos no desenvolvimento da pesquisa, mas, nesse enquadramento, estão fatos, tais como: não existe nada oculto ou nas entrelinhas, o próprio discurso em sua materialidade indica a existência de certas regras de formação que permitem identificar no processo de análise; não é tarefa da descrição estabelecer um trajeto com efeito de continuidade, mas mostrar as especificidades dos discursos como são; não interessa a obra em posição de soberania, nem o sujeito criador, mas os tipos de práticas discursivas; não há interesse no retorno que procura por um ponto de origem, mas descrever um discurso-objeto.

Portanto, marcar o lugar teórico e a concepção histórica da pesquisa é fundamental para a seleção do *corpus*. A história de que se trata aqui coloca-se em oposição à perspectiva tradicional, das longas e contínuas durações. É preciso, em vista disso, estabelecer distinções sobre o que se entende como história e como ela pode ser colocada sob análise. Relembrando a proposta foucaultiana e a tarefa do analista, reforçada por Gregolin (2020), a história do presente é a que interessa. Um primeiro processo desencadeou a instalação dos Colégios da Polícia Militar (CPM), que somam sete unidades em funcionamento com oferta de ensino regular (fundamental II e médio). Pertencentes à Polícia Militar do Paraná, o diretor é o comandante, a equipe de direção e coordenação conta com policiais militares da ativa e para ingresso de estudantes realizam um processo seletivo.

Tabela 1 – Lista de CPMs do Paraná

Sigla	Ano do Decreto
1º CPM - Curitiba	1959
2º CPM - Londrina	2017
3º CPM - Cornélio Procópio	2018
4º CPM - Maringá	2018
5º CPM - Foz do Iguaçu	2018
6º CPM - Pato Branco	2019
7º CPM - União da Vitória	2019

Fonte: elaborado pelo autor⁷

Mais recentemente, em 2020, no entanto, após a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-militares pelo governo federal, em termos da política educacional estadual foi deliberada a Lei nº 20.338 de 6 outubro de 2020, sancionada e publicada no Diário Oficial do Paraná, que marca a instituição e as diretrizes, princípios, objetivos, competências, modelo e composição do programa localmente com a previsão de implantar mais de 200 colégios cívico-militares – fato histórico que orienta a problemática da presente pesquisa. A proposta, organizada por meio do projeto de lei nº 543/2020, foi protocolada na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) pelo governo estadual em regime de urgência e aprovada pela ampla maioria dos deputados. Isso em um intervalo médio de 30 dias em contexto que preconizava as medidas de isolamento e distanciamento em razão da pandemia do Coronavírus e que as escolas funcionavam com as atividades principais no modelo remoto. Após tal ação, na tarde do dia 26 de outubro de 2020, foi divulgada uma lista com 216 instituições que passariam por processo de Consulta Pública para definir pela alteração ou não do modelo. A votação foi anunciada para iniciar no dia seguinte, 27 de outubro de 2020. Para isso, a comunidade escolar – pais e responsáveis, professores, funcionários e estudantes com 18 anos ou mais – precisou comparecer nas escolas seguindo calendário específico. O processo foi encerrado no dia 04 de novembro de 2020, após prorrogação, interrupções e outros fatos, com o seguinte resultado: aprovação de mudança em 186 escolas (86%); rejeição de 25 escolas (12%) e falta de quórum em outras 5 escolas (2%). Considerando a existência de 399 municípios paranaenses, 113 dos 117 previstos na lista concordaram com a proposta.

⁷ O quadro foi elaborado após informações iniciais no site da Polícia Militar do Paraná, disponível em <https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/CPM>. Depois, em consulta às páginas individuais de cada uma das unidades.

Tabela 2 – Colégios cívicos-militares no PR: resultado da primeira consulta pública

Escolas elegíveis	Aprovação	Rejeição	Sem quórum
216	186	25	5

Fonte: elaborada pelo autor⁸

Cabe esclarecer que os CPMs e os Colégios Cívico-Militares, embora sejam instituições educacionais, apresentam aspectos diferentes e que, em alguma medida, convergem na política educacional. O segundo caso é explicado no site da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) retomando as mesmas formulações do Ministério da Educação (MEC) e alterando apenas os entes estaduais que se relacionam ao projeto:

As Colégios Cívico-Militares pertencentes ao Programa Nacional das Escolas Cívico-militares, contam com uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa. Apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da instituição e apoio dos militares inativos das forças armadas.

Os Colégios Cívico-Militares pertencentes ao Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná, contam com a parceria entre a Secretaria Estadual de Educação e Esporte e a Secretaria Estadual da Segurança Pública. Apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da instituição e apoio dos militares do Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV) do Estado do Paraná (Paraná, 2022, *on-line*).

Do ponto de vista do que está enunciado, os colégios cívico-militares passam a contar com uma gestão compartilhada não apenas entre indivíduos que dizem respeito ao contexto da instituição escolar, mas que insere o “apoio” dos militares, sejam das forças armadas ou da corporação estadual.

Na seara deste local de investigação, o documento não tem mais um peso de reconstituição do passado; ele deve ser recolhido como material, a partir do qual é possível procurar as unidades do discurso, os conjuntos e as séries, bem como as relações que estabelecem entre si. Os materiais e ações citados são, portanto, elementos que demonstram as condições de possibilidade e marcos históricos para recortes temporais da descrição e análise da história do presente que se produz a partir do que circula na imprensa. Esse gesto transforma o documento em monumento, seguindo o que propõe Foucault (2009), pois o organiza de outra maneira e atribui outro valor, já que se enquadra na nova história (ou história geral):

⁸ A tabela foi sistematizada a partir do resultado da divulgação oficial realizada pela Secretaria de Estado da Educação disponível em <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Consulta-publica-do-modelo-Civico-Militar-aprova-mudanca-em-186-colegios>.

a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (Foucault, 2009, p. 8).

Esse modo torna-se um ganho para as análises. A título de exemplificação, uma das séries enunciativas, na Seção 4, permite descrever a irrupção do uso linguístico do termo “militarização” e com isso faz perceber as condições que possibilitaram a emergência e o saber em torno desses enunciados. Para a constituição das séries foi necessário definir os elementos que permitiram ainda “fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries” (Foucault, 2009, p. 8). Monumentalizar esses documentos, que se apresentam como séries enunciativas, é uma forma de dar visibilidade ao fato de que não há apenas uma verdade sobre o que se entende por militarização. Monumentalizar é um caminho possível para tirar o efeito de evidência de que esse significante teria apenas uma forma de organizar os saberes sobre a relação professores, alunos e pais. Além disso, a perspectiva da monumentalização questiona a naturalização em torno da ideia de que a disciplina militar é uma forma de educar para a cidadania. Os enunciados podem conter posições de sujeito que fazem alusão à docilização dos corpos, mesmo que isso não esteja expresso na superfície discursiva, visto que o enunciado está no nível da linguagem, portanto, pode referir a todo um domínio associado que circunscreve e localiza o referencial militarização no projeto de disciplinarização referido. De maneira geral, várias são as séries constituídas ao longo da pesquisa para a tarefa analítica e se organizam a partir da combinação de sequências enunciativas (SEs).

Em oposição à história tradicional (ou global/serial), que privilegia uma suposta origem e a continuidade como uma forma de apagamento e homogeneização do discurso, a perspectiva com a qual trabalham os estudiosos do discurso, chamada de nova história (ou história geral), evidencia a descontinuidade e as rupturas, porque é uma maneira de tornar visível as multiplicidades, as dispersões e estabelecer comparações entre as séries, porque, como explica Araújo, (2008, p. 60) “há, isto sim, diversas e diferentes historicidades – a da estrutura econômica, a da estabilidade social, a das mentalidades, a das políticas, a das populações, entre tantas outras”. Os colégios cívico-militares no Paraná são entendidos, assim, como um acontecimento histórico-discursivo que promove um corte e gera nova dinâmica na

história que perpassa o Estado, a instituição escolar, a política educacional e os sujeitos que se vinculam direta e indiretamente a ele.

Com base nessas consequências, a nova história determina as relações que podem ser descritas entre as diferentes séries. Seu olhar está voltado para as margens e não necessariamente para as grandes obras. Assim, parte do processo metodológico faz recair sobre a escrita do cotidiano produzida pelos/nos sites jornalísticos paranaenses selecionados como lugares de emergência para perseguir as práticas discursivas e seus efeitos, pois, retomando a introdução do trabalho, os objetivos e hipóteses, registram eventos que salientam instituições e os enunciados empregados, fazem aparecer as posições ocupadas pelos diferentes sujeitos, produzem acontecimentos discursivos e interferem nos movimentos da sociedade. Pois, segundo Veyne (2011, p. 45), a sociedade “é o que dela fazem a cada época todos os discursos e dispositivos de que ela é o receptáculo”. Fazendo menção à análise do que a imprensa discursiviza, nela surgem “as linguagens flutuantes”, ou seja, as constantes mudanças, o modo como as coisas são ditas e pensadas, as demarcações das temporalidades que coexistem entre os sujeitos, porque a história não é totalizante e, sim, dinâmica.

A cada época, os contemporâneos estão, portanto, tão encerrados em discursos como em aquários falsamente transparentes, e ignoram que aquários são esses e até mesmo o fato de que há um. As falsas generalidades e os discursos variam ao longo do tempo; mas a cada época eles passam por verdadeiros. De modo que a verdade se reduz a um dizer verdadeiro, a falar de maneira conforme ao que se admite ser verdadeiro e que fará sorrir um século mais tarde (Veyne, 2011, p. 25).

Essas considerações a respeito do modo como a história é compreendida permitem ver como os sujeitos são objetivados e subjetivados nas práticas jornalísticas em relação ao acontecimento da mudança de escolas públicas paranaenses para cívico-militares. Foucault (2002) destaca que é

interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história. É na direção desta crítica radical do sujeito humano pela história que devemos nos dirigir (Foucault, 2002, p. 10).

Entretanto, esse não é o único cuidado arqueológico. Nas considerações sobre o arquivo, parto da premissa de que o enunciado é o lugar de suporte material que permite colocar em articulação discurso e história, pois, nessa perspectiva, o que se descreve é o que está no arquivo, ou seja, as práticas discursivas que são objeto de estudo.

temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de *arquivo* (Foucault, 2009, p. 146).

Assim, Sargentini (2004, p. 91) explica o arquivo como “um lugar onde se torna possível pensar as práticas discursivas de uma sociedade. Cada arquivo é estabelecido a partir de uma organização própria, reunindo sentidos advindos de uma diversidade máxima de textos tomados a partir de um tema, de um acontecimento ou de um trajeto temático”.

Portanto, no desenvolvimento desta pesquisa, o arquivo se organiza articulando o tema das mudanças na configuração de funcionamento de escolas públicas paranaenses, mas observando resistências que se manifestam por meio das práticas discursivas e permitam compreendê-las recorrendo às diferentes formas de (des)obediência e/ou (contra)condutas nas posições assumidas pelos sujeitos enunciadoreis. O arquivo nunca é dado a priori, antes, se desdobra em acontecimentos perceptíveis no exercício de leitura das materialidades. Em vista disso, as sequências enunciativas das seções analíticas da tese evocam, por exemplo, discursos em torno da disciplina e possibilidades de compreender o funcionamento de gestos de desobediência/contraconduta. Afinal, “o *arquivo* define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação” (Foucault, 2009, p. 147).

O arquivo é, deste modo, o que faz aparecer no nível do discurso o jogo de relações que particularizam certas discontinuidades e/ou acontecimentos singulares. É “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (Foucault, 2009, p. 147). Além de diversa em quantidade, a organização do arquivo está limitada a superfícies específicas de circulação de enunciados, como os sites GP, FL, Plural e BdF PR que permitem executar a descrição de modo a “flagrar o sistema da formação e da transformação dos enunciados obtidos a partir de uma grande diversidade de textos” (Sargentini, 2004, p. 89).

Nas análises sobre as condições de emergência dos saberes e dos objetos, Foucault também apresenta outros conceitos operatórios que contribuem para historicizar as práticas, em especial, o que diz respeito ao enunciado como unidade elementar do discurso, objeto de discussão da subseção seguinte.

2.2. Do enunciado às modalidades enunciativas

Uma vez que a descrição se impõe como tarefa no empreendimento arqueológico de refletir sobre os saberes, o enunciado e as relações que estabelece com a função enunciativa e a formação das modalidades enunciativas são determinantes para a organização e as entradas analíticas que são mobilizadas, justamente porque o enunciado (Foucault, 2009, p. 90) permite “entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele [...]; como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso.”

Embora o enunciado possa até ter uma estrutura proposicional definida, essa não é e está longe de ser uma condição suprema e soberana, pois não se trata de uma unidade. Em reflexão teórica que percorre a concepção de língua postulada por Ferdinand de Saussure para chegar ao conceito de enunciado em Michel Foucault, Fernandes e Sargentini (2022) asseveram que Foucault negou e recusou ser classificado como estruturalista, pois não conceitua o enunciado funcionando como um sistema binário, que se efetiva com a interdependência de dois elementos. No entanto, concluem que o filósofo francês dialoga com a proposta saussuriana, pois a língua é condição para o estudo do discurso. A língua é vista como um sistema de construção para enunciados possíveis, mas a existência dos enunciados é determinada por outros fatores como historicidade, a materialidade e o social. Uma mesma estrutura pode evocar características bastante diferentes do ponto de vista do que significam, como explicam os autores a partir do modo como observam a conceituação foucaultiana:

A língua é condição de possibilidade material para os enunciados, sem, contudo, estarem no mesmo plano de existência. Se os enunciados, como considera Foucault, aparecem em um momento do tempo, eles têm uma historicidade própria/peculiar; se aparecem em um ponto do espaço, eles têm um lugar social específico; se são pronunciados por uma voz, ou moldados por um gesto, há um sujeito do enunciado [...] (Fernandes; Sargentini, 2022, p. 60).

A explicação de Foucault (2009) para o conceito de enunciado passa por um caminho da negação, pois alega que a estrutura proposicional não é condição suficiente para a existência de um enunciado. Também salienta que tentar aproximar da compreensão do que seja uma frase ou atos de fala torna limitada toda a extensão possível que o enunciado alcança, pois ele se ajusta e transgride essas estruturas, tem limites e independência que sempre variam.

O enunciado é, portanto, uma função que singulariza um acontecimento como irrupção histórica que a língua e o sentido não podem esgotar completamente. Desse modo, deve ser

entendido como único, apesar de estar sempre suscetível a transformações e repetições, uma vez que se liga a outros enunciados que antecedem e/ou os sucedem. Em virtude dessa característica, um enunciado pode estabelecer relações com grupos de enunciados e acontecimentos discursivos, fato esse que impõe que se compreenda o enunciado “na estreiteza e singularidade de sua existência” (Foucault, 2009, p. 31).

Por ser uma função, não possui critérios de unidade. A sua existência cruza domínios de toda série de signos possíveis “que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. É essa função que é preciso descrever agora como tal, ou seja, em seu exercício, em suas condições, nas regras que a controlam e no campo em que se realiza” (Foucault, 2009, p. 98). O trabalho com o enunciado pode acontecer quando as quatro características intrínsecas da função enunciativa são descritas. São elas: um referencial, uma posição de sujeito, um domínio associado e uma materialidade. Essa é uma opção que posso utilizar para a descrição do *corpus* que organizo, mas não é a principal no empreendimento da pesquisa. Portanto, as condições de existência dos enunciados permitem que algumas características se destaquem em relação às outras e dialoguem com outros conceitos foucaultianos. O modo como os enunciados emergem é que determina o caminho que percorro na análise.

O referencial deve ser entendido como a condição de possibilidade e de existência para a ocorrência de um enunciado. É por meio dessa característica que se atribui sentido aos elementos linguísticos analisáveis. Uma mesma formulação, mesmo sob condições de repetição, não será necessariamente um enunciado que mantém o mesmo sentido, porque o referente pode alterar as camadas exteriores. Segundo Foucault (2009, p. 103), “o referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado”. Dessa forma, para analisá-lo, considero as relações entre o enunciado e as diferenças que ele mesmo faz aparecer. Militarização é um referencial que emerge da prática discursiva que trabalha o acontecimento dos colégios cívico-militares, aspecto esse contemplado na Seção 4. Apesar da formulação e algumas variações próximas, as posições de sujeito possibilitam perceber a alternância de efeitos em torno do enunciado formando domínios de saber-poder por meio das margens que povoam outros discursos.

Outro aspecto a ser levado em conta: para a existência de signos é indispensável uma instância produtora, ou seja, um emissor. No entanto, ao contrário de evidenciar o sujeito, Foucault (2009, p. 107) trata da posição de sujeito, explicando-a como “um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”. Portanto, é variável

podendo ser ocupada e se manter de forma idêntica e uniforme, na medida em que os enunciados são produzidos, mas também podem se configurar de outro modo. O processo descritivo, nessa dimensão, deve voltar-se para “determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito”. A posição desse sujeito é localizada a partir das práticas que já foram discursivizadas e não é necessário, nas palavras de Foucault (2009, p. 107) “conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente”. Não se trata de uma obrigatoriedade que o procedimento descritivo obedeça rigorosamente a essa orientação, mas entendo como uma viabilidade de encaminhamento defendida pelo autor sempre passível de modificação em relação ao que emerge da materialidade sob análise.

Para tratar do domínio associado, uma frase nunca é suficiente para a existência de um enunciado. Existe uma trama complexa de enunciados que vieram antes e constituem novas formulações, repetições ou até mesmo modificações das que já existem. É preciso estabelecer uma relação com o campo adjacente e lembrar que “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (Foucault, 2009, p. 110). Porque para o autor:

Não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo. [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. (Foucault, 2009, p. 112)

Para que o referente, o sujeito e domínio associado sejam descritos e compreendidos, é fundamental a quarta e última característica: a materialidade. A existência material dos enunciados possibilita a multiplicação e o acúmulo de enunciados, em outras palavras, permite que sejam observadas as transformações. Isso porque, conforme Foucault (2009, p. 114), “a enunciação é um acontecimento que não se repete; tem singularidade situada e datada que não se pode reduzir”. Nesse aspecto, a materialidade exige do enunciado substância, suporte, lugar e data.

Essas características da função enunciativa são uma das possibilidades de descrever e compreender como se constituem as práticas discursivas que fazem emergir acontecimentos discursivos e os objetos que se vinculam a ele. Em se tratando de prática discursiva, Navarro apresenta a seguinte reflexão:

O que é, pois, a prática, senão aquilo que os homens fazem? Nada de enigmático! A prática discursiva constitui o lugar onde os objetos se formam ou se deformam, onde

aparece ou se apaga uma pluralidade emaranhada de objetos de discurso. Assim, analisar um discurso é fazer aparecer um conjunto de regras próprias a uma prática discursiva, sem a tarefa de encontrar as origens dos discursos, mas os começos possíveis de serem demarcados. (Navarro, 2020a, p. 21)

Na análise das práticas discursivas os elementos históricos determinam o tempo e o espaço, bem como definem determinadas épocas, aspectos sociais, econômicos, culturais, geográficos e linguísticos. Pelo conjunto de regras próprias das práticas discursivas, já que as jornalísticas interessam para a pesquisa, pode-se perceber quando uma informação é retransmitida com palavras diferentes, mas do ponto de vista da informação apresenta condições de possibilidade para constituir um mesmo enunciado e, ao mesmo tempo, quando são utilizadas palavras iguais/semelhantes que constituem enunciados diferentes.

Essas dimensões funcionam como guias para gestos de análise das sequências enunciativas que constituem a tese. No entanto, a formação das modalidades enunciativas ganha maior importância e orienta consideravelmente o empreendimento analítico, porque demarcam o estatuto do sujeito que fala, os lugares institucionais aos quais o discurso se refere e a posição de sujeito. Parte das posições de sujeito é identificada por meio das citações diretas que compõem a estrutura de gêneros jornalísticos como notícias e entrevistas pingue-pongue, por exemplo.

Embasados na ferramenta disponibilizada por Foucault, Voss e Navarro (2013) abordam a formação das modalidades enunciativas como um elemento para trabalhar a descrição que faz aparecer certos enunciados ou expressões do sujeito que manifestam dispersões e não unidades. “Um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (Foucault, 2009, p. 61).

Para apreender esse funcionamento, uma das questões que se persegue na análise é: “Quem fala?” (Foucault, 2009, p. 56). Para isso, é necessário compreender quais são as razões e o status garantidos aos indivíduos que, assim, são autorizados a produzir um discurso. Embora o autor exemplifique com o caso do médico, como um sujeito que é dotado de saber e competência para que assuma a palavra, considero, no contexto das práticas discursivas jornalísticas, que o status é sempre variável em relação ao acontecimento discursivo. No cenário político e social da implantação dos colégios cívico-militares, por exemplo, há uma rede de sujeitos autorizados, possíveis de serem revelados e que serão seguidos nas análises. Então, “restituir o estatuto de acontecimento ao enunciado é o movimento descritivo que permite

apreender essas regras que formam os saberes postos em circulação” (Voss; Navarro, 2013, p. 118).

Outro aspecto integrante da formação das modalidades enunciativas associa-se à seguinte pergunta: Quais são os lugares institucionais de onde o sujeito obtém seu discurso? Nas palavras de Foucault (2009, p. 57), “o hospital, local de uma observação constante, codificada, sistemática, assegurada por pessoal médico diferenciado e hierarquizado”. Sendo assim, entendo que existem lugares que são qualificados para que os sujeitos possam observar, apreender, manter e transformar o domínio de saberes. Sob esse ponto de vista, “não basta um sujeito detentor do estatuto da fala, deve também haver a referência desse sujeito a um lugar institucional que autorize a tomada da palavra e, principalmente, que defina o modo como a palavra aparecerá no fio de suas enunciações” (Voss; Navarro, 2013, p. 119). De algum modo, essas referências aos lugares institucionais são pontos de atenção na descrição das sequências enunciativas. Esses lugares são visibilizados na análise quando os sujeitos enunciadore que se posicionam, em especial, demarcam espaços da universidade, do Estado e da família, por exemplo.

Por fim, quais as posições que o sujeito pode ocupar? Esse tópico diz respeito aos modos como o sujeito pode questionar, ouvir, observar, anotar, elaborar hipóteses, argumentar etc. Essas condições permitem que sejam identificadas as formas de posicionamento assumidos pelo sujeito, ou seja, o que é chamado de posição de sujeito. Voss e Navarro (2013, p. 121), comentam que “o próprio tratamento dado por Foucault à posição do sujeito, mostra que sua atuação marca o desempenho de uma subjetividade no limite de um campo de relações”.

No exercício de analisar as modalidades enunciativas que se formam, Voss e Navarro (2013, p. 117) colaboram, ainda, ao esclarecer que se “faz uma espécie de seriação dos enunciados, a qual permite localizar regularidades nos modos de inscrição do sujeito no acontecimento discursivo que caracteriza o aparecimento do enunciado”.

As extrações dos enunciados para os gestos de análise são os movimentos da escavação que Foucault sugere como parte do procedimento metodológico dos estudos discursivos para encontrar as singularidades. Se até aqui abordo aspectos arqueológicos, estou atento ao “método próprio da análise das discursividades locais”, concordando com Navarro (2020a, p. 14). Ainda inspirado pelo autor, a seguir, a genealogia é explicada como uma tática em que as discursividades fazem emergir dispersões de sujeito e sucumbir as continuidades da história.

2.3. A visada genealógica para analisar discursos

Ao apresentar encaminhamentos para a leitura da obra de Michel Foucault, Oksala (2011) afirma que o filósofo não deixou uma definição sobre o que é a genealogia. O termo em si apresenta relações com Nietzsche, mas os elementos utilizados por Foucault não são uma adaptação fiel. A história é uma concepção tomada como elemento participante do empreendimento, em que não tem como tarefa reencontrar raízes ou origens, mas “dissipar aquilo que liga os homens a uma identidade, ao fazer aparecer todas as descontinuidades que os atravessam” (Navarro, 2011, p. 273). Há na genealogia, segundo Oksala, uma prática crítica que não abandona a arqueologia, mas altera o foco do que se questiona. Se antes se falava em domínios de saber, com a genealogia interessa o entrelaçamento com as relações de poder.

não é um empirismo que perpassa o projeto genealógico; [...] Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquiza-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns. [...] As genealogias são, muito exatamente, anticiências (Foucault, 2010b, p. 10).

A ideia “anticiência” que Foucault menciona parece oferecer subsídios para justificar a pesquisa que privilegia o arquivo que se forma oriundo dos sites jornalísticos, afinal é uma superfície de inscrição de práticas discursivas que não focaliza, exclusivamente, saberes científicos. Conforme detalha Sargentini (2004, p. 92), “a partir de um enfoque genealógico, pauta-se em uma concepção do discurso que se articula com a noção de poder. Compreende-se, assim, que há poder no próprio discurso, cujo funcionamento se dá no interior das práticas discursivas”.

O jornalismo, como um campo de saber, impõe algumas estratégias de funcionamento para o que é publicado nos textos em suas diferentes estruturas composicionais apresentadas como gêneros – notícias, entrevistas, editoriais, artigos etc. Assim, instaura uma espécie de (des)ordem discursiva que privilegia certos tipos de saberes e sujeitos em detrimento de outros, o erudito contra e/ou somado ao sujeitoado, o que reforça o entrelaçamento de poder-saber. Na leitura do referido arquivo, foi possível observar um trabalho subjetivo da prática jornalística no momento de enunciar e visibilizar uns sujeitos mais que outros. Em termos genealógicos é possível afirmar que existe “o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais” (Foucault, 2010b, p. 9).

Em se tratando do poder, na genealogia, este não é explicado a partir da perspectiva de que existe uma teoria geral. Foucault, justamente por privilegiar as dispersões, as não linearidades e as heterogeneidades, não se preocupou em estabelecer “uma teoria global que subordine a variedade e a descontinuidade a um conceito universal” (Machado, 2010, p. XI). Em diferentes textos e entrevistas em que foi interrogado sobre o assunto, o filósofo francês reforçou que não existe “o” poder como algo único, nem “o Poder”, mas “práticas ou relações de poder” com formas diferenciadas que existem em ação, que não é uma substância possível de troca, aquisição ou compartilhamento, ou seja, não é algo que se dá. O poder é explicado como o ato de ser exercido, colocado em prática e isso, de acordo com Foucault (2020, p. 101), “se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”.

Nas primeiras incursões investigativas de Foucault, como escreve Machado (2010), as análises do poder diferenciavam-se da ciência política, pois não incluía o Estado como objeto central e único de poder. Por entender que o poder está distribuído na sociedade, considerava-se a complexidade que estabelece uma rede formada de micro-poderes integrados ou não ao Estado. Nessa direção, Foucault investigou os níveis moleculares de exercício do poder, ou seja, existências próprias e específicas que se desenvolveram em cenários bastante limitados e com objetos bem demarcados.

Dessa maneira, a pesquisa proposta atende a esse eixo metodológico, porque a análise de práticas jornalísticas em sites jornalísticos específicos demarca, sobremaneira, temas que se relacionam ao Paraná. Mais do que isso, analiso o exercício de poder a partir dos saberes em torno de um acontecimento discursivo delimitado: a implantação de colégios cívico-militares no referido estado.

O projeto genealógico de Foucault compreende discussões que resultam em vários exemplos de técnicas, estratégias e mecanismos de poder. Alguns deles, que se relacionam com a pesquisa, são tratados a seguir.

2.4. Dos mecanismos disciplinares ao governo

O poder disciplinar, o poder pastoral, o biopoder e a governamentalidade são alguns dos mecanismos de poder que “nasceram” nas investigações de Michel Foucault. A educação não foi um objeto de estudos que recebeu destaque do filósofo. No entanto, suas proposições são aplicadas, também, em pesquisas desse campo de saber como vários outros. É fundamental

que sejam apresentados nesta seção, pois podem auxiliar de modo especial na etapa de análise dos enunciados.

Na obra “Vigiar e Punir”, a instituição escolar e os sujeitos desse espaço são mencionados em alguns momentos quando discute, por exemplo, aspectos das disciplinas. Para esclarecer o que são, Foucault (2012, p. 133) escreve: “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’”.

Trata-se de um mecanismo de poder que aparece nos séculos XVII e XVIII compreendido pelo autor como produtivo, uma vez que as técnicas visam fabricar sujeitos para serem eficazes aos interesses do sistema. Em outros termos, Foucault (2012, p. 133) diz que os mecanismos disciplinares funcionam como uma “anatomia política”, que se movem na direção de tornar os sujeitos “mais obedientes e úteis”, com “corpos submissos e exercitados”, por meio de “uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.”

Entre os exemplos de locais onde identificou o funcionamento dessa invenção, o autor menciona as escolas, os hospitais, a prisão, o exército e a fábrica, sempre para responder às demandas de determinadas conjunturas desses próprios espaços. Um tipo de poder, segundo o qual, se opõe à mecânica soberana e que, de acordo com Gregolin (2015) foi na

sociedade da disciplina [que se] construiu uma maquinaria de poder através do controle dos corpos (anatomia política), que se desenha aos poucos até alcançar um método geral e espalhar-se numa microfísica do poder que vem evoluindo em técnicas cada vez mais sutis, mais sofisticadas, tomando o corpo social em sua quase totalidade (Gregolin, 2015, p. 19).

As práticas de poder que se apresentam no contexto dessa sociedade da disciplina podem ser sintetizadas em quatro características, assim recuperadas por Machado (2010) a) a disciplina é um tipo de organização do espaço; b) a disciplina é controle do tempo; c) a vigilância é um de seus principais instrumentos de controle; e, d) a disciplina implica um registro contínuo de conhecimento. O autor acrescenta que essas são técnicas que estabelecem uma relação de interdependência e que se adaptam aos contextos de diferentes instituições e às diferentes necessidades que são identificadas. No esforço de relacionar tais aspectos ao tema desta pesquisa, considero que os colégios cívico-militares emergem primeiro como um discurso no contexto histórico paranaense, mas já gestado, de certa forma, como o local para a aplicação, verificação e reelaboração de instrumentos disciplinares que possam ser exercidos sobre os

indivíduos. Objeto das práticas discursivas da imprensa, os elementos orientam teórico-metodologicamente a análise da série enunciativa na Seção 5, especialmente a 5.1.

O espaço, por exemplo, é o menos importante para Machado (2010), pois as técnicas disciplinares podem ser aplicadas tanto em espaços fechados como abertos. No entanto, no que afeta a pesquisa, a característica espacial recai sobre a instituição escolar – escolas públicas em transição para colégios cívicos-militares. Sobre a segunda característica, é inegável o funcionamento de distribuição das aulas, início e término dos intervalos em relação ao corpo que se deseja moldar. O tempo também é controlado dentro de cada sala de aula, entre uma atividade e outra proposta entre docente e estudante. A questão temporal é uma forma de controle interior dos espaços, porque produz sujeição do comportamento do próprio corpo.

A terceira característica, a vigilância, produz um efeito potente sobre os sujeitos, na medida em que dá aos indivíduos a certeza de que estão sendo controlados de forma contínua e em toda extensão do espaço em que estão inseridos. Esse tópico é explicado por Veiga-Neto (2017), lembrando o uso que Foucault faz do Panóptico, como uma estrutura arquitetônica eficiente para possibilitar que um indivíduo possa fiscalizar muitos. Por fim, o registro é concebido como uma característica que solicita anotar tudo o que acontece, enquanto observa, para que se torne um domínio de saber a ser utilizado para exercer o poder. As práticas de vigilância são uma das formas de conseguir obter os dados a serem registrados e que permitem a classificação, a caracterização e a organização dos indivíduos.

Sobretudo, a partir do panoptismo, Veiga-Neto (2017) pondera que foi possível o

aparecimento correlato de duas novidades modernas fortemente conectadas uma à outra: no plano dos indivíduos, o **poder disciplinar**; no plano coercitivo, a sociedade estatal. A transformação de uma sociedade de soberania para uma sociedade estatal, isso é, a **estatização da sociedade** está indissoluvelmente ligada ao caráter disciplinar dessa sociedade (Veiga-Neto, 2017, p. 67, grifos do autor).

Essa afirmação reforça, mais uma vez, a viabilidade da proposição de lançar luz sobre as práticas discursivas que colocam no mesmo feixe de relações de poder os discursos que tratam sobre a educação e que dialogam com o Estado. De acordo com Foucault (2012, p. 147), “o controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e de rapidez”. Significa, assim, que esse controle é importante para que o corpo produza mais e de forma eficiente. É um exercício de poder que atua na produção que individualiza o homem. Porém, se o poder do Estado é elemento que atravessa e constitui as práticas discursivas sob análise, há que se considerar a seguinte asseveração do filósofo francês:

o poder do Estado (e está é uma das razões de sua força) é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora. [...] o Estado moderno ocidental integrou, numa nova forma política, uma antiga tecnologia de poder, originada nas instituições cristãs. Podemos chamar esta tecnologia de poder pastoral (Foucault, 1995, p. 236).

Em outros termos, o fato de o poder disciplinar atuar de maneira individualizante faz com que o Estado dele faça uso como uma das tecnologias para que consiga ter um resultado totalizador. Além do poder disciplinar, Foucault, antes, se atentou para outros dois, a saber, o poder soberano e o poder pastoral, a respeito do qual me atenho mais especificamente a seguir.

O poder pastoral propõe relações diferentes das que se veem no poder disciplinar. Foucault usa como exemplo o pastor, o rebanho e a ovelha para tratar desse “tipo” que ganhou força no cristianismo e se exerce a partir de um conjunto de quatro princípios (Foucault, 1995; Veiga-Neto, 2017) que foram assinalados da seguinte forma: a) tem como objetivo a salvação de cada indivíduo, ou seja, garantindo-lhe a vida eterna; b) embora o pastor seja um condutor do rebanho, também deve se sacrificar pela vida do seu rebanho; c) cuida de todo o rebanho como uma comunidade e, também, de cada integrante individualmente; d) nesta forma de poder o pastor deve conhecer em detalhes cada ovelha, para mais bem governá-la e orientá-la.

Ao explicar a matriz do poder pastoral, Filho (2006) aproxima o pastor de um chefe político. Para ele, isso é possível porque, no âmbito da cidade, um problema político que se observa é o do político em relação a um e a todo. De certa maneira, também é possível fazer essa aproximação, levando em conta a relação que determinados políticos mantêm no comando de uma comunidade. Trata-se, nesse caso, de um acoplamento do poder pastoral pelo administrativo, com o intuito de governar, não apenas um cidadão, mas todos sobre os quais seu poder pode alcançar. No Paraná, especificamente, em torno da implementação dos colégios cívico-militares, o governador Ratinho Júnior possa, talvez, ocupar esse lugar de condutor (pastor) em relação a todos os paranaenses e também aos específicos da educação, no caso os sujeitos sobre os quais se aplicam normativas para a condução de condutas. Havia, ainda, a figura do então secretário Estadual da Educação, Renato Feder, que também foi um braço desse poder pastoral-administrativo, em virtude do modo como se deu a gestão da educação sob seu comando. Gestão essa que teve seus efeitos de poder sobre os corpos dos professores, dos funcionários, dos estudantes e dos familiares. O exercício desse poder pastoral, agora com fortes matizes administrativas, também se espalha no contexto das instituições escolares, pois os professores também podem ser aproximados dessa figura pastoral com os alunos e pais. Há que

se considerar, portanto, que essas posições podem se alternar, a depender do lugar e do contexto em que são observadas.

Seguindo em termos de discussão teórica, Filho (2006) argumenta que essa tecnologia de poder deseja dar conta do todo e de cada um: totalizando e individualizando. Para isso, fazem referências grega (democracia e política) e pastoral (valores e ética). A responsabilidade e a obediência são consideradas práticas importantes no interior do poder pastoral. Ao pastor atribui-se a responsabilidade pelo rebanho e cada um dos membros, desde as ações que praticam até os pecados que comete, ligando-os por laços morais. Já a obediência deve ser uma conduta do rebanho para com o pastor, submetendo-se às vontades desse condutor, abrindo-se para o “exame” como um instrumento de revelação da alma ao pastor, e para ter uma “direção de consciência”, ou seja, também ser guiado/conduzido por esse indivíduo, assim legitimado.

A individualização é uma característica no poder pastoral, que funciona a partir das leis e com a verdade, mas como tem o coletivo como uma preocupação após algumas terminologias aparece o termo “condução”.

a partir o século XVI, designando tanto a atividade política de conduzir os outros, quanto os comportamentos – também políticos – de conduzir-se e deixar-se conduzir por outro. Esta noção é um dos legados fundamentais do poder pastoral às sociedades ocidentais. O pastorado passa a ser definido neste momento como “condução das almas” – estão nascendo neste momento as “artes de governar” (Filho, 2006, p. 40).

De alguma forma, o pastorado foi parcialmente uma tecnologia que passou pelo poder soberano. Em termos políticos, Veiga-Neto (2017, p. 68) observa que a diferença entre essas duas matrizes é que “o poder de soberania não pode ser salvacionista, nem piedoso, nem mesmo é individualizante. São coisas que não cabem ao soberano [...] Assim, de certa maneira, o poder de soberania tem um *déficit* em relação ao poder pastoral”.

O biopoder nasce como uma novidade no âmbito dos estudos foucaultianos que se debruçam sobre o poder. Nas leituras de Filho (2006, p. 46), “marca a entrada dos fenômenos próprios à vida humana na ordem do saber e do poder, tratando da colocação da vida como objeto político”. Para que se constitua, combina a inserção da disciplina, norma, panoptismo e dos dispositivos. Então, “tomando o corpo coletivamente, num conjunto de corpos, esse novo poder entreviu um novo corpo, a *população*” (Veiga-Neto, 2017, p. 72). O modo como esse poder se exerce e com o que ele se preocupa é detalhado como um

biopoder que age sobre a espécie humana, que considera o conjunto, com o objetivo de assegurar sua existência. Questões como a do nascimento e da mortalidade, do nível de vida, da duração de vida estão ligadas não apenas a um poder disciplinar, mas

a um tipo de poder determinado que se exerce ao nível da espécie, da população com o objetivo de gerir a vida do corpo social. O que não significa que as estratégias e táticas de poder substituam o indivíduo pela população. (Machado, 2010, p. XXII)

Se com o poder pastoral surge a conduta que abre as trincheiras para refletir sobre as artes de governo, outras tecnologias nascem, a partir do século XVII, com foco direcionado ao poder sobre a vida, as quais seguem na mesma direção. Filho (2006) cita casos como “o governo sobre a vida”, o “governo pela norma”, o “governo do olhar”, o “governo pelos dispositivos diversos” e o “governo da/pela sexualidade”.

Na passagem à modernidade tem-se a governamentalidade como mais uma tecnologia do empreendimento foucaultiano. Na dinâmica da genealogia, o conceito aparece como fundamental, pois é o que dá condições de possibilidade para mostrar alguns entrecruzamentos de matrizes de poder que perpassam o acontecimento da implantação dos colégios cívico-militares do Paraná. Os diferentes “tipos” de poder arrolados antes não somem, nem são excluídos. Na governamentalidade, eles funcionam de forma estratégica e combinada. Para Machado (2010), o Estado adquire importância genealógica no projeto desenvolvido para explicar as práticas de governo. Ao propor essa tecnologia, Foucault (2008, p. 156) responde que a sua motivação foi tratar do problema do Estado e da população.

No processo de historicização desse conceito, Filho (2006, p. 65) comenta que houve uma “colonização da diversidade de artes de governar e o seu afunilamento em uma tecnologia de poder racionalizada e específica, sempre mais voltada para o governo do Estado e da vida”, portanto uma tecnologia política totalizante, individualizante e subjetivante das práticas e efeitos. Quando ocorre o processo de uma tecnologia de governo operar, ela atua no sentido de governar a conduta e a vida, e esse mecanismo recai tanto sobre os alvos individuais quanto sobre as populações e sobre o aparelho político do Estado. As técnicas exercem, entretanto, poder sobre os corpos e sobre as condutas.

Portanto, nessa direção, ao mobilizar a governamentalidade, o que é possível ao trabalho do analista é identificar as técnicas empregadas na condução das condutas dos sujeitos. E quando a conduta aparece como elemento a ser observado, Foucault (1995, p. 243-244) esclarece que “é, ao mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ aos outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades”. Mas, não basta, no entanto, entender esse significado sem compreender a governamentalidade.

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que

permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros - soberania, disciplina - e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (Foucault, 2008, p. 143-144)

São esses elementos que compõe, portanto, o processo de governamentalização. Como essa noção promove uma inter-relação entre diferentes técnicas, instituições, estratégias e mecanismos de poder, é possível fazer uma leitura genealógica da nossa sociedade, de nós mesmos e dos sujeitos. No caso desta pesquisa, intento descrever como os sujeitos se constituem percebendo pelas séries enunciativas em que medida se deixam conduzir ou conduzem a si. Ou seja, conduzir a si é o que Foucault (2006) chama de “governo de si”. O autor explora como os indivíduos na antiguidade estavam envolvidos em práticas e exercícios destinados a aprimorar a autogestão e a formação moral. Destaca a importância da relação entre o sujeito e a verdade, colocando o cuidado de si como fundamental para alcançar a sabedoria e uma vida ética. Filho (2006, p. 63) esclarece que esse é “um domínio ativo do sujeito sobre si mesmo no sentido de governar-se, ‘cuidar de si mesmo’, estetizar sua existência, ‘fazer sua da sua vida uma obra de arte’”.

Ao abordar o eixo que contempla a retomada de formas de exercício de poder, é preciso considerar que nessas relações também existem condições para as resistências. Assim, na próxima seção, desenvolvo um trajeto teórico que passa pelas resistências como lutas contra as formas de poder, apresento uma reflexão sobre as (des)obediências e finalizo com as contracondutas, entendidas como formas de escapar às técnicas de governamentalidade.

3. RESISTÊNCIAS: DESOBEDIÊNCIAS QUE SINALIZAM CONTRACONDUTAS

Na introdução desta tese, já menciono a afirmação que Foucault faz para dizer que o seu empreendimento tem interesse pelo sujeito e como as resistências “não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder” (Foucault, 2020, p. 104). Tomo a resistência, noção da “caixa de ferramentas”, como um “guarda-chuva” que acolhe, em especial, as reflexões sobre as (des)obediências e sobre a contraconduta.

Para determinar as formas de resistência, Foucault (1995) enfatiza que não é suficiente defini-la como “lutas antiautoritárias”, mas determinar o que apresentam em comum. Segundo ele, não são limitadas a um território, lutam contra os efeitos de poder, são imediatas, questionam o direito do sujeito ser diferente, se opõem aos efeitos de poder relacionados ao saber e gravitam em torno de compreender “quem somos nós?”. O funcionamento dessas lutas visa, em especial, atacar técnicas ou formas de poder. Nesse sentido, a resistência é vista na pesquisa em relação a algumas técnicas de poder que são empregadas como forma de governo na sociedade, especificamente no Paraná, no que se refere à implantação dos colégios cívico-militares. Para se configurar como resistência, portanto, se colocam no embate contra técnicas de poder que são exercidas para recair aos sujeitos individuais e/ou coletivamente. De acordo com Machado,

Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social. Foucault rejeita, portanto, uma concepção de poder inspirada pelo modelo econômico, que o considera como uma mercadoria. [...] Ele é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica (Machado, 2010, p. XIV-XV).

Na direção do que se entende por resistência, considerando sua mobilidade e transitoriedade, compreendo que não aparece de modo único. Pode se modificar pelas diferentes estratégias, as quais se desdobram em insurgências, insurreições, desobediências e contracondutas. A resistência, para este empreendimento, passa pela análise das práticas discursivas de diferentes sujeitos e que são inscritas em sites jornalísticos do Paraná, quais sejam: Gazeta do Povo, Folha de Londrina, Plural e Brasil de Fato Paraná. O enunciado é tomado como elemento principal porque dele se desencadeiam descontinuidades. Até mesmo, como dito por Foucault, cada luta se dá em focos particulares de poder que ao falar deles e sobre eles se configura como uma luta. O autor segue argumentando que

E se designar os focos, denunciá-los, falar deles publicamente é uma luta, não é porque ninguém ainda tinha tido consciência disto, mas porque falar a esse respeito – forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo – é uma primeira inversão do poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder. Se discursos como, por exemplo, os dos detentos ou dos médicos de prisões são lutas, é porque eles confiscam, ao menos por um momento, o poder de falar da prisão, atualmente monopolizado pela administração e seus compadres reformadores. O discurso de luta não se opõe ao inconsciente: ele se opõe ao segredo. Isso dá a impressão de ser muito menos (Foucault, 2010a, p. 75-76).

Portanto, se há sujeitos que produzem discursos é porque estão se posicionando, colocando-se diante dos poderes que tentam, de alguma forma, agir sobre eles. Ou seja, nesse escopo é possível identificar (Foucault, 1995, p. 235) três tipos de luta: a) contra as formas de dominação; b) contra as formas de exploração; c) contra a sujeição, formas de subjetivação e submissão.

Na densidade dos discursos, Foucault (2009) mostra a diversidade de possibilidades de análises e, com isso, abre caminhos para a compreensão das diferenças existentes entre os sujeitos, as posições e as funções que ocupam no interior de uma mesma prática discursiva ou instaurando práticas outras. O sujeito do enunciado, por ser uma função vazia, pode ocupar ou assumir posições diferentes, fato que orienta a investigar as condições em que uma subjetividade desobediente pode emergir.

Para entender a constituição e a inscrição do sujeito na história do presente, as entradas desencadeadas em consonância com as proposições de Gros (2018) levam a refletir sobre a desobediência a partir da obediência. Como avalia Braga (2022, p. 1), em texto que trata sobre as contribuições da obra *Desobedecer* aos Estudos Discursivos Foucaultianos, o trabalho cartografa “os modelos gerais em torno dos quais se organizam as obediências e as desobediências, desnaturalizando, com isso, tais práticas [discursivas]”. Ampliando essa linha argumentativa, considero que incluir a discussão na seara da resistência é uma forma de ampliar as discussões que permitam refinar o esquadrinhamento das lutas que se materializam no discurso.

Confessando incômodo com o estado atual da sociedade, Gros (2018) empreende um conjunto de análise sobre o par obediência/desobediência, partindo da seguinte pergunta: por que e como desobedecemos? Pelo que apresenta, a sociedade tem aceitado o inaceitável, de tal modo que o mundo estaria, cada vez mais, tornando-se repugnante às futuras gerações. Diante de tantos problemas que atravessam a história, a obediência tem se manifestado por meio de ações de indivíduos irresponsáveis, que não se opõem às injustiças ou às indecências, conformados e submissos, portanto, passivos e com ausência de reflexão. Por isso, defende uma

“*democracia crítica*” e a ação “de um *si político* que contém um princípio de justiça universal” (Gros, 2018, p. 16, grifos do autor).

A reflexão, a criticidade e o ato de pensar, por exemplo, devem ser tomados como uma atitude necessária ao sujeito. Quando isso deixa de acontecer, o sujeito afirma-se ou reforça-se como obediente. Vale ressaltar, porém, que a obediência não é compreendida pelo autor apenas como algo negativo. Em determinadas circunstâncias, essa prática é desejável, como princípio para a manutenção de certa organização/ordem da sociedade, das instituições e entre os sujeitos. No entanto, Gros (2018) destaca ainda que da obediência pode ser produzida uma existência desobediente. Não qualquer desobediência, mas, fundamentalmente, aquela que esteja ancorada em uma perspectiva ética e justa. Nessa direção, Braga (2022, p. 1) contribui asseverando que “para o autor, apenas mediante a compreensão dos modos e dos motivos pelos quais obedecemos é que poderíamos, enfim, desnaturalizar nossas relações de obediência, problematizando seu efetivo exercício em nossa condução enquanto sujeitos.”

Nessa mesma direção, ao abordar a ética a partir da leitura foucaultiana, aparecem exemplos das sociedades greco-romana e os cristãos.

As sociedades Antigas – grega e romana – são apresentadas de uma perspectiva ética das relações dos sujeitos consigo mesmos, mostrando uma sociedade viril, ativa, afirmativa, centrada numa estética da existência que exige do sujeito produzir-se como uma obra de arte, exercendo um domínio agonístico sobre si mesmo, onde o governo de si mesmo coloca-se em estreita relação com o governo dos outros. O mundo cristão – também visitado de uma perspectiva ética – mostra uma ênfase no conhecimento sobre si e uma interiorização na relação do sujeito consigo mesmo, que implicam uma hermenêutica de si e o governo de si mesmo pela verdade. Predominam nesta cultura a fé cega, a crença incondicional, a obediência irrestrita e a reatividade, além da negação ao corpo e renúncia a si mesmo. (Filho, 2006, p. 71)

Ao instituir a justiça no centro do debate, revisitando “A República”, de Platão, Gros explica que ela reside em aceitar as coisas como são, sem fantasiar ou se acalantar em discursos inúteis. Afinal, “a justiça é praticada por todo lado. Há sempre gente honesta o bastante para manter o mundo. **Mas em que profundidade ela se mantém em nós?**” (Gros, 2018, p. 205, grifo meu). Esse espraiamento da justiça é mencionado por ser uma produção dos homens; assim, cada um tenta estabelecer meios vantajosos para si. Portanto, se as regras e as convenções criadas forem analisadas com base nesse questionamento, a justiça mantém-se apenas no exterior e/ou na superficialidade. Nesse caso, o sentido de justiça não está ligado a uma força interior e crítica que mantém o sujeito reto perante a um si ético. A relação de si para si precisa ser sensível e adquirir dimensões de uma organização social, haja vista a necessidade de que,

“em cada um, seja sempre o que há de mais elevado que comande. A justiça é o que faz resistir perante si mesmo. Não ceder. E é do interior que eu me mantenho” (Gros, 2018, p. 211).

Quando o sujeito se curva às injustiças, às desigualdades e aos interesses privados, perde-se de si mesmo, desse que é o seu primeiro e principal companheiro. Existe sempre o espaço, o tempo e a possibilidade de pensar, escolher e agir. A depender das escolhas, há um preço a se pagar. O pior deles é uma existência destituída e/ou desprezada de si. A noção de justiça, de quem assume a posição de um si político, deve disponibilizar-se ao que é coletivo e social, portanto pensar bem, questionar, não aceitar aquilo que foi naturalizado e fazer sempre outras escolhas, já que somos autorizados e chamados a isso, pois estamos em constante construção.

No processo que é fazer da existência uma obra de arte, o sujeito não é dispensado do pensar. Pelo contrário, recai sobre ele a responsabilidade de não poder atribuir ao outro essa tarefa. Tanto a prática da obediência quanto a da desobediência exige do sujeito o pensar por si próprio, sem transferências ou dispensas. Gros (2018, p. 192) é enfático: “A responsabilidade é um processo de subjetivação, e, no melhor do que se chama “sujeito”, encontramos a descoberta em si dessa parte de indelegável. [...] O sujeito da responsabilidade [...] sou eu no sentido em que não sou os outros”.

O sujeito indelegável é ético, político e cobra dignidade e humanidade universal. Segundo Gros (2018), é um sujeito filosófico que é princípio de atividade, por isso,

dá ou constrói sentido, projeta categorias. A responsabilidade faz encontrar outro sujeito, um sujeito que não é descoberto como uma irrupção. Torno-me, por e para mim mesmo, um sujeito de sentir sobre meus ombros esse peso, peso de meus erros, peso do sentido, peso do outro e do mundo. (Gros, 2018, p. 191-192).

Essa relação de poder e de resistência que caracteriza o jogo estratégico da obediência/desobediência deixa observar a possibilidade de deslocamento da humanidade, em seu movimento, contínuo e descontínuo, de abandono daquilo que se tem (re)produzido como hegemônico, ao qual Gros (2018) classifica como “absurdo” e/ou “irracional” na sociedade. A desobediência, sobretudo, não a naturalizada, é a que conclama os sujeitos ao ato de pensar, refletir, criticar e questionar. Ao mesmo tempo, somos interpelados a praticar a obediência, não, obviamente, aquela passiva e carente de reação, mas a que se exerce, mediante um exercício de consciência e de uma existência ética.

Uma vez que a ética perpassa as práticas de obediência e de desobediência, é possível considerar tais práticas legítimas ou não. Isso vai depender, por exemplo, do modo como os

enunciados e as posições de sujeito são materializados. Não obstante o livre arbítrio que os sujeitos possuem, realizar um exame de consciência é condição fundamental para que pensem no bom governo de si e se responsabilizem também pelo governo que fazem dos outros.

O sujeito crítico, esse que aparece na proposta de Gros (2018, p. 214, grifo do autor), “é a possibilidade contínua de *desobedecer a si mesmo*”. Não é soberano, mas concede espaço para a dúvida; defende “a ideia de humanidade por meio de protestos, recusas claras, indignações, desobediências formalizadas”; pela humanidade, provoca o deslocamento do sujeito em relação a si; é e precisa se “descobrir insubstituível para pensar, julgar, desobedecer, o que nos dá acesso ao universal” (Gros, 2018, p. 216); e tem coragem para encontrar a “urgência e a honra eternas, intempestivas, da verdadeira política, a das desobediências” que habitam os “sis” indelegáveis.

Acompanhando as elaborações de Braga (2022), alguns tipos de obediências e desobediências problematizadas na obra de Gros foram organizadas, como uma espécie de par de correspondência, como mostro na Tabela 3.

Tabela 3 – Pares: obediências e desobediências (Gros, 2018)

OBEDIÊNCIAS	DESOBEDIÊNCIAS
Submissão	Rebelião
Subordinação	Obediência mística
Conformismo	Ironia cética e Provocação Cínica
Consentimento	Desobediência civil

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A submissão funciona como a obediência que indica a alienação de si e a dominação. É comparado pelo autor como um estado de escravidão, porque o sujeito não sabe fazer de outro modo que não seja igual ao que lhe foi atribuído, pedido, ordenado. Para o submisso, fazer diferente resultaria em sanções imediatas. Já como efeito reverso, a rebelião é incorporada como uma estratégia após a união de todos os submissos contra os seus senhores, fazendo com que o “vencido se recompõe” (Gros, 2018, p. 41).

Segundo Braga (2022, p. 2), a subordinação é “uma pressuposição natural da relação de forças: ela constrói não apenas uma hierarquização inata entre os indivíduos, mas ainda um reconhecimento por parte daqueles que obedecem, da legitimidade e da autoridade das quais se investe a voz de comando”. No seu contraponto está a obediência mística, quando “obedece-se o mais fielmente possível, por mais injusta e cruel que seja a ordem, com vista à sua salvação pessoal”. Um caso em que a obediência é resultado de uma ética de si.

Obedecer às leis e seguir a maioria são algumas das características do conformismo. Essa é uma obediência que ocorre pela inércia provocada pelo hábito, mesmo quando o sujeito tem liberdade para fazer diferente. Tanto ele como a submissão, valida Sargentini (2020, p. 87), “respondem a um estilo de obediência passiva. E isso alimenta um totalitarismo democrático, em que se crê haver a existência de um desejo de maioria”. Os contrapontos são a ironia cética e a provocação cínica. Na ironia cética, pode ocorrer um aparente respeito às leis e às convenções, mas isso não significa que o cético as aceita e não atribua questões internas. Já na provocação cínica, o sujeito não sente nenhum tipo de constrangimento em provocar publicamente, ao contrário, o faz com tranquilidade. Sobre as características em torno do cinismo, Gros (2018) sustenta que

A provocação cínica ataca de modo mais frontal, mais violento, as convenções sociais: desobedece-lhes publicamente e em ato. Emprego “cinismo” aqui no sentido antigo. [...] o cinismo é uma sabedoria da provocação que tem como alvo privilegiado os costumes, as convenções, o conformismo generalizado. (Gros, 2018, p. 101)

A explicação do consentimento, nas palavras de Sargentini (2020, p. 85), resulta em “um estilo de obediência que, sendo propriamente político e legalista, leva a narrativizar o discurso em resistência como desobediência civil e esta, por sua vez, compreendida como disfórica”. Por fim, a desobediência civil liga-se aos movimentos coletivos que “podem ser lidos como momentos de reativação do contrato social [...] A desobediência civil apoia-se na constituição de um coletivo que exprime a recusa de ser ‘governado assim’” (Gros, 20018, p. 143).

Os estudos de Foucault (2008) contemplam, também, o tema da obediência. Uma forma de manifestação está no pastorado, como já exposto, identificada como instância da obediência pura, na qual os homens devem ser obedientes para serem conduzidos pelo pastor. A contraconduta é essencial no encaminhamento proposto. Entendo-a, então, como uma forma de funcionamento das resistências. Mais do que isso, uma luta contra procedimentos de governamentalidade (Sargentini, 2021, p. 6268). Para que se configure como tal, requer que se lance luz às práticas discursivas.

É da discussão sobre a conduta, elemento fundamental na relação do poder pastoral e da sociedade ocidental, que Foucault (2008) propõe o emprego de contraconduta como uma noção para demonstrar oposições em procedimentos que objetivam conduzir ou ser conduzido tanto a si mesmo quanto aos outros. Portanto, explica quais as possibilidades que emergem ao trabalhar com tal conceito:

empregando a palavra *contraconduta*, é sem dúvida possível, sem ter de sacralizar como dissidente fulano ou beltrano, analisar os componentes na maneira como alguém age efetivamente no campo muito geral da política ou no campo muito geral das relações de poder. Isso permite identificar a dimensão, o componente de *contraconduta*, a dimensão de *contraconduta* que podemos encontrar perfeitamente nos delinquentes, nos loucos, nos doentes. Portanto, análise dessa imensa família do que poderíamos chamar de *contracondutas* (Foucault, 2008, p. 266).

Mais do que explicar o conceito, por meio da palavra que utiliza, Foucault (2008) refere-se a essa como “lutas antipastorais” o que, de certo modo, nos possibilita aproximar a ideia da *contraconduta* com as resistências que também são abordadas pelo autor como lutas. Um diferencial, aqui, é que são antipastorais, porque se desenvolvem no pastorado. O movimento, segundo expõe, adquiriu formas bastante diferentes. Ela é encontrada em um nível doutrinal; sob a forma de comportamentos individuais e/ou em grupos com diferentes características; em novas maneiras de fazer e de ser; em toda nova maneira de se relacionar com Deus, com as obrigações, com a moral e com a vida civil. Um fenômeno, que denomina *devotio moderna*, marcado pela característica difusa. Nos termos dessa noção, Foucault sistematiza cinco formas de *contraconduta*, levando em conta diferentes temáticas, conforme tabela que segue, organizada para atender aos propósitos da discussão feita até aqui.

Tabela 4 – Formas da *contraconduta* pastoral (Foucault, 2008)

TEMA	ARGUMENTO
Ascetismo	Como o poder pastoral havia instituído a obediência contínua e infinita de um homem ao outro, o ascetismo surge como uma forma individualizante que evita comportamentos condicionados à obediência. “Um exercício de si sobre si, é uma espécie de corpo a corpo que o indivíduo trava consigo mesmo e em que a autoridade de um outro, a presença de um outro, o olhar de um outro é, se não impossível, pelo menos não necessário.” (Foucault, 2008, p. 271) Desse modo, é entendido como uma forma de desafio interior.
Comunidades	As comunidades se constituem com um “fundo teórico que é a recusa da autoridade do pastor e as justificações teológicas ou eclesiológicas propostas por elas” (Foucault, 2008, p. 275). Parte das justificativas as quais problematizam é o fato do pastor não perder o poder mesmo em estado de pecado, o aspecto sacramental e a eucaristia.
Mística	É uma característica que escapa ao poder pastoral, porque a alma “se vê a si mesma. Ela se vê a si mesma em Deus, e vê Deus em si mesma” (Foucault, 2008, p. 280). Nesse aspecto, o pastorado deixa de ser o canal do fiel com Deus, porque a mística tem uma comunicação direta.
Escritura	Com a <i>contraconduta</i> ela é retomada, pois “é um texto que fala sozinho e que não necessita do mediador pastoral; ou, se um pastor

	tem de intervir, isso só pode se dar de certo modo no interior da Escritura” (Foucault, 2008, p. 281)
Crença Escatológica	Há uma prática discursiva para dispensar a figura do pastor, dizendo que Cristo vai voltar ou que chegará a terceira época da história.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Mediante o exposto, esse autor permite que se compreenda as contracondutas como constituintes de possíveis sintomas de “crise de governamentalidade”. No caso que estuda, em relação ao poder pastoral, demonstra que na contraconduta há que se pensar em práticas diferentes ao que se faz ou ao que existe a partir da forma de conduta que se quer resistir. Por esse contexto analisado, Foucault (2008, p. 283) assevera: “podemos dizer que a luta não se faz na forma da exterioridade absoluta, mas sim na forma da utilização permanente de elementos táticos pertinentes na luta antipastoral”, ou seja, é necessário estabelecer táticas de enfrentamento às investidas ao poder que visa conduzir.

Senellart (2008, p. 534) auxilia na compreensão desse empreendimento foucaultiano, destacando a importância de indagar que formas são adquiridas diante de processos de crise para se definir “novas modalidades de luta ou de resistência”. Nas considerações de Costa (2019), as contracondutas visam, especialmente, problematizar o modo de atuação como uma reação e não como uma maneira de eliminar as práticas de governo. Diante disso, no processo analítico da Seção 6, observo os enunciados aproximando-os das formas de desobediências (Gros, 2018) para refletir sobre possíveis sinais de contracondutas. Ancorado no movimento de desobediência é que escavo as posições de sujeito de modo a verificar se elas dão a conhecer focos de contraconduta, ou seja, a condução de modos de existência dos sujeitos. Realizo isso por meio da análise de como irrompem, com valor de acontecimento, as práticas discursivas dos sites que selecionei para formar o arquivo.

Das discussões teóricas e alguns gestos desenvolvidos até aqui, que se configuram arqueogenealogicamente, é que encontro sustentação para empreender, com mais atenção, as análises nas próximas seções. Para tanto, os objetivos específicos elencados na introdução do trabalho contribuem com a organização da pesquisa. Por consequência, permitem a progressão na tarefa de atender ao objetivo geral proposto.

4. POR QUE MILITARIZAÇÃO E NÃO OUTRO ENUNCIADO?

Um panorama do modo como se deu o processo que desencadeou a mudança das escolas públicas para colégios cívico-militares no Paraná, a partir de 2020, já teve lugar na introdução e na Subseção 2.1 quando descrevo fatos, menciono situações e retomo enunciados que envolvem a situação que atravessa a política educacional e social. A repercussão e o envolvimento de diferentes sujeitos que compõem o espaço escolar possibilitaram a emergência de produções discursivas em diferentes suportes midiáticos – jornais, websites, redes sociais digitais etc – as quais serviram de suporte discursivos para um conjunto de elementos que caracteriza a história do presente e, por consequência, faz ver como os sujeitos são falados ou falam sobre o acontecimento em tela.

Nesta seção, os enunciados que estão sob análise são extraídos de práticas discursivas que emergem em superfícies do campo da atividade jornalística, sites jornalísticos como Gazeta do Povo, Folha de Londrina, Plural e Brasil de Fato Paraná, mas que não são apenas da instituição jornalística ou do sujeito jornalista. Entendo que há um atravessamento de sujeitos – desde políticos constituídos, professores, pesquisadores e familiares – que enunciam “formando os objetos de que falam” (Foucault, 2009, p. 55) e a si mesmos. Portanto, tenho como tarefa atender ao primeiro objetivo específico: descrever as posições de sujeito em relação à acontecimentalização do discurso da militarização sobre a implantação dos colégios cívico-militares do Paraná. Assim, organizo sequências enunciativas que, ao serem colocadas em relação, formam uma série que permite compreender certas regularidades no interior do arquivo e representam resultados possíveis diante da dispersão. O conjunto de sequências enunciativas materializa um sistema de enunciabilidade e de funcionamento que organiza, em parte, o acontecimento discursivo. Cabe destacar, ainda, que o modo como tais práticas produziram o objeto colégios cívico-militares e, por corolário, o conceito de militarização tem um efeito sobre o posicionamento dos sujeitos afetos a esse acontecimento.

Dessa forma, sigo três gestos metodológicos apresentados por Navarro (2020a), que orientam a compreender porque apareceram alguns enunciados e não outros em seus lugares.

- (1) Isolar a instância do acontecimento para relacioná-lo não à atividade fundadora de um autor, de uma obra, da tradição ou espírito de época, mas a outros enunciados.
- (2) Recortar uma série enunciativa para verificar as relações entre os elementos dessa série e o modo como ela significa, constrói, produz saberes sobre o acontecimento.
- (3) Descrever as posições de subjetividades constituídas pelo acontecimento, interrogando a inscrição dele na superfície dos corpos. (Navarro, 2020a, p. 18)

A partir da dispersão de discursos nos sites, considere textos jornalísticos de caráter informativo como instâncias de delimitação do acontecimento. Devido ao fato de o jornalismo ter a tarefa de relatar diferentes eventos que apresentam valor de interesse público, Costa (2010, p. 45) explica que o que se chama de jornalismo informativo “depende de variáveis externas” entre o que acontece “e a relação estabelecida entre o jornalista e os protagonistas do acontecimento”, pois esse gênero jornalístico comporta especialmente formatos como as notícias, notas, reportagens e entrevistas. Ainda, recorrendo aos cânones jornalísticos, esclarece que a classificação informativa se pauta tecnicamente na ideia de “reprodução do real”. Em discussão sobre a ordem discursiva midiática, Navarro (2010, p. 86) problematiza a ideia e, calcado em Barthes, afirma que nesse aspecto o que se tem são “estratégias de construção de efeito de realidade [que] funcionam como índices de referencialidade que conferem aos discursos um caráter verossímil”. Embora existam essas concepções, no âmbito das sequências a serem analisadas, utilizo o que está convencionalmente categorizado, na literatura do jornalismo, como notícia e entrevista, as quais fazem referência e recuperam o acontecimento sob investigação.

A análise de sequências enunciativas extraídas do *corpus* discursivo possibilitou observar o aparecimento e a repetição, com certa recorrência, de “cívico-militar” e “militarização” como existências materiais do discurso que sinalizam para grades específicas de aparição. Calcado nas proposições de Foucault (2009, p. 29-30), compreendo que esses usos são um “conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância de cada um.” As escolhas lexicais são identificadas, inicialmente, como formas de designar o acontecimento em desenvolvimento, pois definem “tanto os elementos de significação de que dispõem os sujeitos falantes, em sua dada época, como a estrutura semântica que aparece na superfície dos discursos já pronunciados” (Foucault, 2009, p. 54). Esses termos, não são novos do ponto de vista da estrutura, nem aplicáveis exclusivamente a um fato único. São empregados em formações discursivas diversas e atravessam relações de poder-saber. Na produção dessa micro-história que o acontecimento põe em movimento, passaram a ocupar lugar no discurso da educação, e as (re)aparições singularizam saberes que abrem espaço para uma análise sobre o regime dessas existências, uma vez que, de acordo com Foucault (2014, p. 25), “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento em sua volta”. Dito de outro modo, entender que as estruturas linguísticas em si não se configuram como “a” descontinuidade. Na condição de analista, observo a existência dos enunciados colocando-os em relação a outros para ver evocar as margens que povoam possíveis significados.

Sargentini e Sá (2016), por exemplo, trabalharam com a análise dos usos de “presidenta” em jornais brasileiros para compreender o emprego do termo. Conforme apresentam, a emergência de um problema linguístico desencadeou embates em torno de questões políticas e de gêneros, constituiu um espaço de luta sociopolítica e produziu deslocamentos discursivos. A análise permitiu verificar que o uso do termo mobilizou diferentes referenciais, entre os quais, ênfase: “valorização da eleição de uma mulher ao cargo da Presidência”, “oposição ao machismo historicamente presente na língua”, bem como a “caracterização de um dizer feminino que daria amparo à desqualificação das ações da presidenta e, por extensão, da sua candidatura”. Segundo os autores, o “termo [presidenta] rotula antecipadamente o enunciador, impondo-lhe um dos lados dos polos em uma eleição fortemente dividida” (Sargentini; Sá, 2016, p. 180). Os resultados divulgados pelos autores indicam um movimento similar na investigação que desenvolvo.

Os esforços no empreendimento a seguir são em torno da descrição e da compreensão da emergência do substantivo “militarização” e do verbo “militarizar” como pares próximos que formam um referencial e não exatamente a coisa no mundo. Uma orientação analítica nessa direção pode ser encontrada na descrição enunciativa que Navarro e Sanches (2022, p. 8380) fazem do idoso como objeto discursivo. Os autores advogam que a perspectiva arqueogenealógica permite “quebrar” “o que dizem as práticas discursivas (as palavras) para delas dar a conhecer o visível e o dizível do corpo do idoso no espaço asilar”. E isso lhes permitiu encontrar regularidades em torno da incapacidade, invisibilidade e da precariedade dos corpos envelhecidos. Portanto, essa quebra a que os autores aludem e fazem valer é o que também intento colocar em funcionamento, diante do objeto dos colégios cívico-militares, uma vez que entendo a militarização se constituindo como um referencial nas práticas jornalísticas que analiso, permitindo identificar a polêmica e os efeitos de poder. Vale lembrar, contudo, que para o regime dessa existência,

o campo dos acontecimentos discursivos [...] é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas seqüências lingüísticas que tenham sido formuladas; elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura: elas constituem, entretanto, um conjunto finito. (Foucault, 2009, p. 30)

Essas duas palavras (“militarização” e “militar”) são elementos da língua que ganham contornos públicos, pelo fato de serem utilizadas em enunciados efetivamente ditos, em diferentes espaços e por serem empregadas em referência a condições de emergência específicas e localizáveis em dado contexto político e social. Apesar de a formulação reaparecer

idêntica nas sequências, relembro que não são forçosamente o mesmo enunciado, pois, como assevera Foucault (2009), há um espaço de correlações, em que diversas posições de subjetividade estabelecem consistências diferentes e leis de possibilidade para os objetos que são nomeados.

A “militarização”, portanto, não surge como algo natural e real no contexto das instituições, práticas e saberes educacionais. Trata-se mais de uma invenção e de uma atualização, por isso, toda vez que aparece, não significa a mesma coisa no mundo. Ganha, pois, peso diferente a partir dos desejos que mobilizam os sujeitos discursivos. Há momentos da história que dão condições para a produção do sintagma. Por uma perspectiva mais literal e lógica posso dizer que um a priori é encontrar essa enunciação nos campos específicos da polícia e do exército que são, por essência, caracterizados como militares. No entanto, a militarização se espalha e atravessa diferentes temporalidades, lugares, ações e dizeres.

Na história mais recente, esteve em funcionamento na relação que estabelecia com o espaço político da gestão pública federal. Ilustrei com alguns fatos na introdução e acrescento, aqui, o caso do Ministério da Saúde, em plena crise pandêmica, que teve Eduardo Pazuello, um general do exército, sem formação, preparo, experiência e relação específica com a saúde designado para a gestão da pasta. O não cumprimento do conjunto de critérios básicos que mencionei, mais as falhas que praticou durante os seis meses no cargo indicam polêmicas tanto em torno do saber quanto do jogo de poder. Estar na função de e ter o título de ministro para identificá-lo não foram suficientes para confirmar um possível status que a pasta necessitava. Essa breve exemplificação é para mostrar como existem saberes que povoam as margens do discurso e das práticas sociais, criando outras dinâmicas de poder.

Aproximando da discussão foucaultiana, tais elementos lexicais podem ser descritos como uma irrupção diante do acontecimento discursivo, histórico e político de mudança na organização/concepção de colégios públicos paranaenses. Em certa medida, a emergência da militarização pode ser lida como uma micro-irrupção, não em importância menor, mas como um dos desdobramentos do acontecimento discursivo, uma vez que configura no âmbito do próprio acontecimento saberes e vontades de verdade distintas. Desenvolvo a tarefa, utilizando a ideia de que o objeto discursivo existe em função do enunciado que é “um átomo do discurso”, ou seja, a partir dele é necessário proceder a descrição e compreendê-lo “na complexidade que lhe é própria na relação com o acontecimento” (Foucault, 2009, p. 53). Para isso, elementos que constituem a formação das modalidades enunciativas são tomados como uma condição de regra de formação do discurso que permitem ver as posições de sujeito assumidas nas práticas

discursivas que fazem com que o objeto seja retomado, corrigido, modificado e até anulado. De acordo com Foucault (2009):

o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma **descrição dos acontecimentos discursivos** como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. Essa descrição se distingue facilmente da análise da língua. Certamente só podemos estabelecer um sistema linguístico (se não o construímos artificialmente) utilizando um corpo de enunciados ou uma coleção de fatos de discurso; mas trata-se então, de definir, a partir desse conjunto que tem valor de amostra, regras que permitam construir eventualmente outros enunciados diferentes daqueles (Foucault, p. 30, grifo do autor).

Se dados estatísticos fossem a principal preocupação, em pesquisa realizada no período de setembro de 2020 a setembro de 2022, um total de 25 publicações nos sites jornalísticos continham as palavras “militarização” ou “militarizar” no título relacionados à educação pública no Paraná. As principais constatações em títulos foram nos sites do Plural (13) e do Brasil de Fato Paraná (10), enquanto na Gazeta do Povo e na Folha de Londrina existiam um título em cada. Os termos aparecem ainda no corpo de outras produções textuais e que não foram contabilizadas, bem como em títulos ou textos que abordam assuntos da política internacional ou nacional que não são objetos da pesquisa. Ao final, a seleção das sequências enunciativas considerou publicações de setembro de 2020, mês em que o projeto de lei, que instituiu o Programa Colégios Cívico-Militares, foi aprovado. Resultados que se enquadravam no gênero opinativo (artigo e editorial, por exemplo) foram automaticamente descartados. Não se trata de proceder recortes com critérios estatísticos e quantitativos das ocorrências, nem de observar o momento em que o termo foi utilizado primeiro. Interesse-me mais pela delimitação que garante uma dimensão de análise que dê conta da forma como o nível linguístico, em especial o uso lexical, coloca em discurso “o jogo polêmico e estratégico” (Foucault, 2002) que se deu, face à implantação desse tipo de escola, visto que “os acontecimentos discursivos não são aleatórios” (Sargentini; Sá, 2016, p. 181).

Para a análise, as sequências enunciativas foram organizadas em séries de séries, a partir do objeto discursivo, observando os elementos da formação das modalidades enunciativas que permitem verificar e descrever a dispersão discursiva, em relação aos seguintes posicionamentos: a) que se opõe ao acontecimento dos colégios cívico-militares; b) que defende a mudança dos colégios públicos estaduais.

4.1. Militarização como objeto de discurso e as posições de sujeito

Quando a notícia é apresentada no interior dos gêneros jornalísticos informativos, além de “reproduzir o real”, o que habitualmente se espera é que não exista a presença da opinião de quem é responsável pela escrita do texto (Castro, 2010). Nesse sentido, a Folha de Londrina, como o lugar institucional onde emerge o enunciado, ao divulgar a notícia que relata o acontecimento da mudança das escolas públicas do Paraná para cívico-militares, usa o verbo “militarizar” e o substantivo “militarização”, conforme SE 1. O verbo em título de notícias é uma prática que auxilia a indicar uma ação em desenvolvimento, desenvolvida ou a desenvolver, a depender do tempo em que ela ocorre.

SE 1 – Educação quer “militarizar” 200 escolas estaduais

ASSINE | CLASSIFICADOS

FL FOLHA DE LONDRINA

Clube do Assinante FOLHA

Educação quer ‘militarizar’ 200 escolas estaduais

Proposta permite avanço do modelo cívico-militar em instituições de ensino paranaenses

Ouvir: Educação quer ‘militarizar’ 200 escolas 0:00 audímetro

O governo do Paraná pretende implantar um programa de gestão cívico-militar em até 200 escolas estaduais que registram índices de aprendizagem insatisfatórios, evasão escolar e estão localizadas em bairros em situação de vulnerabilidade social. Porém, garante que as comunidades escolares serão consultadas se desejam aderir ou não à “militarização”. Conforme o projeto de lei que autoriza e implementa o modelo avança de forma rápida na Assembleia Legislativa, especialistas ouvidos pela reportagem apontam que a solução agrada às famílias que enxergam na disciplina militar uma “salvação” e pode ser eficaz a curto prazo. Entretanto, por si só, não garante as formações humana e crítica aos jovens que enfrentarão consequências e desafios ainda mais intensos da revolução digital ao longo da próxima década.

Últimas notícias

Preço dos alimentos pressionado até o início do ano
LEONARDO VIECELI

Em 'A Crônica' Anderson reúne seus colegas de profissão
ANA ESTELA DE SOUSA PI

PM da folha é baleado

Fonte: Folha de Londrina. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/educacao-quer-militarizar-200-escolas-estaduais-3019101e.html>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

Nesse enunciado, o verbo em tela forma uma locução verbal, o que projeta para o todo da notícia um posicionamento do enunciador, que atribui ao sujeito (Educação) o desejo de realizar uma mudança nessa área, pelas vias da militarização. O uso de “militarizar” ancora discursivamente a pretensão da política estadual, uma vez que o que se fala é sobre a educação pública paranaense. Assim, cria um efeito de projeção do que intenta mudar em termos educacionais. Em um primeiro momento, o emprego das aspas em militarizar até permite ler um aparente afastamento do sujeito do enunciado daquilo que enuncia, talvez por não querer se

comprometer com o sujeito da ação, talvez para não evidenciar um posicionamento discursivo em relação ao acontecimento e, então, manter uma suposta neutralidade como determinam algumas normas que constituem o saber e a ordem discursiva jornalística. Em Sargentini e Sá (2016), são descritas algumas ocorrências do aspeamento. Entre elas, analisam o funcionamento como uma maneira de afastamento do sujeito enunciador, mas acrescentam o caso em que as aspas também exercem uma “dupla função”, capaz de promover o embaralhamento dos sentidos no jogo discursivo. No modo como a SE 1 é apresentada, o sujeito não deixa explícito de onde parte tal produção linguística e não atribui a outro sujeito, por exemplo. Esse movimento integra as modalidades enunciativas próprias das regras de formação da prática discursivas aqui em funcionamento, pois no jornalismo, pautado também em um saber que é próprio do campo da linguagem, quando se recorre às aspas uma das funções é a demarcação de que houve a inserção da fala proferida por um enunciador que não é o sujeito autor que organiza/repercute o enunciado.

Sobre o uso das aspas, além do capítulo de Sargentini e Sá (2016), do ponto de vista do método arqueogenealógico não há estudos específicos sobre esse recurso linguístico. No entanto, não se nega a função delas para os efeitos de poder-saber dos enunciados, pois quem fala pode assumir diretamente o que diz e pode separar, de sua enunciação, aquilo que é de responsabilidade do que vem de outro discurso. Além da contribuição feita pelos autores citados, a pesquisa realizada por Benites (2002) oferece algumas especificações que podem auxiliar à compreensão de como tal elemento linguístico atua em conjunto com outros para a produção do que se deseja enunciar e sobre como isso pode ser feito.

As aspas exercem um papel de delimitar a inserção de uma voz alheia no discurso, no entanto esta não é a única função. Para a autora, ao escolher o sinal gráfico como elemento constituinte de um discurso, abre-se um espaço para estabelecer relações semântico-argumentativas entre o que está aspeado e os enunciados precedentes ou seguintes. Mais ainda, Benites (2002, p. 61) postula que “aspear uma palavra é, simultaneamente, mencioná-la e fazer um comentário implícito, emitir um julgamento sobre o que ela representa e sobre a fonte que utiliza, seja com nota de ironia, discordância, seja de respeito, fidelidade, seja mesmo de desconfiança ou descomprometimento”. Aproximando-se de uma discussão que se ancora nos pressupostos foucaultianos, a referida distinção permite compreender de que forma é possível, em dada prática discursiva, atribuir efeitos de saber-poder ao termo destacado pelo referencial que emerge do que está materializado em suas margens.

Na sequência enunciativa sob análise, não se confirma o afastamento do sujeito, uma vez que “o aspeamento nunca é neutro, mas implica uma tomada estratégica de posição face ao

discurso relatado [...]; revela intenções variadas do locutor que cita” (Benites, 2002, p. 61). A recorrência a esse recurso pode sinalizar para múltiplas funções, a saber: uma que dá ênfase para a ação; outra na qual o sujeito do discurso indica que contém uma polêmica; pode ser um indício de que, nesse acontecimento, seu uso deflagra o fato de que o referencial não estaria estabilizado do ponto de vista político, social, educacional e, também, para os jornalistas; por último, pode intervir como uma posição do sujeito que tende para assumir uma pretensa neutralidade.

No lide⁹, o sujeito do enunciado posiciona-se, ainda, como quem informa a mudança a ser implantada nas escolas, apoiando-se no relato, que institui quem é o mantenedor e idealizador da proposta. Para isso, o polo de onde a relação de poder-saber vai ser exercida é explicitado, com a identificação daquele que pretende ser o condutor das condutas educacionais. Assim, o sujeito sobre o qual se fala é marcado textualmente como “O governo do Paraná” e “Assembleia Legislativa”. Por isso, anteriormente, a Educação já foi relacionada com essas instâncias institucionais de um mesmo campo, mas que produzem arranjos nem sempre estáveis e compatíveis entre si. Embora haja uma pretensa neutralidade, o sujeito do enunciado utiliza o substantivo “militarização” com o mesmo destaque das aspas inserido no título. Com essa repetição ocorre, novamente, uma estratégia discursiva que também leio como polêmica pelas posições de sujeito possíveis de serem ocupadas. Entretanto, recorro ao argumento de Benites (2002, p. 61) de que “o emprego das aspas não confere ao texto o caráter de objetividade que comumente se julga inerente a elas, mas, ao contrário, imprime à manifestação discursiva um alto grau de subjetividade”. As aplicações analisadas, acompanhadas da materialidade do entorno, podem até ressoar como certo distanciamento, mas deixam mais evidente o interesse em destacar o nome da ação que poderia ser dito de outro modo. Ou seja, nesse jogo polêmico identifico uma posição de sujeito que é ocupada preferindo dar visibilidade a um referencial, atrelado ao domínio associado, que emerge no interior de práticas discursivas que fazem oposição ao projeto.

No momento em que materializa o ponto de vista de especialistas “ouvidos pela reportagem”, o sujeito continua se posicionando em relação ao objeto de discurso. Considerando que faço uma descrição enunciativa sob o mirante de uma perspectiva arqueogenealógica, uma das formas de controle do que se é informado pode ser pela escolha das fontes, daqueles que são entrevistados, bem como pela seleção do que dizem. Outros especialistas poderiam ter opinião divergente a respeito, certamente. O argumento que se segue,

⁹ Informações que formam o primeiro parágrafo do texto noticioso e respondem as perguntas consideradas essências para relatar um fato: O quê? Quando? Como? Onde? Por quê? Quem?

após o leitor da matéria saber que há um respaldo de especialistas, diz que a implantação é vista como uma “solução”, como uma “salvação” e que é “eficaz”. Essas atribuições positivas, apesar de serem materializadas como proferidas pelos sujeitos especialistas, fazem referência ao que estabelece um grupo específico: a instituição familiar. Entendo, aqui, os especialistas como os sujeitos que possuem um status para que possam falar, pois, para serem designados como tal, devem cumprir certos requisitos, do tipo: estarem inseridos na instituição educacional, serem habilitados por meio de formação específica no âmbito das licenciaturas, bem como estudarem sobre o tema dos colégios cívico-militares. Então, ao resgatarem a posição de sujeito ocupada pelas famílias, estabelecem o contraponto discursivo de que a disciplina militar não é uma garantia para dar conta das demandas que se configuram na história do presente de “desenvolvimento humano crítico” e “capaz de lidar com a revolução digital”.

O sujeito autor do enunciado jornalístico se posiciona diante das condições de emergência da SEI como um sujeito que faz recortes do objeto, resgata diferentes sujeitos para sustentar referências ao projeto, mas, ao selecionar “militarizar” e “militarização”, se coaduna contra o projeto de conduzir condutas estudantis pelo disciplinamento militar dos corpos. Ainda que o emprego das aspas indique diferentes funções, inclusive recorrer ao aspeamento apenas de certas expressões também é comum (Benites, 2002), utilizar o verbo e o substantivo no interior da sequência enunciativa reforça a ideia de que não se trata de uma posição de sujeito que atende a uma objetividade, nem neutralidade. Haveria condições de relatar o acontecimento de outro modo, mas não foi o que verifiquei. Nesta análise, portanto, percebo funcionar o postulado foucaultiano, segundo o qual as práticas

[...] formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente, os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato de fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 2009, p. 55).

O movimento de análise que, inicialmente, aparenta tornar visível uma neutralidade não se efetiva. Mesmo com a tarefa de informar sobre certos rituais e vontades de verdades que tentam instaurar uma ordem do discurso jornalística, a prática discursiva que emerge neste campo de saber e espaço institucional não consegue dissimular as posições de sujeito. Considerando as condições de possibilidade, é possível levar em conta que a limitação e as regras minimamente impostas nessa ordem até tenham sido lembrados. De qualquer modo, vale refletir que o enunciado, uma vez colocado em circulação, tem uma força “dependente de dados obtidos no texto como um todo” (Benites, 2002, p. 69). O aspeamento das expressões, em

relação ao que está em correlato, demonstra uma posição de sujeito mais preocupada e contrária à mudança.

No regime de existência do objeto, os discursos não são um entrecruzamento simples das coisas e das palavras. De acordo com Foucault (2009, p. 55), “analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras próprias da prática discursiva”. Por isso, militarização aparece em determinadas sequências enunciativas manifestando posições de sujeito de desaprovação, de problematização. Esses posicionamentos produzem cenário de oposição discursiva ao acontecimento da mudança dos colégios públicos paranaenses, assim exercendo um poder que resiste ao projeto. As manifestações que se dão no cotidiano dos sujeitos e das práticas sociais são apreendidas no exercício das práticas jornalísticas que garantem o registro, a presença, a circulação e proliferação dos enunciados.

Em texto publicado no Plural (lugar institucional), a problematização emerge na sequência enunciativa que intitula a publicação, materializando-se na estrutura linguística de pergunta: “O que significa militarizar 200 escolas?” (SE 2).

SE 2 – O que significa militarizar 200 escolas?

VIZINHANÇA

4 out 2020 - 16h06

O que significa militarizar 200 escolas?

Especialistas em Educação avaliam como será a gestão compartilhada com militares em 10% das escolas públicas do Paraná

Por Jess Carvalho

Fonte: Plural. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/o-que-significa-militarizar-uma-escola/>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

Embora na linha fina, disposta abaixo do título, o sujeito discursivo especifique que “especialistas em educação” respondem à questão formulada no título, a posição de sujeito do jornal/jornalista assumida no enunciado já é de afirmação: militarizar é a maneira como a ação deve ser identificada/referenciada. Para tanto, dá voz a outros sujeitos com status reconhecidos socialmente para reforçar e justificar o ponto de vista sobre o objeto discursivo, mas, além disso, não se esforça em se distanciar de um posicionamento para seguir uma suposta ordem discursiva jornalística que privilegia a neutralidade. Nesse processo de seleção e organização da prática discursiva, “militarizar” é tomado como elemento linguístico que, novamente, como analisado na SE anterior, é utilizado como estratégia de saber-poder para produzir efeito de oposição e de

resistência. As posições de sujeito que emergem, além de identificar quem diz (jornalista e especialistas), explicita principalmente o quê e como se diz.

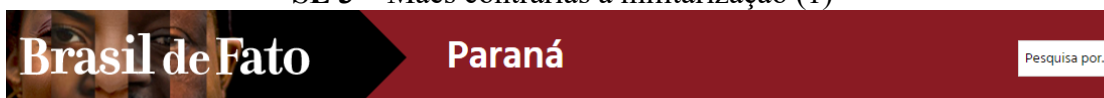
No decorrer da notícia, o enunciado é repetido como objeto do dizer do jornalista (posição de sujeito) e do jornal (lugar institucional), concomitantemente. A inscrição na superfície faz reaparecer o verbo conjugado na primeira pessoa do Plural (perguntamos), tal como ocorre no seguinte trecho que integra a SE 14 (grifos meus): “**Perguntamos** a ele quais seriam as implicações práticas de **militarizar** 200 escolas”. A recorrência ao militarizar não é algo negociável ou com efeito questionável, mas dado como verdade nas posições de sujeito evidenciadas, o termo surge tanto como referente do lugar institucional do jornal Plural, bem como dos sujeitos que emergem do lugar da pesquisa em educação. Destaco que a resposta elaborada para o título salienta os problemas e não as vantagens em torno do acontecimento, parte deles constituem a série enunciativa analisada na Seção 5.2. Ainda, considerando que todo enunciado possui um referente e que não é estável, quando a militarização assume um lugar na prática discursiva relacionada ao acontecimento em análise, há uma diferença de outros momentos históricos em que ocorreu a transferência da gestão de escolas públicas para a Corporação da Polícia Militar. No Paraná, o referente é sobre uma gestão compartilhada entre duas pastas diferentes, a da Educação e a da Segurança Pública.

As materialidades discursivas do espaço digital do jornalismo fazem ver, nas sequências enunciativas, diferentes lugares institucionais que integram a formação de modalidades enunciativas e falam do objeto discursivo em estudo. Um caso é quando mães são convocadas como sujeitos a falar (SE 3), em notícia do Brasil de Fato Paraná. Já no título, a posição delas é evidenciada em “contrárias à militarização”. Esse funcionamento permite dizer que são reconhecidas na prática jornalística como sujeitos participantes da/na instituição escolar, ganham status para que possam falar, porque o acontecimento dos colégios cívico-militares atravessa e estabelece relações com a instituição familiar. Como nos ensinos fundamental e médio a maioria dos estudantes é de faixa etária menor de 18 anos, então as decisões que afetam a vida escolar e social dessa população precisam do aval dos responsáveis. Ao visibilizar as mães, ocorre um recorte de gênero na posição de sujeito que emerge nos enunciados, pois poderiam ter pais também. Essa seleção aciona um domínio do modo como estabelecer certa ordem discursiva, pois, em geral, é a mulher que está envolvida com o cotidiano escolar, embora nas práticas discursivas pedagógicas é generalizada a importância dos “pais” no acompanhamento dos filhos.

Em estudo sobre a percepção de pais quanto ao desempenho escolar dos filhos, Chechia e Andrade (2005) apresentam argumentos que indicam diferenças entre os papéis

ocupados por pais e mães. Pelo texto, depreendo alguns aspectos: as mães são as que mais acompanham as atividades escolares; são as responsáveis pelo desenvolvimento da vida escolar dos filhos e as mais envolvidas em contexto de famílias desfavorecidas; já aos pais fica o papel de provedor da família e, quando, comparece na escola, é para tratar de questões de comportamento. Assim, o modo como, historicamente, as mães são as que mais participam do cotidiano escolar de seus filhos pode explicar, em parte, o motivo de, na organização da notícia, o sujeito jornalista ter reservado um espaço de destaque às mães.

SE 3 – Mães contrárias à militarização (1)



INÍCIO > CIDADES
EDUCAÇÃO

Mães são contrárias à militarização das escolas estaduais no Paraná

Em entrevista ao Brasil de Fato, as famílias explicaram os motivos que as fizeram não aderir ao projeto do governo

Fonte: Brasil de Fato Paraná. Disponível em <https://www.brasildefatopr.com.br/2020/11/06/maes-sao-contrarias-a-militarizacao-das-escolas-estaduais-no-parana>. Acesso em: 10 de ago. de 2021

As mães visibilizadas na SE 3 estão falando como representantes da família, conforme as relações entre o título e a linha fina que o complementa. No entanto, é feita alusão a outros domínios associados, como do saber especialista, citado no parágrafo anterior, que destaca a relevância desse sujeito assumir uma posição discursiva no contexto das escolas. Portanto, são considerados no processo de seleção e escolha das fontes pela instituição jornalística. É certo que essas mães não representam a totalidade das opiniões e dos posicionamentos em torno do acontecimento, entretanto, mais do que serem incluídas nas condições de possibilidade do acontecimento, o que dizem tem força discursiva que exerce relações de poder-saber. Afinal, existe uma formação discursiva materna, atrelada ao cuidado e, principalmente, à responsabilidade que atravessa esses sujeitos e lhes garante status para que falem.

Além de contribuírem com a discursivização do acontecimento, na SE 4, aparece a “militarização” como objeto discursivo no jogo enunciativo de uma mãe para marcar a posição de sujeito contrária.

SE 4 – Mães contrárias à militarização (2)



Juliana Santos, mãe da Ana Julia, aluna do 6º ano

“Como mãe. votei não à militarização da escola. Primeiro, entendendo que a escola não possui os requisitos de vulnerabilidade e baixo rendimento no Ideb. Aqui no bairro, é uma referência, foi revitalizada graças à atuação da diretora com a comunidade, tem curso de línguas, prática de esportes, entre outros projetos. Eu acho que a militarização vem acabar com todos esses projetos, incluindo o Eja, que eu mesma cursei e o curso de Línguas. Além disso, essa votação foi em cima da hora e não foi explicada a proposta para os pais.

Fonte: Brasil de Fato Paraná. Disponível em <https://www.brasildefatopr.com.br/2020/11/06/maes-sao-contrarias-a-militarizacao-das-escolas-estaduais-no-parana>. Acesso em: 10 de ago. de 2021

Juliana Santos fala por meio da citação direta (SE 4) e é falada como mãe em notícia do site Brasil de Fato Paraná, mas, na verdade, assume mais do que uma posição de sujeito. Linguisticamente, diz que depositou voto contrário “à militarização da escola”, reforçando que é um sujeito da/na educação, ocupando posição de mãe que precisava decidir pela filha, Ana Julia. No entanto, também fala como sujeito estudante, argumentando que seu saber não é apenas de quem tem autorização ao voto e responsabilidade pela filha, mas de quem experienciou o funcionamento da escola, tanto no que se refere aos aspectos estruturais quanto pedagógicos. No enunciado marca uma posição crítica, ao discordar do encaminhamento rápido “em cima da hora” e “sem explicação” para a família. Essa criticidade pode ser um elemento que identifica uma posição de sujeito ético, a saber: aquele sujeito capaz de refletir antes de tomar uma decisão, tanto em uma dimensão individual do si, pois já foi estudante, quanto em um aspecto coletivo, que envolve os outros: a filha e demais estudantes. Uma conduta que deixa indícios do exercício de uma prática reflexiva, calcada no saber social de quem compreende a realidade da escola e, com isso, exerce a possibilidade de resistir ao modo como as mudanças são propostas. Por mais que a SE não fale em resistência vitoriosa ou derrotada, isso não é uma questão, visto que o sujeito que enuncia se posiciona responsável e consciente com os outros e com o mundo. O funcionamento do que enuncia Juliana calca-se na ideia de que a militarização tem sentido de oposição, acumula-se a outras práticas discursivas, está atravessado pelas formações discursivas que a constitui, encontra justificava no peso dos lugares institucionais de onde fala (família e educacional). Em suma: esse funcionamento produz, tendo em vistas as relações estabelecidas, uma posição de sujeito no interior do embate promovido.

Esse entrecruzamento de posições de sujeito – mãe e estudante – faz ver a rede de discursos que regula a produção dos saberes sobre o projeto de militarização de escolas paranaenses. De acordo com Sargentini e Sá (2016, p. 183), “é no interior de uma formação discursiva, cujas relações se estabelecem, que os sentidos se constroem e geram seus efeitos. É também ali que se dá a seleção, as “escolhas” enunciativas”.

SE 5 – Escolas militarizadas e militarização



Em 26 de outubro o governador Ratinho Jr anunciou a transformação de 200 colégios públicos estaduais em escolas militarizadas. Professores, alunos, pais e mães foram surpreendidos com a proposta, já que em nenhum momento anterior o tema foi debatido junto à comunidade. A Secretaria de Educação, após aprovação do projeto na Assembleia Legislativa, convocou mães, pais ou responsáveis para irem às escolas votar pela adesão ou não à militarização. Famílias ouvidas pelo BDF-PR se posicionaram contrárias ao projeto e disseram que não houve explicação da proposta e que as escolas não atendiam critérios definidos pelo governo, como vulnerabilidade e baixo rendimento.

Fonte: Brasil de Fato Paraná. Disponível em <https://www.brasildefatopr.com.br/2020/11/06/maes-sao-contrarias-a-militarizacao-das-escolas-estaduais-no-parana>. Acesso em: 10 de ago. de 2021

Na mesma notícia do Brasil de Fato Paraná, no primeiro parágrafo que antecede a reprodução das posições de sujeitos mães (SE 5), o acontecimento é discursivizado com uma espécie de resumo que indica as polêmicas envolvendo-o: a) consulta pública inesperada; b) surpreendeu a comunidade escolar por não discutir a proposta; c) denúncia de desvio nos critérios de seleção das instituições escolares aptas a serem votadas. O sujeito recorre à “militarizadas” e “militarização” como referência ao objeto discursivo pesando sobre a ação uma força de mudança negativa. Portanto, os referentes para o acontecimento discursivo ficam atrelados aos pontos topicalizados, exercendo efeitos de poder que constroem uma verdade que é mais problemática do que positiva. Para a produção do referencial neste enunciado, o posicionamento do sujeito jornalista se sustenta pela seleção e inclusão de práticas discursivas dos sujeitos que integram o espaço escolar (professores, alunos, pais e mães). Ao organizar o discurso de tal modo, permite visibilizar, também, uma ordem discursiva da posição que a instituição jornalística assume.

A última sequência enunciativa que compõe o conjunto da série diz respeito à outra citação direta que integra notícia no Plural (SE 6). Agora, as posições de sujeito que emergem são a da professora e, também, secretária-geral da APP, Vanda do Pilar Santana. Ela tem status tanto como sujeito da educação que vive, conhece e detém um saber sobre o cotidiano das escolas públicas paranaenses (professora da escola pública), como quem na condição de sindicalista responde pela instituição que defende os interesses da educação pública tanto para funcionários como para a comunidade que é atendida. Portanto, explicou a motivação para usar “militarizada”, um objeto discursivo que funciona como referente para as escolas.

SE 6 – Porque usar militarizadas



“Por isso usamos o termo escolas militarizadas, porque elas não nascem como escolas militares, elas são escolas da nossa rede militarizadas. Temos aí o processo de aprendizagem respaldado não mais num processo de construção de consciência crítica, de emancipação da cidadã e do cidadão, de preparação para o ensino superior. Mas sim, parte-se de um processo que ao disciplinar os corpos a aprendizagem será mais efetiva, e nos discordamos totalmente disso. Para nós, a disciplina é resultado de um processo de consciência de que eu preciso de disciplina para poder desenvolver aprendizagem”, questiona.

Fonte: Plural. Disponível em <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/antes-vitrine-colegios-civico-militares-patinam-com-falta-de-pms-e-casos-de-violencia>. Acesso em: 7 de out. de 2021

O léxico cumpre a função discursiva de qualificar a transformação, porque muda a dinâmica das escolas que já existem. Não é a fundação de uma escola nova, que nasce do zero e com objetivos próprios, a posição de sujeito além de justificar que há uma motivação pelo emprego, esclarece e denuncia a alteração na perspectiva pedagógica, da política educacional e de entendimento da disciplina. O movimento discursivo se constitui como enfrentamento do sujeito, uma luta para resistir contra efeitos de poder que tentam e são implantados nas escolas e, ao mesmo tempo, avalia como tentativa de submissão dos sujeitos ao disciplinamento da aprendizagem e dos corpos, conforme postula Foucault (1995).

Na série enunciativa para esta seção, destaco a emergência do sintagma “militarização” e similares para formar o arquivo. De algum modo, a aparição, repetidas vezes, em textos publicados nos sites jornalísticos que compõem esta pesquisa, chamou a minha atenção. Então,

inspirado pela proposição foucaultiana, descrevi as relações que possibilitaram tal aparecimento.

Na dispersão dos enunciados efetivamente ditos, a primeira constatação é o emprego tomado como um referencial para nomear e falar do/sobre o acontecimento da implantação dos colégios cívico-militares. Os diferentes sujeitos que falam – jornalistas, mães, estudante, professora, sindicalista e especialistas em educação – estabelecem correlações pelo efeito de saber-poder que produzem: oposição ao acontecimento dos colégios cívico-militares. Por esse efeito é que estão agrupados nesta seção. Cada um, mesmo que ligado a variados lugares institucionais, possui status de autoridade legitimado no processo descritivo. Além disso, as práticas discursivas jornalísticas reforçaram o status, ao dar espaço, selecionar e organizar as posições de sujeito. Caso não tivessem importância diante do acontecimento, seriam separados e excluídos. Afinal, como assevera Foucault (2014, p. 9) “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”.

As posições dos sujeitos são marcadas por traços sociais, históricos, políticos e pelos lugares institucionais de onde falam – Folha de Londrina, Brasil de Fato Paraná, Plural, família, escola, sindicato e universidade – específicas de uma época, assim como postula Foucault (2009). As modalidades enunciativas não são simplesmente formas gramaticais. Pela descrição, foi possível ver que há todo um domínio associado que recupera estruturas mais profundas de poder, saber e subjetividade. Por meio das práticas discursivas é instaurado um jogo discursivo em que as resistências se dão, especialmente, no nível das palavras. O saber e o poder estão interligados, aqui, pela produção de verdades e condições que permitem moldar a história do presente na educação paranaense. Não se trata de verdades universais, mas alicerçadas dentro de sistemas específicos de conhecimento, para servir a certos interesses de poder, demonstrando sujeitos políticos, éticos e com preocupação coletiva. Segundo Foucault (2010a), a verdade não existe fora do poder e, para isso, em cada sociedade há regimes de verdades regulamentadas pelos

tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Foucault, 2010a, p. 12).

No funcionamento da série, vejo contornos de desaprovação, de mudança e, de certo modo, indignação. Uma postura crítica dos sujeitos que não concordam com o encaminhamento

da política educacional no Paraná. A seguir, o objeto discursivo volta a ser observado de modo a compreender outro efeito que também funciona.

4.2. Militarização: sujeitos que negam o objeto discursivo

Após abordar a “militarização” como referencial de práticas discursivas de oposição na seção anterior, agora o empreendimento volta-se para descrição de uma série que faz emergir outra posição de sujeito: a que nega esse objeto discursivo. Retomo, para tanto, a afirmação de Navarro (2020a, p. 21) de que “a prática discursiva constitui o lugar onde os objetos se formam ou se deformam, onde aparece ou se apaga uma pluralidade emaranhada de objetos de discurso”. Aqui, trata-se de alcançar a segunda serialização dos enunciados que permite localizar outra regularidade nos modos de dizer dos sujeitos.

Nas sequências enunciativas, os sujeitos enunciadores têm relações institucionais com o Estado e, dessa forma, com a educação, pois falam sobre as escolas públicas. São sujeitos que ocupam cargos administrativos e de gestão, que interferem na dinâmica da instituição e, por consequência, dos demais sujeitos que com ela também estabelece relações.

A Gazeta do Povo, como outro lugar institucional de emergência discursiva, também faz o emprego de “militarização” como objeto discursivo no título de uma notícia (SE 7) que resgata depoimentos concedidos por um diretor da secretaria de Educação do Paraná ao podcast Pequeno Expediente, produzido pelo mesmo grupo jornalístico.

SE 7 – Militarização é fake news



Fonte: Gazeta do Povo. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/militarizacao-escolas-fake-news>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

Embora não pontue o título com as aspas, é uma citação indireta, pois “não mantém estável, em sua globalidade, o conteúdo do discurso citado” (Benites, 2002, p. 59). Mesmo

assim, identifica quem é o sujeito enunciador (diretor da secretaria de Educação) e como se posiciona diante do acontecimento. Essa estratégia, ainda que atribua um único sujeito, considerando a observação de Benites, pode ser compreendida como um enunciado produzido por dois sujeitos, pois “o discurso indireto resulta na imbricação das palavras do sujeito que cita com as do sujeito citado”. A seleção do enunciado, a organização na estrutura de título e sua visibilidade possibilitam a entrada em um novo jogo polêmico e estratégico. O referente que faz correlato com o objeto discursivo em análise é *fake news*. A estratégia linguística adotada indica uma posição de sujeito de negação ao modo como o acontecimento tem sido discursivizado por alguns sujeitos e instituições. Dizer que é uma *fake news* suscita, também, a posição de sujeito de quem está contra-argumentando e, portanto, atribuindo ao objeto um sentido de mentira, por se tratar de uma informação falsa.

Em entrevista que aborda a questão das sociedades democráticas e as práticas discursivas, Sargentini (2022, p. 8415), refletindo sobre os usos do discurso político, menciona uma recorrência:

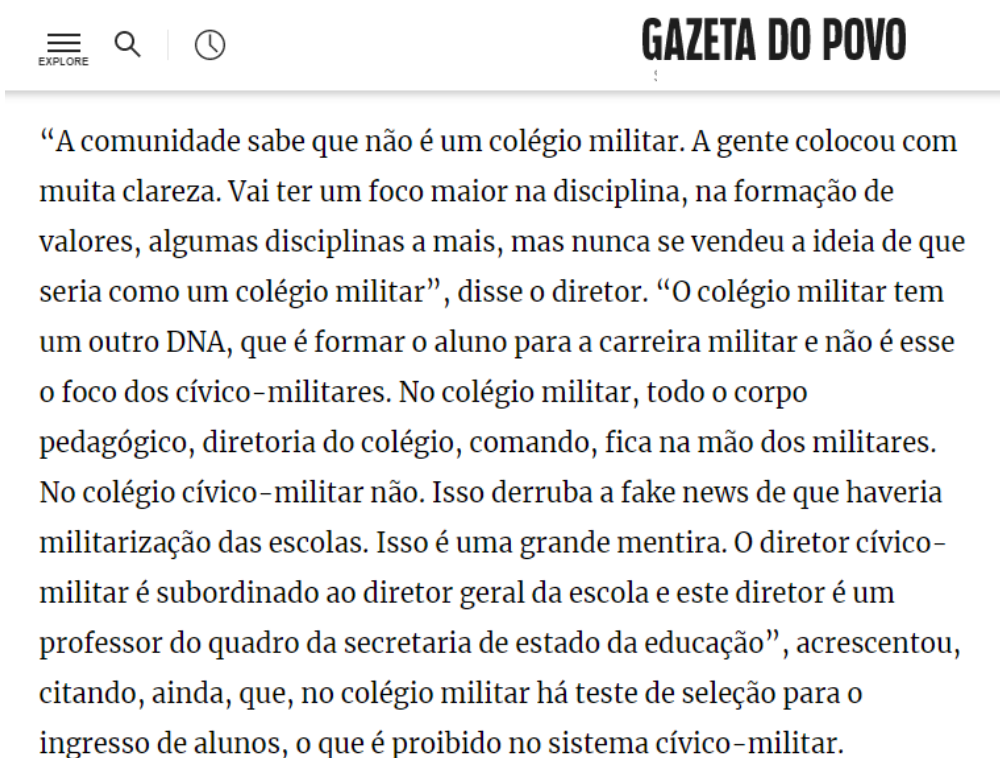
Atitudes que sempre foram próprias do discurso político, como, por exemplo, atribuir mentira ao outro, dessa vez, com a ajuda do discurso de ódio, tornou-se muito grave e associado à esquerda, impulsionado pelas *fake news*. Se em eleições anteriores havia uma recorrência de dizeres, por exemplo, como “X é mentiroso”, em 2018, houve um deslocamento, que mudou para “as notícias são fake”.

Ou seja, atribuir o peso de mentira não é uma atitude nova, mas passou a ser dita de outra forma, atualizada como estratégia discursiva em contextos diversos e associada ao fenômeno das notícias falsas, muitas vezes sem a devida compreensão sobre o que representa. Recorrer às *fake news* como estratégia pode produzir efeitos diferentes a partir do campo de saber que emerge. No âmbito da comunicação, por exemplo, há estudos que visam diferenciar o conceito com o de desinformação, por não serem as mesmas coisas. Brisola e Bezerra (2018, p. 3323) esclarecem que as *fake news* apresentam características jornalísticas, são produzidas com fins específicos de manipulação e para enganar os leitores: são “sinais distorcidos e desconectados da verdade, que dificultam a visão da verdade ou do estado verdadeiro do mundo. Artigos ou informações com características de notícias intencionalmente e verificadamente falsos”.

Esse referencial produzido para designar a “militarização” tem a função de desconstruir possíveis efeitos negativos que recaiam sobre o acontecimento do projeto dos colégios cívico-militares no Paraná. Dado o fato de o sujeito enunciador ter um peso de autoridade, é como se o enunciado tivesse mais valor de verdade. Fosse um sujeito sem um cargo com status, não

ocuparia o mesmo espaço/destaque no jornal. O que aparece na superfície do título é explicado pelo sujeito em uma citação direta maior no interior do texto noticioso (SE 8). Na sequência enunciativa diz que “a comunidade sabe que não é um colégio militar”. Aponta diferenças entre as propostas dos “colégios militares” e os “cívico-militares”, mas reforça que “disciplina” e “valores” são tópicos importantes para a nova formatação das escolas participantes do programa estadual.

SE 8 – Militarização é fake news (2)



GAZETA DO POVO

“A comunidade sabe que não é um colégio militar. A gente colocou com muita clareza. Vai ter um foco maior na disciplina, na formação de valores, algumas disciplinas a mais, mas nunca se vendeu a ideia de que seria como um colégio militar”, disse o diretor. “O colégio militar tem um outro DNA, que é formar o aluno para a carreira militar e não é esse o foco dos cívico-militares. No colégio militar, todo o corpo pedagógico, diretoria do colégio, comando, fica na mão dos militares. No colégio cívico-militar não. Isso derruba a fake news de que haveria militarização das escolas. Isso é uma grande mentira. O diretor cívico-militar é subordinado ao diretor geral da escola e este diretor é um professor do quadro da secretaria de estado da educação”, acrescentou, citando, ainda, que, no colégio militar há teste de seleção para o ingresso de alunos, o que é proibido no sistema cívico-militar.

Fonte: Gazeta do Povo. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/militarizacao-escolas-fake-news>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

Diante dos argumentos que apresenta, inclusive falando sobre a composição do quadro pedagógico das distintas instituições escolares, o sujeito enfatiza “isso derruba a fake news de que haveria militarização das escolas”. Nesse momento, há uma contradição na posição de sujeito, pois, mesmo detalhando que o diretor cívico-militar será subordinado, a própria presença desse indivíduo na escola é um indicativo de que o colégio público passou por uma mudança no funcionamento que, até então, era diferente. Sobre a contradição, ela é própria do discurso que funciona como “princípio de sua historicidade” e uma ilusão de que é possível ocultá-la (Foucault, 2009).

Em outra sequência enunciativa (SE 9), desta vez em entrevista realizada pela Gazeta do Povo com o então secretário de Estado da Educação e do Esporte, Renato Feder, “militarização” emerge como objeto tanto da questão feita pelo sujeito jornalista como pelo sujeito político-secretário que responde.

SE 9 – Não existe militarização



GAZETA DO POVO

Como o senhor responde às críticas que a oposição na Assembleia Legislativa tem feito, e também a APP-Sindicato, que apontam uma “militarização do ensino”?

Acho que é uma crítica infundada porque o professor da rede tem liberdade total de ensino. Não existe a menor pretensão de que o time militar faça qualquer influência ou gestão sobre o ensino. Não existe no Paraná. Quem ensina é o professor da rede do Paraná. O corpo militar ajuda no ambiente escolar. Não existe militarização do ensino, que continua sendo feito pelos nossos professores.

Fonte: Gazeta do Povo. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/secretario-teme-evasao-escolar-e-torce-pela-volta-das-aulas-no-parana>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

O enfoque no título da entrevista não foi a aprovação e publicação da lei que cria o programa dos colégios cívico-militares. Diante do contexto de pandemia da Covid19, o que se anunciou foi “Feder diz que decisão é da Saúde, mas teme evasão e torce pelo retorno das aulas”. No entanto, a parte inicial da entrevista se desdobra em torno do acontecimento dos colégios cívico-militares e chama atenção o fato da militarização aparecer como objeto discursivo no meio. Do arquivo em análise parece ser a primeira vez que o representante da secretaria é convocado a falar, especificamente, sobre militarização, após exatos 21 dias da publicação da lei que cria o projeto estadual. O que depreendo é que a construção do objeto discursivo em análise é evitada no vocabulário em posições de sujeito ligadas ao Estado e à execução do programa, mesmo que “militar” faça parte do nome do programa em andamento “colégio cívico-militar”.

Tal diagnóstico indica uma tentativa de tirar de circulação, diminuir a importância que representa e, quando é retomada, existe uma estratégia discursiva para negar o funcionamento e produzir um contra-argumento de enfrentamento e negação.

Na sequência enunciativa, existem dois sujeitos enunciadores que colaboram com a produção do jogo discursivo. Um é a jornalista (Catarina Scortecci), que elabora a questão e o outro é o convocado a respondê-la (Renato Feder). Quem pergunta demonstra conhecimento sobre a existência de uma palavra que resume, de certo modo, o posicionamento de algumas práticas discursivas. Por isso, dá a oportunidade para que seja construída uma argumentação/justificativa. Essa estratégia cria uma polêmica, pois fica mais em evidência um desejo dos sujeitos que enunciam de desestabilizar uma verdade em construção pelo grupo que emerge das instituições “APP-Sindicato” e “Assembleia Legislativa”, por meio dos sujeitos opositores. Possibilitar o posicionamento de uma autoridade sustenta que ela tem um saber erudito, avaliado com valor de verdade para o que é abordado, e o jornal sob análise também atribui status para que o sujeito possa dizer e esclarecer quaisquer dúvidas. Isso demarca que as posições de sujeito dessas instituições (Estado/Secretaria de Educação e Gazeta do Povo) estão entrelaçadas em uma mesma direção por atuar discursiva e estrategicamente para produzir uma regularidade nos efeitos colocados em circulação.

Na SE não foram convocados, para dar entrevista, os sujeitos da oposição, que teriam a chance de explicar sobre o uso dessa palavra, o que permitiria à análise acompanhar como o referencial é produzido em relação ao acontecimento. Assim, os procedimentos de separação e exclusão, próprios do discurso, são operados, dando a conhecer a oposição estabelecida entre o verdadeiro e o falso. De acordo com Foucault (2014, p. 13), as exclusões, a fim de estabelecer uma verdade, “são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem; enfim, que não se exercem sem pressão”. Portanto, dizer nem sempre é efetivamente um direito e uma verdade. A premissa do ritual jornalístico de dar voz aos diferentes lados pode ser uma estratégia que “camufla” uma tomada de posição.

Na pergunta, a jornalista faz referência explícita somente à “militarização do ensino”, ao ponto que o sujeito enunciador, representado pelo então secretário de Educação, é taxativo ao afirmar que “Não existe militarização do ensino” e que o professor tem “liberdade total de ensino”. Porém, não nega que ocorre o movimento de militarização dentro da escola. Pelo contrário, diz: “O corpo militar ajuda no ambiente escolar”. As seleções do tema e referente são estratégicas, mas colocando em relação este posicionamento com parte da SE 8, os argumentos novamente entram em contradição. “Disciplina”, “formação de valores” e “algumas disciplinas a mais”, enunciados pelo sujeito discursivo, possibilitam associar que o ensino sofrerá interferências muito mais relacionadas ao domínio do saber militar, mesmo que não praticadas pelos militares que atuarão nas escolas.

No trajeto em que apresento a descrição dos elementos que constituem a formação de modalidades enunciativas, emergem subjetividades de diferentes sujeitos que as práticas discursivas permitiram organizar, mas, para além disso, indicam como se tornam sujeitos diante de acontecimentos históricos. Nessa dinâmica, sobretudo pelo fato de que concebo a militarização como um referencial discursivo, retomo o que afirma Bazza (2016, p. 145): “é possível surgir uma prática discursiva nova em formulações verbais que permanecem linguisticamente idênticas, assim como formulações linguisticamente diferentes que podem materializar a mesma prática”.

Em artigo que analisa a transformação, no Distrito Federal, de escolas públicas em cívico-militares, Santos (2021) identifica variações de termos para se referir ao processo também em outras localidades. Entre essas variações, estão militarização, Gestão Compartilhada e Gestão Compartilhada com a PM, e Escola Cívico-Militar. Apesar de existir algumas características que especifiquem diferenças para cada instituição, todas sofreram alguma intervenção do ponto de vista da gestão administrativa ou pedagógica. Um traço básico de distinção que a autora faz é que as escolas militarizadas são instituições civis, enquanto os colégios militares já nascem como militares. Ainda informa que “a nomenclatura militarização foi a primeira a surgir e, de forma geral, é mais utilizada, sobretudo em redes estaduais de ensino, como as de Goiás, do Amazonas e da Bahia” (Santos, 2021, p. 7). Os dados cooperam para a compreensão de que, no contexto em que aparece no Paraná, militarização não é algo novo ou inédito, visto ter referências históricas e discursivas de outros momentos e realidades, que ganham destaque nas práticas discursivas dos sujeitos, instituições e veículos jornalísticos paranaenses que atuam no espaço digital.

Embora, em alguns movimentos, tenham surgido traços de pretensa neutralidade acerca da posição de sujeito assumida, o que se impõe nas séries enunciativas das seções são os jogos discursivos que reforçam dois polos de funcionamento das posições de sujeito: os que se opõe ao acontecimento da implantação dos colégios cívico-militares e os que são favoráveis. Para que essas posições se efetivem, vários saberes são convocados, não obedecendo a uma lógica contínua, mas descontínua, pois não retomam o tema pelo mesmo ponto de vista. Os saberes identificados são advindos dos campos do jornalismo, do estado e suas derivações políticas, dos estudiosos da educação, da família e dos profissionais da educação, que produzem sujeitos e o acontecimento, motivados por questões de ordem política, social, pedagógica e ética. Todos se relacionam, de alguma forma, por atravessarem as condições de existência da instituição escolar. Assim, produzem os enunciados sobre as perspectivas que acreditam mais adequadas e “legitimadoras da verdade necessária à manutenção e à transformação dos saberes”

(Voss; Navarro, 2013, p. 118). Chegar a essa compreensão só é possível mediante a descrição dos discursos em circulação nos veículos jornalísticos selecionados, a qual perscrutou os elementos que formam as modalidades enunciativas. A descrição mostra as regras que governam a produção dos enunciados no contexto histórico em análise.

Cada veículo, como lugar institucional e superfície de inscrição dos enunciados, não se posiciona igualmente. Os classificados no grupo de independentes, pelo saber científico (Plural e Brasil de Fato Paraná), conforme explico na introdução, manifestam e organizam as práticas discursivas sempre exercendo resistência à conduta e ao governo que tenta ser implementado pelo Estado, com ênfase para o disciplinamento militar dos corpos. Constituem a posição da instituição jornalística e enaltecem as posições de outros sujeitos que produzem regularidade referencial. A Folha de Londrina, na condição de mídia tradicional, se soma a esse grupo. No entanto, as práticas discursivas que produzem outra regularidade – que nega o processo como militarização – emergem única e exclusivamente no posicionamento da Gazeta do Povo e dos sujeitos enunciadores que o veículo seleciona e são efetivos representantes do governo estadual e da gestão da pasta da Educação, por certo, os mais interessados nas mudanças, caso contrário não teriam criado o projeto. As instituições, os sujeitos que falam e o status de cada um são elementos que estabelecem as relações de poder e configuram as modalidades enunciativas.

A “militarização”, por aparecer como objeto (referencial) discursivo, ativa um campo associado, domínio da função enunciativa, que liga esse significante à história do Brasil, ao regime político pelo qual o país atravessou e, pelo visto, ainda não superou. Afinal, na atualidade, há o reaparecimento desse emprego com certa repetição e frequência. Demarca, por exemplo, uma descontinuidade na temporalidade, porque não necessariamente pode-se considerar a militarização como um avanço histórico. Bazza (2016, p. 141) auxilia nessa compreensão ao sublinhar que “ainda que recortado um momento histórico, nem todos os sujeitos vivem sob a mesma ordem de discurso, sob o mesmo regime de verdade e não necessariamente são constituídos pelas mesmas práticas”. Partindo ainda das proposições de Foucault (2014), posso falar em termos de atualização. A emergência do objeto está atrelada aos discursos políticos e educacionais que tem sido mobilizado em diferentes redes e níveis de saber-poder.

Na medida em que as posições de sujeito foram descritas, a militarização não se limita a ser tratada como objeto discursivo, ganha valor de acontecimento que provoca ruptura no que diz respeito ao acontecimento maior que abarca a política educacional paranaense na história presente. A constituição das séries enunciativas, com os enunciados efetivamente ditos e

escritos, faz surgir uma singularidade em relação ao uso do significante, que lhe é conferida por uma estratégia de poder que se estabelece pelas vias da linguagem.

Orientado pelo que Foucault (2006) chama de acontecimentalização, não era tão evidente que militarização produzisse efeito com capacidade de exercer poder contrário à implementação dos colégios cívico-militares. Pelos usos dispersos e repetitivos, ao longo de diferentes contextos históricos, poderia ser apenas um conceito que provém de militarizar, segundo especifica o dicionário: “dar organização militar a; prover de armas e/ou de outros recursos militares” (Ferreira, 2008, p. 554). Assim, talvez, teria um efeito mais estabilizado. No entanto, o que ocorre é uma singularidade, porque não é uma constante histórica, nem imediata. Em vez de ser uma palavra qualquer, produz um jogo de forças com diferentes referentes que possibilitam o agrupamento das séries e a percepção do modo como as posições de sujeito resistem na tentativa de não serem conduzidas.

Após o empreendimento das análises que visavam atender ao primeiro objetivo específico proposto para esta pesquisa, na próxima seção analiso sequências enunciativas que evidenciam as práticas discursivas em torno da materialização da disciplina, como uma forma de exercício de poder, incluindo o modo como os sujeitos enunciadore se posicionam discursivamente.

5. DISCIPLINA: ENTRE NEGAR UMA CONDUTA E “OBEDECER” À OUTRA

Nesta seção, a tarefa é atender ao objetivo específico de verificar como a disciplina é acionada como elemento no discurso dos sujeitos enunciadorees em torno dos colégios cívico-militares paranaenses. Como ponto de partida, perscruto enunciados que se relacionam com o objeto de estudo, uma tarefa que demonstra as complexidades que perpassam os discursos. É relevante ressaltar que são sempre polêmicas as relações entre Estado e Educação, pois persistem ao longo do tempo e produzem condições de possibilidade para a emergência de acontecimentos históricos e discursivos. São muitos os enunciados produzidos a partir dessa relação que caracterizam a história e produzem sujeitos. Essas áreas possuem saberes específicos, mas se relacionam de forma muito direta, sobretudo, quando evidencio a dimensão pública.

O contexto, para o qual lanço luz, levanta a problemática sobre como se tenta governar as condutas a partir do projeto que altera a estrutura/organização de colégios públicos do Paraná para colégios cívico-militares. Para isso, analiso linguisticamente como essa tentativa é enunciada, levando em conta algumas polêmicas que desse acontecimento emergem e são evidenciadas, em geral, por meio da subjetividade dos sujeitos que aparecem nos enunciados.

Coloco em evidência Estado e educação, sabendo e entendendo que o Estado não é a única força que se exerce e opera como responsável pelo cenário. Trabalho com a visibilidade de enunciados que enquadram, especialmente, esses campos distintos, por meio dos sujeitos que falam sobre, que estão inseridos no acontecimento, se inserem ou são inseridos na emergência do acontecimento. O arquivo para a análise é formado, novamente, por sequências enunciativas que circulam no espaço digital, dos diferentes sites jornalísticos paranaenses que compõem o local para escavação dos enunciados.

Um pressuposto teórico é que as objetivações e subjetivações se constroem no e pelo discurso. Estas ganham visibilidade no modo como são realizadas as entradas no *corpus*, respaldadas no conceito de formação de modalidades enunciativas (Foucault, 2009; Voss; Navarro, 2013). No entanto, é importante salientar que essa ferramenta arqueológica permite “encontrar a lei de todas essas enunciações diversas e o lugar de onde vêm” (Foucault, 2009, p. 56). Percorrendo, para isso: Quem fala? De que lugar institucional fala? Quais as posições do sujeito?

Assim, depreendo algumas sequências de enunciados que formam a série a seguir. Elas oferecem condições para perceber a emergência de um discurso sobre a disciplina. Esse é um dos pontos possíveis para extrair a polêmica e o jogo discursivo na relação entre Estado e

educação. Portanto, o poder disciplinar é compreendido como uma das formas de governo que evidenciam um jogo de poder-saber sobre o espaço escolar e suas práticas.

A partir da afirmação de que a história da governamentalidade “coloca em jogo várias matrizes de poder, marcando rupturas, assinalando acontecimentos, emergências e proveniências” (Filho, 2006, p. 63), configura-se aí um poder ainda mais complexo por fazer funcionar discursos que se manifestam como estratégias e técnicas de poderes distintos se cruzando. O poder disciplinar, portanto, é um dos que tenta funcionar no contexto dos colégios cívico-militares do Paraná. A disciplina é vista como um mecanismo para a condução dos sujeitos, ou seja, uma das técnicas de governo.

Se governar é a técnica de condução das condutas, um dos poderes que cruzam a governamentalidade em análise é o disciplinar. Isso se manifesta na superfície das materialidades enunciativas que colocam no jogo discursivo o significante “disciplina”. É assim que emerge uma das polêmicas, dando a conhecer os modos de inscrição dos sujeitos na história e na língua, que segue no movimento de descrição enunciativo.

5.1. Disciplina para conduzir os colégios cívicos-militares

A primeira sequência (SE 10) é de uma entrevista, na Gazeta do Povo, com a reprodução das falas do então secretário de Estado da Educação e Esporte do Paraná, Renato Feder. Quando o sujeito enuncia “é cuidar do ambiente escolar para a disciplina na escola”. A sequência enunciativa dá a conhecer uma posição de sujeito que, como um dos administradores desses lugares institucionais, já que são variados os sujeitos que precisam se relacionar para cumprir essa função, reivindica um ambiente escolar que seja disciplinado.

SE 10 – Disciplinar o espaço





GAZETA DO POVO

Exatamente. Não é um modelo militar tradicional, que tem uma estrutura muito grande. Quando você vai para um colégio militar, o time militar entra na área pedagógica. Não é este o nosso projeto. O diretor cívico-militar – que em geral será um capitão da Polícia Militar – vai contar com um time de até quatro monitores. Qual é o trabalho dos monitores? É cuidar do ambiente escolar para a disciplina na escola.

Fonte: Gazeta do Povo. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/secretario-teme-evasao-escolar-e-torce-pela-volta-das-aulas-no-parana>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

Mais que isso, essa sequência enunciativa visibiliza que o secretário se posiciona como um sujeito que credita à polícia a responsabilidade pela ação do cuidado. Em termos do espaço, este se apresenta como objeto a ser esquadrinhado para a implementação de outros mecanismos disciplinares que se interrelacionem com o tempo, a vigilância e a produção de saber, pois “ambiente” não se restringe a uma infraestrutura predial, por exemplo, há um conjunto de fatores que são responsáveis para a constituição e funcionamento, inclusive, humanos. Para isso, no entanto, acredita que “mesmo pequena” a inserção de cinco militares será capaz de atingir o objetivo definido. Para Foucault (2012, p. 142), a organização do espaço escolar o faz funcionar “como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar”. Como uma tática, o autor acrescenta, ainda, que a organização dos espaços “permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo, e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada” (Foucault, 2012, p. 143-144). Em outros termos, o espaço permite que ocorra a separação e, até mesmo, a combinação dos indivíduos a partir de classificações que os igualam e/ou diferenciam, o que é um exercício de controle dos corpos.

Ao enunciar na SE 10, o sujeito também confessa que existem problemas de cuidado no espaço da escola, ou seja, indica que os indivíduos que já participam do espaço não o fazem, ou seja, são “descuidados”. O indivíduo assume uma posição de sujeito que ativa um domínio associado ao conjunto de tantos outros discursos em circulação na sociedade, domínio esse que trabalha na direção de ocultar ou fazer esquecer que os problemas da sociedade não se limitam ao ambiente escolar. Ao mesmo tempo, acredita no potencial da instituição como um lugar de “fabricar corpos” (Foucault, 2012). O sujeito que fala leva ao entendimento de que a escola é o lugar para a polícia ou que para ser cuidada demanda incluir o saber e as estratégias de poder oriundas desse campo. Emerge, então, um sujeito que pode não se deixar conduzir por um governo militar, mas que quer essa “anatomia política” (Foucault, 2012) disciplinando os outros. Essa posição de sujeito propõe alterar o modo de condução da escola e dos sujeitos que dela fazem parte. Apropria-se do saber de outro campo, de outra “invenção”, de outro governo. Um entrecruzamento de matrizes de poder: o militar com o educacional.



Então o militar não entra na questão pedagógica?

Não entra. Ele atua só no ambiente escolar. Por exemplo, em um lugar onde haja bullying, onde haja desrespeito, onde haja violência, onde possa ter drogas perto da escola. Aí, hoje, o jovem que está nesta escola, ou o professor, ele não tem a quem recorrer, ou é difícil. Quando você tem um time [de monitores militares], você tem mais disciplina, mais respeito, e um ambiente propício ao aprendizado.

Fonte: Gazeta do Povo. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/secretario-teme-evasao-escolar-e-torce-pela-volta-das-aulas-no-parana>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

Ao dizer que o militar “atua só no ambiente escolar. [...] em um lugar onde haja bullying, onde haja desrespeito, onde haja violência, onde possa ter drogas perto da escola”, o sujeito discursivo que fala (representante do Estado, responsável por políticas educacionais e que se apresenta para além desse momento de enunciação como professor Renato Feder) apropria-se de discursos da violência, da insegurança e do politicamente correto que indicam um certo “domínio de saber” sobre o que, também, existe na escola. O argumento é produzido com peso de possibilidade, pois, em certa medida, os itens mencionados ocorrem e são incluídos como referencial de algumas práticas discursivas constituídas em espaços de saber-poder sociais, políticos, midiáticos, entre outros, relacionadas à escola. Quando se fala de violência, separadamente, ressoa um efeito daquela que é física, colocando o bullying e o desrespeito apesar de problemas, não entendidos como variações e tipos de violências. Havendo a possibilidade de tais ações na escola, o sujeito enunciator produz uma objetivação de estudante como alguém que pode ser praticante de um dos casos. Em vista disso, a posição de sujeito é de que o projeto se apresenta como viável e justificável. Segundo Foucault (2009, p. 124), “o enunciado não é imediatamente visível; não se apresenta de forma tão manifesta quanto uma estrutura gramatical ou lógica”, portanto foi necessária uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo.

Em linhas gerais, embora demonstre posicionamento de preocupação com a instituição e a comunidade escolar, o sujeito também materializa uma posição que não vê os casos da sua enunciação solucionados por meio dos mecanismos existentes no cotidiano das escolas, porque os integrantes da escola “não tem a quem recorrer”. De qualquer modo, parece fazer funcionar uma preocupação híbrida entre a disciplina e o biopoder. Afinal, como explana Navarro (2020b,

p. 220), “a disciplina atua na individualidade, o biopoder recai sobre o corpo da população, [...] esses mecanismos atuarem em níveis diferenciados no corpo do indivíduo e na vida da população, eles não se anulam, ao contrário, articulam-se, tendo em comum a norma”.

O sujeito enunciator chama a atenção quando diz “o jovem que está nesta escola, ou o professor, ele não tem a quem recorrer, ou é difícil”. Aqui, entende que existe um grupo “vulnerável” na escola. Para além disso, se esses indivíduos não têm auxílio, então oferece a polícia como um “presente”, a solução milagrosa e/ou o herói. Poderíamos interrogar os motivos dessa dificuldade. Um deles seria ter de assumir a responsabilidade por essa dificuldade, mas a situação ainda é mais delicada quando temos o “ou é difícil”. Outro motivo é que a instituição (Secretaria de Educação/Estado) e os sujeitos responsáveis (secretário e governador) não oferecem condições objetivas para facilitar. A secretaria como um departamento do Estado e o Feder na posição de secretário e representante do Estado parecem ver a inserção do militar como a única escolha possível para a resolução das hipóteses por ele discursivizadas. Ao mesmo tempo, o militar é inserido como uma das características da disciplina que é a de “vigiar” para “controlar” (Foucault, 2012).

Nesse processo, para se posicionar como faz, a favor deste projeto, enfatiza que pode evitar que os estudantes se portem como desobedientes, fora da norma, preconceituosos no ambiente escolar. Deste modo, aproxima-se da discussão de Foucault (2012, p. 97) em que afirma: “o criminoso designado como inimigo de todos, que têm interesse em perseguir, sai do pacto, desqualifica-se como cidadão e surge trazendo em si como que um fragmento selvagem de natureza; aparece como o celerado, o monstro, o louco talvez, o doente e logo o ‘anormal’”. Na medida em que produz esse discurso, também aciona a segurança como argumento para a inserção dos militares na escola. Essa medida pode ser entendida, a partir de Foucault (2012, p. 97), como uma “tática de intervenção” em que o secretário considera necessária para “organização de um campo de prevenção, o cálculo dos interesses, a entrada em circulação de representações e sinais, a constituição de um horizonte de certeza e verdade”. O sujeito parte de experiências ruins para se posicionar favoravelmente à escola cívico-militar, porque considera que esse projeto pode atuar na prevenção, uma vez que se tem, historicamente, casos e casos que necessitariam desse “time [de monitores militares]”. Organizado e como parte de um time, se propõe a “vencer” as adversidades, batalhas e disputas que precisam ser enfrentadas na/pela escola. Para isso, um time de monitores que vai auxiliar no funcionamento da instituição. Contudo, dada a qualificação “monitores militares”, as condutas e os códigos são orientados pela disciplina e pela militarização como referencial que está presente no discurso.

Ainda, quando é evocada a ideia de “time”, atribui aos monitores escolares a possibilidade de melhorar a disciplina, o respeito e o ambiente de aprendizado. Diz isso, por exemplo, não incluindo na enunciação os sujeitos da educação/escola como integrantes dessa equipe (time). Ao enunciar dessa forma, destaca-se que o sujeito do discurso não considera, por exemplo, uma série de fatores que são externos ao ambiente escolar e possuem força determinante na formação das subjetividades e condutas dos sujeitos. É um sujeito que, na dinâmica das coisas ditas, produz efeito de quem se quer conduzido por uma perspectiva de disciplina que se ancora na vigilância (segurança/cuidado), na punição (atua), que vê a escola como um lugar de insubordinação (bullying/indisciplina/drogas) que precisa de controle. Portanto, mecanismos disciplinares com técnicas militares são compreendidos como formas de governar a população escolar (os outros). Nessa perspectiva, em uma passagem de “Vigiar e Punir”, Foucault indica os motivos pelos quais o militar (exército) é, muitas das vezes, o recurso político escolhido.

A política, como técnica da paz e da ordem internas, procurou pôr em funcionamento o dispositivo do exército perfeito, da massa disciplinada, da tropa dócil e útil, do regimento no acampamento e nos campos, na manobra e no exercício. Nos grandes Estados do século XVIII, o exército garante a paz civil sem dúvida porque é uma força real, uma espada sempre ameaçadora, mas também porque é uma técnica e um saber que podem projetar seu esquema sobre o corpo social (Foucault, 2012, p. 162).

Nessa direção do que emerge da série enunciativa que tem um sujeito representante do Estado como ocupante dessa posição, penso que, pelas vias das tecnologias de governo que funcionam, é possível depreender que a vida é colocada como objeto e objetivo, uma vez que as ações dos colégios cívico-militares serão exercidas individualizando os sujeitos e, ao mesmo tempo, se estendendo para o coletivo de toda a comunidade. Por isso, com base nos postulados de Filho (2006), as práticas discursivas do sujeito analisadas na série indicam um direcionamento de exercícios de poder que visam ao governo da vida. No entanto, é descontínua a compreensão da produtividade desse mecanismo no interior das escolas como evidencia a série constituinte da próxima seção.

5.2. Outra disciplina para a instituição e os sujeitos da educação

A série enunciativa desta sessão descreve a emergência de posições de sujeito que se apresentam de modo crítico ao acontecimento e aos modos de exercício de poder que se pretende colocar em funcionamento. Para tanto, dou início à descrição enunciativa com a SE

12, em que a posição de sujeito provém do espaço estatal e insere no jogo discursivo o deputado Tadeu Veneri, em notícia publicada no Brasil de Fato Paraná.

SE 12 - Liberdade ameaçada

Brasil de Fato

Paraná

Audiência pública

Em audiência pública proposta por Tadeu Veneri, foram ouvidos profissionais da educação, que repudiaram a medida. Para o deputado, a proposta afronta o artigo 206 da Constituição, principalmente a gestão democrática do ensino público e prevê ainda R\$ 25 milhões para diárias de integrantes da PM.

“A liberdade é substituída pela hierarquia e disciplina. O pluralismo cede espaço à unidade. Não há gratuidade. Há ‘taxas’, pagamentos “voluntários”, como despesas com a manutenção do vestuário que sustenta o simbolismo militar. Os profissionais da educação escolar são substituídos por militares ou a eles submetidos. Como compreender a liberdade de cátedra de um professor cercado pelo aparato militar?”, questionou.

Fonte: Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2020/09/25/profissionais-da-educacao-repudiam-militarizacao-de-escolas-no-parana>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

O sujeito recupera a disciplina como uma forma de discursivizar o que compreende por esse modo de exercício de poder que é capturado como estratégia de governo do Estado e se posiciona contrariamente. Para ele, “a liberdade é substituída pela hierarquia e disciplina. O pluralismo cede espaço à unidade.” Ou seja, entende que disciplina está atrelada à hierarquia. Portanto, são responsáveis por acabar com a possibilidade de liberdade dentro da escola. E falar em liberdade é também tocar em aspectos democráticos. Nessa direção é possível, resgatar uma afirmação de Veiga-Neto (2017, p. 71) sobre o imbricamento de poderes:

ainda que o rei tenha sido mandado para casa, não se deve pensar que o problema da soberania tenha sido eliminado com o advento do Estado moderno. O que aconteceu foi uma tríplice aliança entre soberania, disciplina e gestão governamental, entendida essa última como uma nova arte de governo exercida minuciosamente, ao nível do detalhe individual e, ao mesmo tempo, sobre o todo social.

Na perspectiva de uma leitura sobre a democracia, Rancière (2014) observa na sociedade um sentimento antidemocrático que não é novo e que se apresenta com sentido duplo. Para o autor, o próprio governo democrático chega a dizer que

é mau quando se deixa corromper pela sociedade democrática que quer que todos sejam iguais e que todas as diferenças sejam respeitadas. Em compensação, é bom quando mobiliza os indivíduos apáticos da sociedade democrática para a energia da guerra em defesa dos valores da civilização, aqueles da luta das civilizações. (Rancière, 2014, p. 10)

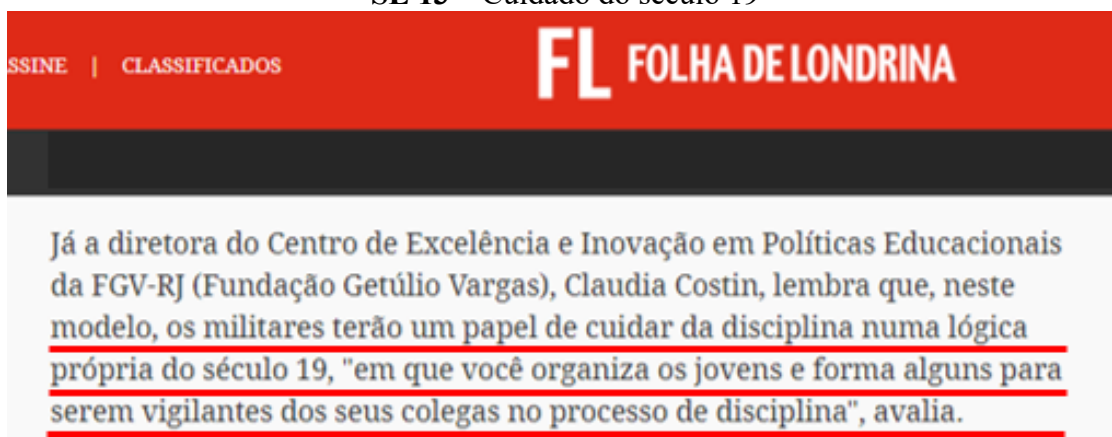
Tratando, ainda, sobre a liberdade, é preciso considerar não a que se manifesta sem limites, mas que é necessária para pensar e fazer diferente o que se pensa e o que se faz. Em discussão sobre as práticas de contracondutas, Navarro (2020b) relembra que, para o funcionamento do exercício de poder, a liberdade é necessária aos sujeitos, mesmo que para isso ainda estejam circunscritas algumas limitações. Com isso, o sujeito em SE 12 demonstra, na afirmativa sobre a “substituição da liberdade”, um medo de que não haverá viabilidade dos sujeitos se movimentarem ou até mesmo escaparem, se inseridos em uma instituição perpassada por técnicas disciplinares militares.

Na sequência em análise, o sujeito segue assumindo sua posição, atentando-se para uma preocupação. Pelo enunciado, a leitura que faço é que a posição do sujeito é de preocupação/dúvida, porque não sabe, efetivamente, o que vai acontecer, mas antecipa possibilidades de interferência negativa no interior da instituição escolar. Assim, enuncia que a presença dos militares nas escolas pode gerar uma instabilidade aos profissionais da educação e um lugar privilegiado nas relações de saber-poder da escola aos novos integrantes. Com isso, os profissionais da educação podem perder a autonomia de trabalho, qual seja, seguir o saber sistematizado e científico em torno das práticas pedagógicas para trabalharem na perspectiva que é limitante, uniformizadora e cerceada pela conduta militar, que possui mecanismos e estratégias de docilização diferentes das educacionais. Nessa direção, o sujeito do discurso vê na perspectiva disciplinar do Estado um governo que individualiza a favor da uniformidade, que não admite a existência da diversidade de expressão, do pensar e do ser. Portanto, pode ocorrer o adestramento, assim como estabelece Foucault (2012) sobre alguns resultados da disciplina, que atuará como “imperativo político”, “imperativo de moralidade” e formação de “sujeitos obedientes”, mediante as condutas do governo estatal, em direção mais excludente e limitante para as diferenças, do que aberta para a compreensão e aceitação.

Demarco, até aqui, quem são os sujeitos que falam: secretário e deputado. Portanto, eles não são qualquer um, menos ainda falam de qualquer lugar. Falam de instâncias existentes na estrutura do Estado. Possuem status para que possam falar e ter suas vozes materializadas nos veículos jornalísticos, sobretudo, porque o critério de “autoridade” é um valor frequentemente perseguido na ordem da prática jornalística. Além disso, emerge o posicionamento diante do acontecimento, colocando em evidência o discurso da disciplina.

No entanto, não são os únicos sujeitos que falam e são inseridos nos textos noticiosos. Se o objetivo aborda o jogo discursivo na relação entre Estado e Educação, os sujeitos da educação também falam e evocam a polêmica.

SE 13 – Cuidado do século 19



Fonte: Folha de Londrina. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/educacao-quer-militarizar-200-escolas-estaduais-3019101e.html>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

Uma delas se dá a partir do posicionamento de Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV, na SE 13. É esse o sujeito que emerge no discurso e pode ser caracterizado, portanto, como ligado a um/a lugar/instituição que pensa a educação. Nesse caso, se atribuem à Claudia Costin certas condições para enunciar, as quais contemplam sua função, como diretora, e a legitimação para fazer referência a determinados elementos da área, tais como: políticas educacionais, excelência e inovação. Ou seja, é responsável por refletir e propor medidas que interfiram na qualidade educacional. Em sua fala, argumenta que o modelo cívico-militar, destinado a ser implantado, também, para o Paraná, remete ao século 19. Trata-se de um projeto, pois, que remonta ao século 19. A esse respeito, Tasso (2003) relata que, a partir da constituição da República de 1891, o plano educacional do país apresentava responsabilidades à União e aos Estados que deveriam “criar e controlar” o ensino em diferentes níveis, bem como distinguia/reforçava a separação entre classes dominantes e escolas do povo. Isso, como reflete, indicava a dualidade entre centralizar e descentralizar o poder do período. Foi em 1889, um pouco antes, por exemplo, que se fundou o Imperial Colégio Militar no Rio de Janeiro, primeira instituição escolar com atuação de militares (Pio, 2023).

A referência ao século 19 é uma estratégia de que se vale o sujeito que fala na SE 13 para demarca que, talvez, o modelo proposto não atenda à atualidade, se forem levados em consideração o fato de que a sociedade não permanece a mesma, porque os sujeitos também

não. Foucault (2009) é reiteradamente lembrado sobre a passagem d'A Arqueologia do Saber, em que recusa ocupar e permanecer o mesmo e no mesmo lugar. O enunciado faz emergir características de outras temporalidades em correlação com a história do presente que, de algum modo, pode ser lido como um retrocesso.

O sujeito do discurso não só caracteriza o tempo, mas enfatiza quais são as estratégias ligadas ao mecanismo disciplinar: “organiza os jovens e forma alguns para serem vigilantes de outros no processo de disciplina”. Há uma determinação, retomando Foucault (2012), de quem pode vigiar e quem será vigiado nesse cenário. É um controle (organiza/forma) que se estabelece aos corpos dos alunos (jovens), porque quem vigia cumpre certas determinações e quem é vigiado também precisa estar dentro dos limites que são “permitidos”. Logo, tudo o que foge ao que é considerado uma conduta da disciplina pode ser relacionado ao que estará propenso a sofrer algum tipo de punição/penalidade.

Nesse jogo, ocupa lugar central o corpo do sujeito individual, objeto, pois, de tais mecanismos, porém, seguindo Filho (2006), entendo que eles atingem a dimensão do coletivo, de uma população, a população estudantil, que integra a sociedade. Nessa direção, os mecanismos de disciplinarização podem ser vistos, no funcionamento do acontecimento da militarização, como a possibilidade para a expansão de um governo em que o sujeito conduz a si, conduz ao outro, se conduz em relação ao outro em um movimento que, talvez, possamos levar aos termos da obediência.

Na próxima sequência enunciativa, SE 14, emergem dois sujeitos: um da educação e outro do jornalismo. Um sujeito do discurso é professor e pesquisador (pós-doutor). Está inserido no contexto da educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). O discurso evidencia posições que o constituem e o autorizam a dizer sobre o acontecimento, seja pela dimensão erudita do conhecimento elaborado e científico, seja por falar de um lugar mais próximo do acontecimento, geograficamente localizado no Paraná, bem como pela posição de professor que vivencia realidades que afetam o cotidiano da instituição escolar.

SE 14 – Ambiente castrense

O professor Rafael Ginane Bezerra é pós-doutor em Educação e está vinculado ao Departamento de Teoria e Prática de Ensino (DTPEN) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Perguntamos a ele quais seriam as implicações práticas de militarizar 200 escolas – e ele apontou pelo menos seis **consequências desastrosas dessa política** que considera “simplista, demagógica e populista”.



PLURAL
CURITIBA

NOTÍCIAS ▾ COLUNAS ▾ ANUNCIE EDITAIS LOJA ▾

Outro problema seria levar para dentro da escola pessoas que não têm formação na área da Educação, reduzindo o espaço dos professores. “Os militares possuem uma visão institucional daquilo que chamam de: **ordem, disciplina e hierarquia**. Isso é compatível com o ambiente castrense da instituição militar, mas não dialoga com o universo da Educação”, defende.

Fonte: Plural. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/o-que-significa-militarizar-uma-escola/>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

Há uma aparição na superfície que visibiliza a posição de sujeito do jornalista funcionando na sequência: “**Perguntamos** a ele quais seriam as **implicações** práticas de **militarizar** 200 escolas” (grifos meus). O indicativo da existência do referido sujeito é a manifestação do verbo em primeira pessoa do plural (perguntamos), que identifica tanto o sujeito que fala (jornalista) como a instituição jornalística (Plural). Diante disso, o sujeito também produz um efeito de saber-poder com o emprego linguístico de implicações, porque a escolha lexical não tem um sentido aleatório, é utilizado estrategicamente como forma de estabelecer um jogo discursivo. Isso exige um saber do sujeito que também exerce o poder capaz de provocar o direcionamento da força discursiva da palavra que é providencial para marcar o posicionamento de contrariedade ao projeto de mudança das escolas públicas, conduzir a elaboração discursiva do entrevistado (professor/pós-doutor) e, ao mesmo tempo, conduzir os leitores (outros) que terão contato com a produção jornalística. No que diz respeito aos leitores, implicações antecipa que não está falando de qualquer modo, mas enfatizando o efeito de causa que acarretaria a mudança, um sentido de complicações, uma posição de contrariedade, que escapa de qualquer aproximação com a neutralidade. Soma-se a essas condições o “militarizar”, outro léxico que, conforme discutido na Seção 4, exerce função de resistência ao projeto.

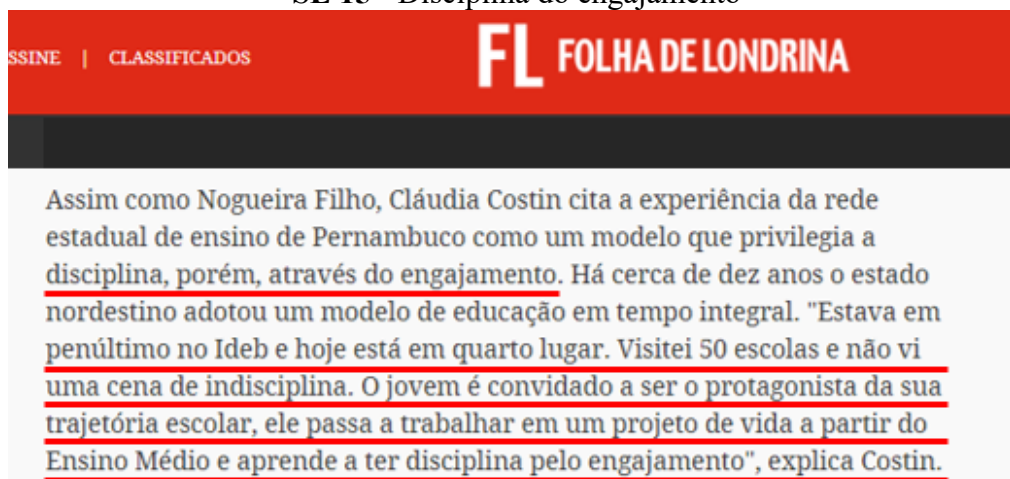
Na reprodução da fala do sujeito professor-pesquisador entre as aspas, a disciplina emerge como ponto negativo e merece atenção. No entendimento do sujeito, a disciplina pelo viés do poder militar é castrense – aspecto bem característico do campo de poder/saber onde ele funciona. Castrense, por exemplo, quando pesquiso no dicionário entrega o seguinte resultado: “relativo à vida militar” (Ferreira, 2008, p. 218). Se pensar no castrense como uma variação de castrar, obtenho como resultado o sentido de limitação da expressão. Portanto, que inviabiliza pensamentos e práticas heterogêneas, que é avesso ao diferente, que governa a conduta dos sujeitos visando apenas a padronização. Por todo o campo associado que “castrense” faz emergir, o sujeito considera que não dialoga com a Educação. Afinal, como bem lembra Veiga-Neto (2017, p. 71), “dizer que a disciplina fabrica corpos dóceis não significa dizer que ela fabrica corpos obedientes. Falar em corpos dóceis é falar em corpos maleáveis e moldáveis; mas não se trata, aí, de uma modelagem imposta, feita à força”.

No diálogo teórico estabelecido entre a noção de modalidades enunciativas (Foucault, 2009) e as especificidades do uso das aspas (Benites, 2002) para indicar o discurso direto do sujeito entrevistado-enunciador, outro efeito se apresenta: novamente é uma estratégia de produção de verdades na polêmica que o acontecimento provoca. A escolha da fonte (entrevistado), bem como o que é reproduzido no texto jornalístico extrapolam qualquer argumento de que o sujeito jornalista estaria apenas cumprindo a função informar sobre o tema da notícia. Resulta do enunciado um único posicionamento, como se jornalista e entrevistado, embora sendo indivíduos distintos, ocupassem o mesmo lugar e assumissem a mesma posição em relação ao discurso da implantação dos colégios cívico-militares.

Essa posição de sujeito na SE 14 dá visibilidade à figura do intelectual que emerge no jogo de pergunta e resposta da prática jornalística. Figura essa que ocupa um papel na luta política, conforme as proposições foucaultianas, lembradas por Oksala (2011, p. 77): “o papel dos intelectuais nas lutas políticas: não era uma questão de sugerir reformas dizendo às pessoas o que fazer; mas de usar seu status visível e respeitável para divulgar aspectos aceitáveis da realidade”. Nessa direção, ele problematiza o inaceitável, o que configura, portanto, um discurso de oposição.

Apesar de não especificar qual é o universo da educação, entendo que é o contrário do que se tem na perspectiva da escola cívico-militar. O que é esperado da escola é a pluralidade, o debate de ideias, o espaço para vozes distintas, ou seja, mais aberto à liberdade. Assim, estabelece certa regularidade com o posicionamento assumido pelo sujeito discursivo do campo político, o deputado Tadeu Veneri.

SE 15 - Disciplina do engajamento



Fonte: Folha de Londrina. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/educacao-quer-militarizar-200-escolas-estaduais-3019101e.html>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.

Na última sequência enunciativa, volta Claudia Costin, agora unida à voz de Nogueira Filho, diretor executivo da ONG Todos pela Educação, que também participa da produção jornalística. Essa união dos sujeitos atribui um efeito de mais força/peso/valor ao que é dito. A prática jornalística organiza os enunciados de modo que produz um direcionamento de posições sujeitos que dialogam. Os sujeitos que falam, preciso destacar, não são os da escola pública. Mesmo assim, falam da e sobre a educação. É importante essa diferenciação, uma vez que esses sujeitos estão atrelados ao discurso da “disciplina pelo engajamento”, ou seja, negam o tipo de disciplina do século 19 (mencionada em sequência anterior). O sujeito reforça a recusa por essa concepção, demonstra o modo como não quer ser conduzido, que não deseja ou não aceita essa disciplina como forma de governo, não acredita nessa disciplina para a escola contemporânea. No entanto, aciona como exemplo e sugestão a disciplina do engajamento que, pelos fatos do discurso, parece possível e mais adequada.

A disciplina do engajamento emerge em outro contexto e formato de educação: o da escola integral. Logo, a prática discursiva na qual o sujeito enuncia alude que a contraconduta se dá pela indicação de outro modelo. Não necessariamente novo, mas que ainda é restrito a um público pequeno, pouco difundido e praticado na sociedade brasileira. Esse enunciado aproxima-se do que escreve Filho (2006, p. 63), “O governo de si [...] diz respeito a um domínio ativo do sujeito sobre si mesmo no sentido de governar-se, “cuidar de si mesmo”, estetizar sua existência, “fazer da sua vida uma obra de arte””.

Para fazer essa estetização da existência pela via da proposta, tenta validar a positividade dessa disciplina com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), indicador considerado relevante para verificar os níveis da qualidade da educação no país, como

uma estratégia discursiva e que também subsidia decisões e propostas de políticas públicas. Portanto, com esse dado, Costin produz um discurso de expectativa em torno da saída de uma condição ruim para uma melhor.

O status de professora do sujeito Claudia Costin não está expresso na materialidade linguística, no entanto, o que relata, separado entre aspas, posiciona o sujeito nesse lugar, e isso se deve ao campo associado que permite estabelecer relações entre a função, o nome e o que enuncia. No entanto, ela está vinculada à FGV (Fundação Getúlio Vargas) e Nogueira Filho, ao Todos pela Educação, duas instituições que estão ligadas ao setor privado/empresarial, embora classificadas como “sem fins lucrativos” e “não governamental”, respectivamente.

Nessa direção, ainda é importante refletir sobre o engajamento que o sujeito enuncia, sobre o protagonismo da própria vida que espera do estudante. Vejo, assim, o engajamento como discurso, inicialmente, ligado a outro tipo de governo das condutas. Outro tipo de objetivação é a tentativa de produzir outro tipo de subjetividade, mesmo que disciplinar. Uma contraconduta em função de outra conduta. Essa conduta outra, se aproxima do discurso ancorado na perspectiva neoliberal, que partindo das contribuições de Foucault, Brown (2019, p. 20) sintetiza como: “uma racionalidade governamental que gera tipos distintos de sujeitos, de formas de conduta e de ordens de sentido e valor social”. Abordando os efeitos do neoliberalismo, a autora esclarece que o modelo de sociedade é concebido e organizado como mercados. Assim, o modo de governo é exercido por diferentes instituições, desde o Estado e passando pelas escolas, hospitais, academias, entre outros.

Utilizando o enunciado “disciplina do engajamento” como objeto de discurso na ferramenta *Google Acadêmico*, dos únicos cinco trabalhos que materializam essa estrutura linguística integralmente, quatro se relacionam à formação discursiva empresarial, ligada à gestão estratégica e ao planejamento, cujas regras de formação evocam a competição. Tais condições produzem o efeito de uma disciplina que tem como conduta seguir princípios da economia. Dardot e Laval (2016, [p. 317]), advogam que no contexto da racionalidade neoliberal, as práticas discursivas e institucionais “engendraram a figura do homem empresa ou do “sujeito empresarial”, favorecendo a instauração de uma rede de sanções, estímulos e comprometimentos que tem o efeito de produzir funcionamentos psíquicos de um novo tipo”.

Essa série enunciativa mostra que um enunciado abre-se para compreensões diversas, e isso pelo que está a sua margem. Enunciar “disciplina” evoca tanto efeito positivo como negativo, faz perceber a performance verbal e as relações de poder. Cada sequência indica regularidades, seja permitindo delimitar um dado campo associado que alude ao controle de um poder policial/militar, seja evocando o controle de um poder educacional/escolar, seja também

um exercício de poder confrontando essas duas forças. Isso é, a batalha sendo travada ao nível do discurso.

A resistência se manifesta porque coloca na visibilidade o jogo, a luta de uns sobre os outros (Foucault, 1995). No entanto, olhar apenas dessa perspectiva parece algo mais abrangente e que possibilita enquadrar qualquer prática discursiva como um ponto de resistência. Não que isso não aconteça. Acontece, porque é visível. Porém, essa resistência se configura como uma prática de contraconduta, porque há um exercício do sujeito que, em certa medida, não se deixa conduzir, sobretudo, pela racionalidade do Estado como um poder com toques de poder soberano/hierárquico. De alguma forma, nesse conjunto polêmico, há sujeitos que não se deixam governar ou, pelo menos, tentam fazer resistência em forma de contraconduta, na tentativa, como ponderou Rago (2019, p. 19), de “construir inventivamente novas formas de se colocar no mundo”. Uma forma de contraconduta em termos de oposição, pois produz argumentação contrária ao projeto/acontecimento. É contraconduta, porque está se manifestando em um ponto muito localizado, específico da sociedade. Além disso, está inserida em uma história da governamentalidade, inscrita “no contexto metodológico das histórias genealógicas de Michel Foucault – para ser mais exato, no ponto de confluência da sua genealogia do poder com a sua genealogia ética” (Filho, 2006, p. 73).

O conjunto de enunciados ditos “não se deixa conduzir” se articula com a ideia de que, ao negar uma conduta e uma determinada forma de governo, gera uma resistência de um sujeito que quer conduzir a si e os outros por outra perspectiva também da disciplina. Até mesmo porque a sociedade disciplinar sempre vai existir. Não se está substituindo uma sociedade por outra, está se substituindo um ponto de vista, um mecanismo disciplinar por outro. Rejeita-se isso, mas uma sociedade indisciplinada é ingovernável. Sobre isso, Gros (2018) insiste na necessidade da obediência e da desobediência. Isso sempre no exercício reflexivo, ético e comprometido do sujeito. Ao mesmo tempo, há sujeitos que se conduzem ou desejam ser conduzidos por outro governo. O governo das condutas pela educação, pelo saber científico, pelo saber específico da área para a qual o sujeito desse campo acredita ter mais conhecimento/poder.

6. (DES)OBEDECER COMO TÁTICA DE (CONTRA)CONDUÇÃO

Nesta última seção a proposta é desenvolver uma análise que possibilite trabalhar as práticas discursivas pelo enquadramento das obediências/desobediências e, a partir disso, refletir até que ponto sinalizam contracondutas dos sujeitos que se manifestam em relação aos colégios cívico-militares do Paraná. Deste modo, atende ao terceiro objetivo específico delineado para a pesquisa. Para isso, é necessário retornar a algumas séries enunciativas já contempladas nas seções anteriores.

A militarização, que direcionou a análise da Seção 4, deve ser entendida não apenas como um objeto discursivo que gravita em torno do acontecimento, mas como uma prática social também. Desse modo, quando os sujeitos utilizam esse enunciado e suas derivações/variações na série que se posiciona em oposição ao processo de implantação dos colégios cívico-militares (Subseção 4.1), configura-se uma luta discursiva, ou seja, uma resistência.

Tendo em vista o que é enunciado nas séries, considero que um dos três tipos de luta mencionados por Foucault (1995), “luta contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo”, pode ser atribuído à mãe (SE 4 e 5), à professora e secretária da APP (SE 6), pois, embora os colégios cívico-militares sejam instituições, funcionam como dispositivos em que esses sujeitos estão ou já estiveram inseridos diretamente. A mesma tática linguística é empregada, nesse caso, para estabelecer a luta. Mais do que uma resistência aleatória, demonstra, nos termos do que propõe Gros (2018) e Foucault (2008), uma ação refletida e contra formas de governo que intentam conduzir a si e os outros.

No entanto, quando militarização é utilizado por posições de sujeitos que negam esse objeto (referencial) discursivo (Subseção 4.2), ocorre, de certo modo, um conformismo, considerando que os sujeitos fazem parte do rebanho (secretário e diretor da SEED) que tem, como pastor, o governador. Em certa medida, o uso de militarização pode dar visibilidade a um consentimento, se tratado como “obediência propriamente política: obedece-se como cidadão na medida em que se estabelece um pacto republicano de obediência às leis públicas” (Braga, 2022, p. 2). No entanto, quando os sujeitos falam da posição de pastores, esse enquadramento pode alterar, uma vez que estariam obedecendo a si mesmos, capturados que estão pelas técnicas do poder militar.

Sobre as séries enunciativas da Seção 4, no que se adequa ao objetivo proposto, pude observar uma descontinuidade e uma dispersão na história do presente. O enunciado é tomado como um elemento que permite, em alguma medida, singularizar práticas de contracondutas.

Porém, no que se refere à Subseção 4.1, percebo que “os discursos de verdade do pastorado que exerce poder sobre os indivíduos” (Costa, 2019, p. 70). Essa contraconduta tem peso de desobediência civil, por se tratar de um afronte público e coletivo, uma vez que são vozes diferentes circulando em espaços diferentes, mas que se somam em unidade pelo o que discursiviza.

Na Seção 5, embora as técnicas disciplinares tenham se sobressaído em relação às outras, as resistências também emergiram na superfície do arquivo. A partir das posições de sujeitos que enunciam refutando, condenando e problematizando a forma de governo empregada para as instituições escolares do Paraná, surgem dados estatísticos e menções a outros casos, o que demonstra um domínio de saber como estratégia para a contraconduta. Outra característica é a negação da conduta com a racionalidade do Estado para a inserção de outra conduta. O sujeito que enuncia nesse contexto se mostra mais inventivo, como sugere as discussões foucaultianas, que reforçam a relevância da estetização da vida.

Os resultados obtidos na descrição enunciativa reforçam, para me valer das palavras de Costa (2019, p. 71), que “o caráter de desobediência e insubordinação das contracondutas em relação às normas de conduta e verdades pré-fixadas que as práticas de poder fabricam evidenciam seu aspecto ético-político ao apontar para o sujeito que é governado e governa a si mesmo”. Esse autor argumenta que, no mesmo espaço onde o poder se exerce, as contracondutas surgem. O exposto abre a possibilidade para a inserção de uma nova sequência enunciativa (SE 16) que mostra esse funcionamento.

SE 16 – Ocupação da SEED

Brasil de Fato**Paraná****Professores e estudantes do Paraná ocupam SEED contra militarização das escolas**

Além de reivindicarem a suspensão do projeto de militarização, o protesto denuncia outros atos do atual Secretário

Ana Carolina Caldas
Paraná | 30 de Outubro de 2020 às 12:37

"Nos viemos aqui para fazer a denúncia de tudo o que está acontecendo e ao mesmo tempo reivindicar o direito legítimo de sermos ouvidos pelo Secretário de Educação, Renato Feder. Chegamos a pedir, dias atrás, que uma comissão fosse ouvida, mas isso não aconteceu," explicou o Professor Hermes de Leão, presidente da APP sindicato. O objetivo é permanecer na sede da Secretaria até que o governo abra o diálogo.

Fonte: Brasil de Fato. Disponível em <https://www.brasildefatopr.com.br/2020/10/30/professores-e-estudantes-do-parana-ocupam-seed-contramilitarizacao-das-escolas>

O Brasil de Fato Paraná divulgou notícia que aborda uma prática discursiva dos sujeitos, que materializa um gesto de contracondução em relação ao acontecimento da implantação dos colégios cívico-militares: a ocupação da Secretaria de Estado da Educação, a SEED. Essa possibilidade de visibilizar o ocorrido tem a ver com o status e a posição do sujeito enunciador, a saber, o professor e presidente da APP Sindicato, Hermes de Leão, elementos que o legitimam a falar do lugar institucional que ocupa e representa. Nesse contexto, ele pode assumir a função de pastor que conduz a cada um e a todos coletivamente, tanto é que toma para si a incumbência de falar em nome de todos que participam do movimento. Há ainda a possibilidade de subjetivá-lo não como o guia, mas como parte do rebanho que está sofrendo as investidas de poder e, por não concordar, assume uma posição crítica e ética.

A ocupação da SEED pode ser lida como uma desobediência civil, assim como as demais táticas, como a manifestação da “democracia transcendental. Reatualiza o que nunca existiu e faz emergir como sua sombra projetada esse momento de origem em que um coletivo decide sobre seu destino, em que se decide para a humanidade o sentido nobre do político” (Gros, 2018, p. 144). O peso de coletivo é reforçado na materialidade linguística, pelo uso do “Nós”, que projeta para todo o enunciado o efeito da força de poder-saber da denúncia pública, pois informa que, apesar dos pedidos, os sujeitos envolvidos diretamente não foram ouvidos, o que identifica uma forma de governar que se aproxima de uma prática autoritária e não

democrática. Reforça, inclusive, a afirmação de Filho (2006, p. 73), para quem “em nossas sociedades – particularmente no Brasil – a política encontra-se “apartada” – à parte – da ética”.

Na análise desta seção, que recai sobre as práticas discursivas em circulação nos sites jornalísticos Gazeta do Povo, Folha de Londrina, Plural e Brasil de Fato, tanto as obediências quanto as desobediências ganham espaço nas séries enunciativas. Nessa relação, as lutas que se materializam sempre são contra certos procedimentos de governamentalidade e, pelo seu peso, possibilitam perceber que “o governo de si mesmo pela verdade não desaparece – ele se desloca do contexto interiorizado da verdade cristã para ligar-se à problemática da verdade científica, que na modernidade passa a racionalizar, legitimar, e dar sustentação às práticas de governo” (Filho, 2006, p. 73). Com base em tal afirmação, o que ocorre nas séries analisadas é que as práticas de contraconduta contra o governo se utilizaram mais de verdade científica quando citam, por exemplo, dados do IDEB e a realidade de outras escolas.

Nos mesmos moldes do que Foucault abordou como formas de contraconduta ao poder pastoral, elaborei um quadro que, em certa medida, tenta caracterizar as formas de contracondutas postas em movimento em relação à implantação dos colégios cívico-militares, tendo em vista que elas são sempre móveis, podendo desaparecer ou se atualizarem (Machado, 2010).

Tabela 5 – Formas da contraconduta educacional

TEMA	ARGUMENTO
Militarização	A mudança dos colégios públicos cívico-militares ganhou força de governo político educacional, desencadeia o uso de “militarização” e derivações em práticas discursivas como forma de problematização a forma de governo. A conduta, na perspectiva do poder que governa a população, é a utilização e o reforço de “cívico-militares”. Portanto, a “militarização” é uma contraconduta no plano do discurso.
Comunidades	Nas séries enunciativas a noção de comunidade ficou mais evidente por meio dos sujeitos que ocupam a posição de rebanho, em uma aproximação com o poder pastoral. São vozes de sujeitos diversos que se somam, produzindo o efeito de comunidade.
Desobediência Civil	A desobediência se constitui como um elemento que aparece e possibilita funcionar como tática de contraconduta. Mais especificamente, a desobediência civil é identificada, por meio de sua emergência e efeito de estratégia dos sujeitos que se posicionam, questionando ou sendo contrários à implantação dos colégios cívico-militares.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Diante do recorrido nesta seção, mesmo que muito brevemente, o empreendimento arqueogenealógico forneceu condições para afirmar que, no gesto de análise, as práticas

discursivas no jornalismo digital paranaense materializam não só um jogo polêmico discursivo, como possibilitam o funcionamento da resistência. Não um bloco geral da resistência, mas uma dinâmica que se mostra mais refinada ao ser enquadrada nas reflexões em torno da desobediência. As posições de sujeito assumidas na dispersão dos enunciados efetivamente ditos sinalizam movimentos de contracondução educacional, muito específicos e possíveis de localizar no micro contexto do acontecimento discursivo-histórico da implantação dos colégios cívico-militares no Paraná. Arrisco chamar de formas de contraconduta, ainda, apoiado na alegação de Dardot e Laval (2016, [p. 390]) de que “a contraconduta como forma de resistência a essa governamentalidade deve corresponder a uma conduta que seja indissociavelmente uma conduta para consigo mesmo e uma conduta para com os outros”.

7. CONSIDERAÇÕES DE UM ACONTECIMENTO SEM FIM

O escalonamento de acontecimentos efetuado nas linhas que introduzem esta pesquisa, para abordar a irrupção da implantação dos colégios cívico-militares no Paraná, contribuíram para demonstrar que o processo histórico pelo qual a política educacional paranaense está passando não é um movimento único e isolado. Em termos foucaultianos não se fala em “reflexo”, mas em resultados de práticas capazes de produzir os sujeitos, as instituições, a história e a sociedade. Há uma dispersão de acontecimentos e fatos que se cruzam, desencadeando movimentos que nem sempre se pautam, efetivamente, pelos preceitos democráticos. Alçar uma compreensão para o processo de militarização das escolas, passa antes por manifestações da sociedade que solicitavam o retorno da ditadura militar. De algum modo, isso é um indício de que não somente eu, mas nós, temos um trabalho que precisa continuar. Sobretudo, na direção de refletirmos quem somos. Em primeiro momento, se colocar como sujeito diante dessas condições já é um movimento, porque é reconhecer que a culpa não é exclusivamente do outro. É um responsabilizar-se, mesmo refletindo que não sou a “engrenagem” principal do sistema. O estudo que desenvolvi é uma tentativa de avanço, micro que seja, de pensar e ser diferente.

Em evento on-line, realizado pelo Grupo de Estudo Mediações, Discursos e Sociedades Amazônicas (Gedai)¹⁰, Sargentini analisando práticas discursivas que emergiram no cenário brasileiro, descreveu a existência, na história do presente, de posicionamentos de sujeitos que são contrários à ideia de pluralidade, incentivados, por exemplo, pelos enunciados que caracterizavam o slogan da gestão política nacional até recentemente: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. Segundo a pesquisadora, um conjunto de razões atravessou a sociedade até que chegasse o momento dos sujeitos desejarem e clamarem, nas ruas e nas redes, pela intervenção militar. No entanto, as que destaca são o capital e, especialmente, a obediência. No que se refere à obediência, alinhada à problematização tratada por Gros (2018), uma reflexão que sugere é sobre quais os motivos que levam os sujeitos a quererem a obediência e a aceitarem injustiças. Conforme assevera, trata-se de uma recusa e não aceitação ao que é heterogêneo ou considerado diferente.

A escola, segundo mostra Foucault (2012), é uma instituição que por meio de mecanismos disciplinares atuou para constituir sujeitos produtivos. Suas intervenções além de docilizar os corpos, também tem como resultado e finalidade garantir sujeitos obedientes. Não

¹⁰ Disponível em: <https://youtu.be/9Ovf9D3z4Ok?si=prcq8jebF8Wd6NC5>. Acesso em: 15 de jul. 2020.

que essas características tenham mudado. Observando as características da modernidade, Veiga-Neto (2008, p. 146) anuncia uma crise acentuada em âmbitos variados. Referindo-se ao que chama de quadro geral das crises que afetam a educação, elege que “a crise da disciplinaridade ocupa lugar de destaque”. Por isso, talvez, a militarização da educação tem sido, pelo menos desde o final da década de 1990, como aconteceu em Goiás, proposta para políticas educacionais em diferentes localidades do país. Entre continuidades e descontinuidades, o fato é que discursos, disputas, polêmicas e enfrentamentos se acumulam.

Nesta pesquisa, orientado por Foucault (2009, p. 28), não remeto o discurso a uma origem, trato partindo do jogo de sua própria instância. Objetivei percorrer um caminho a fim de responder à seguinte problematização: Diante do acontecimento discursivo da implantação dos colégios cívico-militares no Paraná, as práticas discursivas jornalísticas e os sujeitos reverberam tal acontecimento. Nesse espaço enunciativo, há condições de possibilidade para existência de tipos de desobediências que indicam contracondutas? Pautado nos elementos dos Estudos Discursivos Foucaultianos, a série enunciativa foi composta por notícias e entrevistas publicadas nos sites jornalísticos paranaenses – Gazeta do Povo, Folha de Londrina, Plural e Brasil de Fato Paraná. Para o arquivo, foram priorizados os enunciados que emergem na superfície de tais suportes e dão condições de possibilidade para trabalhar as posições dos sujeitos enunciadoreis a partir do conceito que Foucault (2009) nomeou de formação das modalidades enunciativas.

Mais do que fazer a descrição dos enunciados, a análise permitiu verificar as lutas que se estabelecem por meio dos discursos consideradas como resistências (Foucault, 1985). Parti dessa, como outra orientação metodológica de organização do arquivo, para verificar de modo mais particular o funcionamento de práticas discursivas desobedientes que possam, de alguma maneira, contribuir com o empreendimento de analisar as contracondutas.

Assim, resistência, desobediência e contraconduta são tomadas, a partir do percurso teórico, como elementos que dialogam formando uma rede que possibilita aos estudiosos do discurso tornar mais detalhada a discussão sobre como os sujeitos se constituem na história. É possível afirmar que os sujeitos se constituem, por meio dos enunciados, a partir de determinada ordem discursiva (Foucault, 2014) que delimita o que pode e o que não pode ser falado. Nesse sentido, as práticas discursivas materializam posições de sujeito que não só entram em luta discursiva, mas que, também, se mostram desobedientes. No contexto do acontecimento discursivo em destaque, a desobediência civil é a que se destaca e, portanto, passa a ser identificada como uma das formas de contraconduta dos sujeitos. Portanto, se, no âmbito da governamentalidade, há o refinamento e o entrecruzamento de diferentes técnicas de poder

(Filho, 2006), as desobediências (Gros, 2018) são produtivas e se caracterizarem, inclusive, como contracondutas. Cumpre destacar, no entanto, que, embora possa ocorrer o funcionamento de tais práticas desobedientes em outras situações enunciativas e da história, não é requisito que elas efetivamente se elevem ao grau de contraconduta.

Corroborando com as discussões de Filho (2006, p. 83), destaco que “contra a política individualizante do Estado resta resistir – mas resistir não diz respeito à organização, direção e hegemonia de um movimento”. É preciso, mesmo diante dos cenários que se impõem que os sujeitos sejam criativos a ponto de desenvolverem novas formas de luta política, amadurecerem uma postura ética e problematizar o estatuto do indivíduo.

Para chegar a esse resultado, foi necessário recorrer, nas Seções 2 e 3, a conceitos da caixa de ferramentas foucaultiana, que foram fundamentais para mobilizar, teórica e metodologicamente, a perspectiva arqueogenealógica de análise de discursos, bem como cumprir os objetivos propostos na Introdução da tese.

O primeiro objetivo específico – descrever as posições de sujeito em relação à acontecimentalização do discurso da militarização sobre a implantação dos colégios cívico-militares do Paraná – foi contemplado, na Seção 4. Além de detalhar os diferentes sujeitos que falaram e foram falados no que, aqui, vou chamar de “primeira fase da militarização”, a escavação das sequências enunciativas nos sites jornalísticos que constituem o *corpus* de análise, possibilitou a identificação da militarização como um referente das práticas discursivas. No entanto, não um referente estabilizado. As margens que povoam os enunciados, produziu, de um lado (Subseção 4.1), o efeito de resistência, pois assumia a função de ser contrário ao projeto de implantação. Assim, os sujeitos e os discursos não querem aceitar a mudança na política educacional. Por outro lado (Subseção 4.2), uma série foi constituída por usos em que o emprego de militarização foi um exercício de saber-poder estratégico para recusa do substantivo como um referencial ao projeto, ou seja, os sujeitos criaram uma narrativa para tentar negar tal característica ao projeto. Sobre “primeira fase”, avalio como a melhor forma de identificação ao período analisado, pois já entrou em curso outros movimentos para a ampliação da quantidade de escolas públicas transformadas em cívico-militares.

A Seção 5 foi produzida com o objetivo específico de verificar como a disciplina é acionada como elemento no discurso dos sujeitos enunciadorees em torno dos colégios cívico-militares paranaenses. Embora a disciplina apareça como mecanismo de poder que tenta conduzir a conduta dos indivíduos, foi possível perceber que ela é apenas uma das técnicas de governo de poder que foram acionadas nos discursos. Por se tratar de um governo que opera na instituição escolar, a atuação é individualizante, como no poder disciplinar (Foucault, 2012),

mas por ter efeitos que recaem sobre a população, também é um biopoder. Destaco, entretanto, que embora exista um movimento de sujeitos que se posicionam tentando escapar da conduta disciplinar pelas vias militares, eles propõem uma maneira de se conduzir com uma aproximação da racionalidade neoliberal. Além disso, existe os sujeitos enunciadores que reforçam o desejo por serem conduzidos pela disciplina militar, ou seja, não são só obedientes, mas querem e defendem essa possibilidade de seguidismo.

Por fim, na breve seção que encerra esta pesquisa, com o objetivo de analisar as ocorrências de práticas discursivas obedientes/desobedientes que sinalizam contracondutas nas posições de sujeito que se manifestam em relação à implantação dos colégios cívico-militares do Paraná, foram retomadas séries enunciativas trabalhadas ao longo das outras seções. A escolha foi empreender a mobilização dos conceitos-chave escolhidos de uma forma mais verticalizada sem perder de vista que, eles mesmos, dão condições de possibilidades para refletir sobre a desobediência e a contraconduta. Tanto é que a hipótese apresentada na Introdução, se confirma ao identificar que as práticas jornalísticas materializam posições de sujeito diversas, de concordância e discordância ao acontecimento da implantação dos colégios cívico-militares.

Como resultado final, recupero que a tese de que ao focalizar a relação a relação entre discurso, poderes, sujeitos e acontecimento é possível observar as lutas pelo poder que se inserem no campo político educacional. As séries enunciativas permitiram especificar a resistência por meio das posições de sujeito, refinando a discussão inserindo no campo das desobediências e do arquivo delimitar três formas de contracondutas, a saber: militarização, comunidade e desobediência civil. Isso é possível, por ver funcionar, posições de sujeito que se colocaram críticas diante do acontecimento. Diante do exercício de poder que tenta, por meio de diferentes técnicas, implantar os colégios cívico-militares existem práticas discursivas no espaço jornalístico digital que demonstram como o sujeito se posiciona. Partindo disso, é produzida uma luta que se dá no âmbito da linguagem, não necessariamente para mostrar ganhadores e perdedores, mas que materializam estratégias e desejos diferentes que se enfrentam, se justapõem e se espalham e possibilitam o desenvolvimento de formas de contraconduta bastante localizadas.

Em termos de contribuição com os Estudos Discursivos Foucaultianos, propor um movimento de aproximação entre resistência, desobediência e contraconduta é um passo interessante que pode desencadear outras possibilidades de aplicação do método arqueogenealógico.

O projeto da militarização das escolas paranaenses chegou, mas não acabou. Por isso, ainda é um acontecimento sem fim, com possibilidades de repetição, atualização e, inclusive, novos projetos de investigação. As camadas de complexidade do acontecimento, a aproximação com o tema, a indignação com o avanço do projeto e os impactos dos últimos anos foram sentidos e, de algum modo, refletido nesta pesquisa. A proposta, reverberou e continua reverberando para além da intensa produção discursiva que circula em espaços das mídias tradicionais como rádio, televisão e jornais; no ambiente digital por meio de websites, blogs, redes sociais pessoais e institucionalizadas; ademais, por meio de documentos oficiais como leis, normativas e regulamentos. Além dessas superfícies de inscrição, a teia discursiva se complexifica devido aos diferentes sujeitos que se constituem e são envolvidos nas práticas discursivas que manifestam posicionamentos polêmicos. Neste momento, as práticas discursivas no jornalismo digital foram analisadas, circunscritas a um período e veículos específicos. No entanto, nas redes sociais há um arquivo ilimitado de possibilidades de serem analisadas, bem como materialidades discursivas visuais, textuais e sonoras passando por fotografias, memes, ilustrações, audiovisuais, campanhas institucionais, bem como documentos oficiais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. L. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2008.

BASSANI, S. L. D. **Discurso, poder e virilidade do sujeito-mulher Carolina Maria de Jesus em Quarto de Despejo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2018. Disponível em: <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/1057>. Acesso em: 22 set. 2022.

BARCELOS, T. B. **Como desobedecer**: uma análise do disciplinamento em dicas escolares. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://www.bdt.uerj.br/handle/1/17406>. Acesso em: 20 set. 2022.

BAZZA, A. B. Enunciado, enunciado reitor e as práticas de subjetivação do novo idoso. In: MELO, S. M. de; FERNANDES, C. A. **Violência e seus paradoxos**: práticas discursivas pelas lentes de Michel Foucault. São Carlos, EdUFSCar, 2016, p.139-155.

BENITES, S. A. L. **Contando e fazendo a história**: a citação no discurso jornalístico. São Paulo: Arte & Ciência; Assis: Núcleo Editorial Proleitura, 2002.

BRAGA, A. ‘Desobedecer’: contribuição aos estudos discursivos foucaultianos. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 44, n. 1, e59367, p. 1-4, 20 maio 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v44i1.59367>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRAGA, A.; SÁ, I. de. Encampar a resistência possível. In: BRAGA, A.; SÁ, I. de. (org.). **Por uma microfísica das resistências**: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 7-18.

BRANDÃO, A. C. de P. **O acontecimento discursivo do “feminejo”**: uma reflexão sobre o empoderamento e os regimes de verdade nas canções de Marília Mendonça. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10815>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRISOLA, A.; BEZERRA, A.. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. **XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XIX ENANCIB)**, Brasil, out. 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1219. Acesso em: 10 dez. 2023.

BROWN, W. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI. In: RAGO, M.; PELEGRINI, M. (org.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas**: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 17-49.

CALDAS, A. C. Mães são contrárias à militarização das escolas estaduais no Paraná. **Brasil de Fato PR**, 6 nov. 2020a. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2020/11/06/maes-sao-contrarias-a-militarizacao-das-escolas-estaduais-no-parana>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CALDAS, A. C. Profissionais da educação repudiam militarização de escolas no Paraná. **Brasil de Fato Paraná**. 25 set. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2020/09/25/profissionais-da-educacao-repudiam-militarizacao-de-escolas-no-parana>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CARVALHO, J. **O que significa militarizar 200 escolas?** Plural, 4 out. 2020. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/o-que-significa-militarizar-uma-escola/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CENIZ, C. H. **Resistências da/na Mídia:** uma análise dos discursos sobre o 29 de abril de 2015 em contexto de greve no Paraná. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017. Disponível em: <http://old.ple.uem.br/defesas/pdf/chceniz.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

CHECHIA, V. A.; ANDRADE, A. S. O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 10, n. 3, p. 431-440, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/r3MLHMxkrKL9xPfwfRBHq7K/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

COSTA, H. S. O Lugar das Contracondutas na Genealogia Foucaultiana do Governo. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**. [S. l.], v. 7, n. 1, p. 61-78, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/20767>. Acesso em: 26 set. 2022.

COSTA, L. A. Gêneros jornalísticos. In: MELO, J. M. de; ASSIS, F. de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010, p. 43-83.

DA REDAÇÃO com agências. Ratinho Jr assina carta com mais 15 governadores e confronta Bolsonaro. **Bem Paraná**, 01 mar. 2021. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/politica/ratinho-jr-assina-carta-e-confronta-bolsonaro/>. Acesso em: 27 dez. 2022

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo** [recurso eletrônico]: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Dardot,%20Pierre/A%20nova%20razao%20do%20mundo%20-%20Dardot,%20Pierre.pdf>.

DITADURA NUNCA MAIS! GedaiCast Ep.05. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (1h43m35s). Publicado pelo canal Grupo Gedai. Disponível em: <https://youtu.be/9Ovf9D3z4Ok?si=MYfD4wnG15nQTljA>. Acesso em: 15 de jul. 2020.

ELIAS, T. M. A. **Mulher Bruxa?** Uma análise discursiva foucaultiana da desobediência de Clarice Lispector. 2023. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12898714#. Acesso em: 22 jul. 2023.

FARIA, B. C. A. **A resistência feminina nas práticas discursivas do ciberfeminismo no canal Think Olga**. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

FERNANDES, C. A. Em Foucault, o sujeito submergido no discurso. *In*: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (Org.) **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos: Claraluz: EDUFSCar, 2014, p.107-124.

FERNANDES, C. A.; SARGENTINI, V. Saussure e Foucault, língua e discurso. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 53, n. 2, p. 53–67, 2022. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1692>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FERRARI, D. G. **Em torno do discurso da/sobre a militarização de escolas no Brasil**. 2022. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/4384>. Acesso em: 22 set. 2022.

FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa dicionário. 7. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FERREIRA, F. M. **Militarização do ensino e Escola sem Partido**: uma análise dos discursos de vigilância, controle e disciplina. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10307467#. Acesso em: 20 set. 2022.

FERREIRA, M. C. **Práticas discursivas de resistência estudantil**: o que se diz e o que se vê sobre as ocupações das escolas?”. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/dissertacao-monica-com-ficha.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FILHO, K P. **Michel Foucault**: uma história da governamentalidade. Rio de Janeiro: Editora Insular, 2006.

FISCHER, R. M. B. Foucault revolucionou a pesquisa em educação? *In*: FISCHER, R. M. B. **Trabalhar com Foucault**: arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 99-112.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito**. 2 ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, M. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: MOTTA, M. B. da. (org.). **Ditos e escritos IV**: estratégia, poder-saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Coleção Ditos & Escritos, v. 4, p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010a.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, M. Retornar à História. In: MOTTA, M. B. (org.). **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 282-295.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FREY, J. Ratinho Junior não assina carta de governadores em defesa do STF. **Plural**, 2021. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/poder/ratinho-junior-nao-assina-carta-de-governadores-em-defesa-do-stf/>. Acesso em: 15 set. 2021.

GALVANI, N. Governo Bolsonaro deve gastar R\$ 55 milhões em gratificações para militares. **Estado de Minas**, 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/09/01/interna_politica,1301482/governo-bolsonaro-deve-gastar-r-55-milhoes-em-gratificacoes-para-militares.shtml. Acesso em: 15 set. 2021.

GREGOLIN, M. do R. Língua(gens), mídia(s) e poder sob a ótica discursiva foucaultiana. **Revista Heterotópica**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 70-83, 18 jun. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/55565>. Acesso em: 15 ago. 2021.

GREGOLIN, M. R. V. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. **MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras**, [S. l.], n. 43, p. 6-25, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2633/3782>. Acesso em: 10 jun 2023.

GROS, F. **Desobedecer**. Tradução: Célia Euvaldo, São Paulo: Ubu Editora, 2018.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JORDÃO, I. F. L. **Um cinema de sinfonias: a trilha sonora de filmes de animação como dispositivo discursivo e seus efeitos subjetivadores**. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/dissertacao-ingrid-livero-versao-final-revisada.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

KRAUTCHUK, C. R. **Discurso e poder de corpos insepultos a partir do mito de Antígona**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2021.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 25a. ed. São Paulo: Editora Graal, 2010, p. VII-XXIII.

MARCHESINI, L. Em 70 órgãos, militares ocupam 18,3% dos 14,6 mil cargos comissionados no governo Bolsonaro. **Metrópoles**, 2021. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/brasil/em-70-orgaos-militares-ocupam-183-dos-146-mil-cargos-comissionados-no-governo-bolsonaro>. Acesso em: 15 set. 2021.

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. **MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras**, [s. l.], v. 1, n. 57, p. 08-33, dez. 2020a. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682/6672>. Acesso em: 10 jun. 2021.

NAVARRO, P. Masculinidades em disputa no campo enunciativo: corpo, poder e contracondutas. In: BRAGA, Joaquim; FERNANDES, Rafael; TASSO, Ismara (Orgs.). **Michel Foucault e os discursos do corpo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020b, p. 219-248.

NAVARRO, P. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, N.; GASPAR, N. R. (orgs.) **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 79-93.

NAVARRO, P.; SANCHES, H. O. O idoso como objeto da prática discursiva asilar: a precarização de vidas vulneráveis. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 8378-8390, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/90177>. Acesso em: 26 set. 2023.

OKSALA, J. **Como ler Foucault**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PARANÁ. Imprensa Oficial. Primeiro Colégio da PM no Interior começa a funcionar em 2018. **Imprensa Oficial**, 2018a. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.pr.gov.br/Noticia/Primeiro-Colegio-da-PM-no-Interior-comeca-funcionar-em-2018>. Acesso em: 15 set. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Educação e Esporte. **Colégios e Escolas Cívico-Militares** [Curitiba]: (?) Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/colegios_civico_militares. Acesso em 15 de out. 2022.

PEREIRA, R. Militarização de escolas é fake news, diz diretor da secretaria de Educação. **Gazeta do Povo**, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/militarizacao-escolas-fake-news/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PEREIRA, R. M. M. **Mulheres pastoras da Convenção Batista Brasileira: desobediência feminina frente ao patriarcado cristão no período de 1990 a 2020**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10620948#. Acesso em: 22 set. 2022.

PEY, M. O.; BACCA, A. M.; SÁ, R. S. **Nas pegadas de Foucault: apontamentos para a pesquisa de instituições**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

PIO, S. **Programa colégios cívico-militares no estado do Paraná: implicações para a gestão escolar**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023. Disponível em: <https://www.ppedu.uel.br/pt/mais/dissertacoes-teses/dissertacoes/category/22-2022?download=529:2022-pio-sirlene>. Acesso em: 22 jul. 2023.

QUEM somos. **Plural**, [c2021]. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/quem-somos>. Acesso em: 20 set. 2021.

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

REDAÇÃO, D. Richa inaugura Colégio da PM em Londrina e confirma mais três. **TN Online**, 2018. Disponível em: <https://tnonline.uol.com.br/noticias/regiao/464914,04,04,richa-inaugura-colegio-da-pm-em-londrina-e-confirma-mais-tres?d=1>. Acesso em: 15 set. 2021.

REDAÇÃO. Ratinho Junior não assina carta de governadores que critica Bolsonaro. **Paraná Portal**, 2020. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/politica/ratinho-junior-nao-assina-carta-governadores-bolsonaro/>. Acesso em: 15 set. 2021.

REIS, Mariana. Comunicar, resistir: um olhar sobre as práticas discursivas em rede do jornalismo independente no Brasil. **Vozes & Diálogo**. Itajaí, v. 16, n. 01, p. 193-204, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/9455>. Acesso em: 27 dez. 2022.

SANTOS, C. de A. “Sentido, descansar, em forma”: escola-quartel e a formação para a barbárie. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e244370, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hKLYdP7HgDtxVggJxPpwkzc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SARGENTINI, V. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. *In*: SARGENTINI, V.; NAVARRO, P. **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 77-96.

SARGENTINI, V. Discurso político e resistência: a estilística da (des)obediência nos discursos. *In*: BRAGA, A.; SÁ, I. de. (org.). **Por uma microfísica das resistências**: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 73-93.

SARGENTINI, V. Entrevista com Vanice Sargentini. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 8412-8421, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/91201>. Acesso em: 18 dez. 2022.

SARGENTINI, V. Obedecer e insurgir: as raízes e as asas da (des)obediência política. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 6265-6272, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/80591>. Acesso em: 20 out. 2022.
SARGENTINI, V.; SÁ, I. de. Discursos em luta: os usos e os sentidos do termo “presidenta” no debate político-midiático. *In*: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. **(In)subordinações contemporâneas**: consensos e resistências nos discursos. São Carlos, EdUFSCar, 2016, p. 179-195.

SCORTECCI, C. Feder diz que decisão é da Saúde, mas teme evasão e torce pelo retorno das aulas. **Gazeta do Povo**, 28 out. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/secretario-teme-evasao-escolar-e-torce-pela-volta-das-aulas-no-parana>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SHALDERS, A. Como o discurso de Bolsonaro mudou ao longo de 27 anos na Câmara? **BBC Brasil**, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42231485>. Acesso em: 15 set. 2021.

SILVA, I. R. B. de. **O dispositivo da maternidade na prática fotográfica**: questões do saber/poder pelo viés do discurso imagético. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/dissertacao-irene-r-b-da-silva.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SPECHOTO, C. Caminhoneiros fazem quadruplicar interesse em “intervenção”. **Terra**, 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/caminhoneiros-fazem-quadruplicar-interesse-em-intervencao,d463969e13050619f9ec1fa7cc940111a28jxcji.html>. Acesso em: 15 set. 2021.

SOBRE o BDF Paraná. **Brasil de Fato PR**, [c2021]. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/quem-somos>. Acesso em: 20 set. 2021.

SOUZA, F. M. de. **O discurso sobre a destituição de Dilma Rousseff em Folha de São Paulo, Carta Maior e Le Monde**: impeachment ou golpe? 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14259>.

STRUCK, V. Educação quer ‘militarizar’ 200 escolas estaduais. **Folha de Londrina**, 26 set. 2020. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/educacao-quer-militarizar-200-escolas-estaduais-3019101e.html?d=1>. Acesso em: 10 ago. 2021.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2005.

TSE. Divulgação de candidaturas e contas eleitorais. **Divulgacandcontas**, 2018. Disponível em https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/PR/2022802018/160000609226/proposta_1534182290253.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

TSE. Divulgação de candidaturas e contas eleitorais. **Divulgacandcontas**, 2022. Disponível em https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/PR/546/candidatos/903003/5_1659964804874.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

VEYNE, P. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Tradução: Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VOSS, J.; NAVARRO, P. A formação das modalidades enunciativas: regras de formação do discurso, sujeito e responsabilidade social. *In*: LAGAZZI, S.; ROMUALDO, E. C.; TASSO, I. (org.). **Estudos do texto e do discurso: o discurso em contrapontos: Foucault, Maingueneau, Pechêux**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p. 113-137.